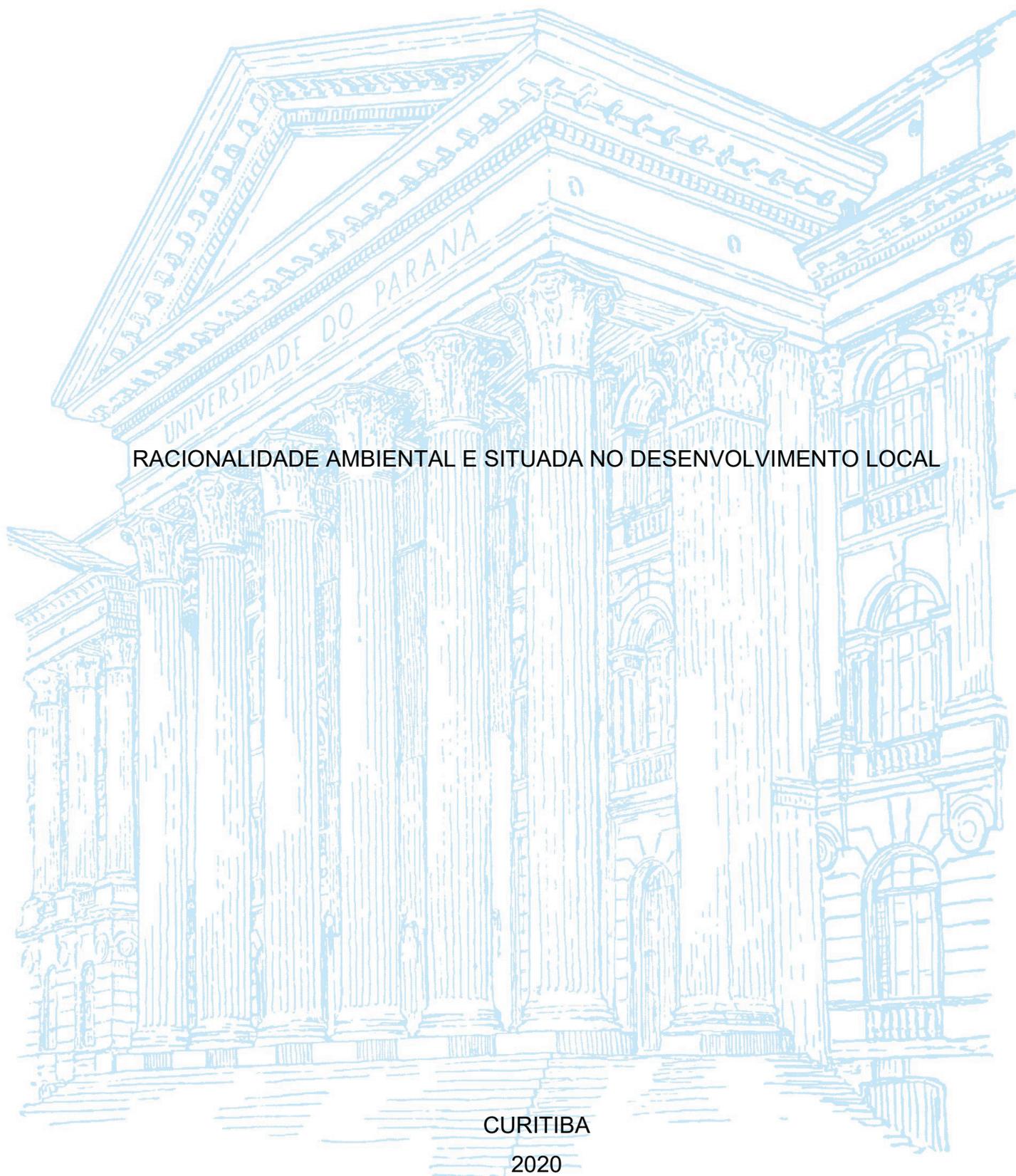


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RAQUEL DOS SANTOS VIEIRA



RACIONALIDADE AMBIENTAL E SITUADA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

CURITIBA

2020

RAQUEL DOS SANTOS VIEIRA

RACIONALIDADE AMBIENTAL E SITUADA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Dra. Mayra Taiza Sulzbach
Coorientador: Prof. Dr. Valdir Frigo Denardin
Coorientadora: Profa. Dra. Andréa Máximo Espínola

CURITIBA

2020

Vieira, Raquel dos Santos

Racionalidade ambiental e situada no desenvolvimento local. / Raquel dos Santos Vieira. - Curitiba, 2020.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientadora: Mayra Taiza Sulzbach.

Coorientadores: Valdir Frigo Denardin; Andréa Máximo Espínola.

1. Racionalidade - Aspectos econômicos. 2. Racionalidade - Aspectos ambientais. 3. Racionalidade - Aspectos antropológicos. 4. Vendedores ambulantes - Praias - Paraná. I. Sulzbach, Mayra Taiza. II. Denardin, Valdir Frigo. III. Espínola, Andréa Máximo. IV. Título. V. Universidade Federal do Paraná.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO - 40001016029P1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de RAQUEL DOS SANTOS VIEIRA intitulada: RACIONALIDADE AMBIENTAL E SITUADA NO DESENVOLVIMENTO LOCAL , sob orientação da Profa. Dra. MAYRA TAIZA SULZBACH, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 30 de Março de 2020.

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

02/04/2020 14:56:56.0

MAYRA TAIZA SULZBACH

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

07/04/2020 20:55:31.0

MICHEL JEAN MARIE THIOLENT

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE UNIGRANRIO)

Assinatura Eletrônica

02/04/2020 14:49:54.0

LUIZ FERNANDO DE CARLI LAUTERT

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

06/04/2020 18:09:31.0

DIMAS FLORIANI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Dedico essa pesquisa às Associações de Vendedores Ambulantes de praia do
Litoral do Paraná: AVAPAR, AVERVAM e ACAG.

AGRADECIMENTOS

Ninguém cruza nosso caminho por acaso e nós não entramos na vida de ninguém sem nenhuma razão. (Chico Xavier)

Em primeiro lugar agradeço ao Plano Espiritual por me permitir cumprir essa etapa na vida terrena, por todos os aprendizados possibilitados nestes quatro anos e pela contribuição destes para minha evolução espiritual. Agradeço a Deus, à Nossa Senhora Aparecida, ao meu Anjo da Guarda, ao meu Mentor e meus Guias Espirituais, aos Espíritos de Luz, à Espiritualidade, ao Universo, ao Divino e a todos os Seres (nominados ou anônimos) que me acompanham, protegem e orientam. Como diz Bethânia: “Não mexe comigo, que eu não ando só!”

Agradeço a “Mãe” UFPR que me acolheu, universidade pública e de qualidade que oferece uma estrutura fundamental para a permanência de estudantes e possibilita que estes tenham uma formação. Agradeço pelo acervo da biblioteca, pelo restaurante universitário (RU) e pelo transporte Intercampi que possibilitaram a conclusão do doutorado.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (PPGMADE UFPR) pela oportunidade de cursar o doutorado.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudos (Abril de 2018 a Março de 2020), à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná (ITCP UFPR) pela bolsa no projeto Mutirão Mais Cultura na UFPR (Outubro de 2017 à Março de 2018) ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro da Universidade Federal do Paraná (NEAB UFPR) pela bolsa no Projeto Formação Pré-Acadêmica Afirmação na Pós UFPR – Pré-pós turma João Surá (Junho à Setembro de 2017) e ao Governo do Estado do Paraná pela bolsa no Programa Bom Negócio Paraná (Outubro de 2014 às Dezembro de 2016).

Agradeço aos colegas doutorandos da Turma XII pelas trocas de conhecimentos e experiências, em especial aos colegas do “Costeiro” linha que ingressei, do enfoque de Ecosocioeconomia para o qual migrei e da Linha de Epistemologia na qual concluí esta pesquisa.

Agradeço aos professores do PPGMADE, principalmente à minha orientadora Prof^a. Dra. Mayra Taiza Sulzbach que aceitou o desafio de me orientar e

me ajudou a construir essa pesquisa em um ano e meio. Ela que me acompanha desde a graduação em Gestão e Empreendedorismo na UFPR Litoral, se tornou uma grande amiga e ainda me presenteou com dois coorientadores maravilhosos: Prof^o. Dr. Valdir Frigo Denardin que também foi meu professor na graduação e coordena o PPGMADE e a Prof^a. Dra. Andréa Máximo Espínola, também da UFPR Litoral.

Agradeço aos Programas de Pós-Graduação em Sociologia, Turismo e Desenvolvimento Territorial Sustentável que abriram suas portas e me permitiram cursar disciplinas isoladas.

Nesses quatro anos de doutorado entre projetos de pesquisa e extensão tive a oportunidade de conhecer e conviver com pessoas que se tornaram grande amigos como a Maria Rita Taques Michalski, coordenadora do Projeto de Extensão Mulheres Empreendedoras e Líderes (MEL) e o Sandro Miguel Mendes, coordenador da ITCP UFPR. Agradeço muito pela amizade de vocês e por todos os aprendizados e conhecimentos compartilhados.

Agradeço a minha família pela paciência nas minhas ausências. Os finais de ano foram na praia com vocês, mas em muitos momentos em frente ao computador escrevendo ou em campo coletando dados para a pesquisa.

Agradeço ao Fernando Nascimento pelo apoio, incentivo e companheirismo na reta final da tese e por, sempre que possível, estar ao meu lado nas pesquisas de campo. É só o começo daquele nosso plano secreto!

Agradeço aos representantes das Prefeituras Municipais: Deivid (Pontal do Paraná), Geraldo (Matinhos) e Márcio e Luiz (Guaratuba).

Agradeço aos Presidentes das Associações de Vendedores Ambulantes: Marcelo (AVAPAR), Tião (AVERVAM), Edson e Luciano (ACAG) por disponibilizarem seu tempo para contribuir com a pesquisa.

Agradeço aos vendedores ambulantes pela participação na pesquisa e pela confiança em me contarem suas histórias, de suas famílias e seus sonhos: Paulo, Joel, Ênio, Marcelo, Tião, Jorge, Maria, Edson, Antônio, Aquiles e Luciano. Sem vocês essa pesquisa não seria possível.

Agradeço a todos aqueles que passaram pela minha vida nestes quatro anos e que de alguma forma contribuíram com a pesquisa, com minha formação acadêmica e desenvolvimento pessoal.

No princípio é natureza, no final é natureza. Então, por que criar tanta confusão no meio do caminho...? Por que ficar tão preocupado, tão ansioso, com tantas ambições, no meio do caminho - por que criar tamanho desespero?
Toda a jornada é da não materialidade à não materialidade.
(OSHO)

DEUS! Dai-nos a força de ajudar o progresso, a fim de subirmos até Vós,
dai-nos a caridade pura, dai-nos a fé e a razão;
dai-nos a simplicidade que fará de nossas almas o espelho onde se refletirá a Vossa Santíssima
Imagem. Que assim seja!
(Trecho da Prece de Cáritas)

RESUMO

O estudo elabora uma matriz para auxiliar a análise da existência das Racionalidades Ambiental e Situada, em detrimento da Racionalidade Econômica, de maneira a contribuir a pensar estratégias de desenvolvimento local. Como sujeitos de pesquisa escolheram-se os vendedores do comércio ambulante de praia de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba no Litoral do Paraná. A pesquisa apresentou como questionamento: “Em que dimensões existem Racionalidade Ambiental e Situada pelos agentes econômicos de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, municípios que integram o Litoral do Paraná?”. Como objetivo geral: “Elaborar, em meio a Racionalidade Econômica global, uma matriz que auxilie observar e analisar a existência ou não de outras racionalidades, de maneira específica a Racionalidade Ambiental e a Situada, contribuindo para evidenciar características de desenvolvimento local”; E objetivos específicos: 1. “Identificar, por meio de revisão teórica, dimensões que caracterizam as Racionalidades Ambiental de Leff e Situada de Zaoual a fim de captá-las no campo empírico”; 2. “Contextualizar o local de estudo, como um espaço regulamentado pela sociedade e um espaço da natureza” e; 3. “Capturar Racionalidades Ambiental e Situada, indicadas a partir da matriz teórica nos discursos dos atores locais”. Trata-se de pesquisa social e ambiental empreendida com abordagem qualitativa e interdisciplinar, operacionalizada a partir de revisão de literatura, pesquisa documental, entrevistas e observação e analisada a partir da matriz proposta. A partir matriz analítica, identificou-se a Racionalidade Econômica nas falas dos entrevistados referente à obtenção de renda para subsistência familiar, ao significado atribuído ao comércio ambulante e ao desenvolvimento. Identificou-se a Racionalidade Ambiental de Leff (2003, 2009, 2015) na relação harmônica entre sociedade e natureza, na constituição de relações de produção que possibilitem a autogestão, no uso da praia para passeios e banho de mar, no ritmo produtivo conforme a natureza, na separação e destinação dos resíduos gerados, na consciência ecológica local, na cooperação e na consciência ecológica local. Identificou-se a Racionalidade Situada de Zaoual (2003, 2006) nas regulamentações municipais para o comércio ambulante de temporada que se apresentam como construções do local para o local por privilegiar a população residente. Na Caixa Preta identificou-se: temporada e baixa temporada como mitos, sofrimentos relacionados ao aspecto financeiro e a afogamentos, identidade dos atores locais com o comércio ambulante, valores humanos nas amizades construídas, no apreço pela atividade e nas experiências vividas, revelações referente à independência proporcionada pela atividade e contribuições dos representantes políticos. Na Caixa Conceitual do Sítio identificaram-se conhecimentos dos vendedores ambulantes sobre instrumentos para operar a atividade de ambulante, o período de maior fluxo de turistas e a interferência do clima e da maré. Na Caixa de Ferramentas identificaram-se técnicas utilizadas nas vendas: capricho, higienização, organização do carrinho, apresentação do carrinho e pessoal, diferenciação, atenção no atendimento para cativar clientes, construção de rede de contatos, formações e cooperação.

Palavras-chave: Racionalidade Econômica. Racionalidade Ambiental. Racionalidade Situada. Vendedores ambulantes de praia. Litoral do Paraná.

ABSTRACT

The study elaborates a matrix to assist the analysis of the existence of Environmental and Situated Rationalities, to the detriment of Economic Rationality, in order to contribute to thinking about local development strategies. As research subjects, the sellers of the beach trade in Pontal do Paraná, Matinhos and Guaratuba in the Paraná Coast were chosen. The research presented as question: "In what dimensions are there Environmental Rationality and Situated by the economic agents of Pontal do Paraná, Matinhos and Guaratuba, municipalities that integrate the Coast of Paraná?". As a general objective: "" To elaborate, in the midst of global Economic Rationality, a matrix that helps to observe and analyze the existence or not of other rationalities, specifically Environmental and Situational Rationality, contributing to highlight characteristics of local development "; And specific objectives: 1. "To identify, by means of theoretical review, dimensions that characterize Leff's Environmental and Zaoual's Situational Rationalities in order to capture them in the empirical field"; 2. "Contextualize the place of study, as a space regulated by society and a space of nature" and; 3. "Capture Environmental and Situated Rationalities, indicated from the theoretical matrix in the speeches of local actors". It is a social and environmental research undertaken with a qualitative and interdisciplinary approach, operationalized from literature review, documentary research, interviews and observation and analyzed from the proposed matrix. From the analytical matrix, Economic Rationality was identified in the interviewees' statements regarding the obtaining of income for family subsistence, the meaning attributed to street commerce and development. Leff's Environmental Rationality (2003, 2009, 2015) was identified in the harmonious relationship between society and nature, in the constitution of production relationships that enable self-management, in the use of the beach for walks and sea bathing, at the productive pace according to nature, in the separation and destination of the generated waste, in the local ecological conscience, in the cooperation and in the local ecological conscience. Zaoual's Situated Rationality (2003, 2006) was identified in the municipal regulations for the street pedestrian trade that are presented as constructions from place to place for privileging the resident population. In the Black Box it was identified: season and low season as myths, suffering related to the financial aspect and drowning, identity of the local actors with the street commerce, human values in the friendships built, in the appreciation for the activity and in the lived experiences, revelations regarding the independence provided by the activity and contributions of political representatives. In the Caixa Conceptual do Sítio, street vendors' knowledge of instruments to operate the street vending activity, the period of greatest flow of tourists and the interference of the climate and the tide were identified. In the Tool Box, techniques used in sales were identified: whimsy, hygiene, cart organization, presentation of the cart and personnel, differentiation, attention to customer service to captivate customers, building a network of contacts, training and cooperation.

Keywords: Economic Rationality. Environmental Rationality. Situated Rationality. Beach hawkers. Coast of Paraná.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ESQUEMA DE ORGANIZAÇÃO DOS SÍTIOS SIMBÓLICOS DE PERTENCIMENTO	50
FIGURA 2 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE PONTAL DO PARANÁ, MATINHOS E GUARATUBA	94

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – TIPOLOGIA DOS MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS.....	39
QUADRO 2 - CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE AS RACIONALIDADES ECONÔMICA, AMBIENTAL E SITUADA	62
QUADRO 3 - SÍNTESE DAS LITERATURAS QUE UTILIZAM A TEORIA DOS SÍTIOS SIMBÓLICOS E SEUS CONCEITOS.....	77
QUADRO 4 - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS MODELOS PRODUTIVOS BASEADOS NA PRODUTIVIDADE E NA QUALIDADE	84
QUADRO 5 – RECURSOS E ATIVOS DO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO	86
QUADRO 6 - POPULAÇÃO EM PONTAL DO PARANÁ, MATINHOS E GUARATUBA – 1991, 2000, 2010 E 2019 (ESTIMADA).....	102
QUADRO 7 - NÚMERO DE DOMICÍLIOS E DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL EM GUARATUBA, MATINHOS E PONTAL DO PARANÁ, 1991, 2000 E 2010.....	103
QUADRO 8 - EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS EM PONTAL DO PARANÁ, MATINHOS E GUARATUBA - 2010	104
QUADRO 9 – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM ATORES LOCAIS	124
QUADRO 10 - ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO DOS ATORES LOCAIS	126
QUADRO 11 – LOCAIS, DIAS E HORÁRIOS DAS OBSERVAÇÕES DE CAMPO	127
QUADRO 12 - MATRIZ ANALÍTICA – RACIONALIDADES ECONÔMICA, AMBIENTAL E SITUADA.....	129
QUADRO 13 - MATRIZ METODOLÓGICA DA TESE.....	131
QUADRO 14 - SÍNTESE DA ORGANIZAÇÃO DO COMÉRCIO AMBULANTE EM PONTAL DO PARANÁ, MATINHOS E GUARATUBA	144
QUADRO 15 – ASPECTOS PESSOAIS DOS ENTREVISTADOS	154
QUADRO 16 - MATRIZ ANALÍTICA - RACIONALIDADES ECONÔMICA, AMBIENTAL E SITUADA.....	179

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ADETUR	- Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Litoral do Paraná
AEIT	- Áreas Especiais de Interesse Turístico
AM	- Amazonas
ANPPAS	- Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade
APA	- Área de Preservação Ambiental
APP	- Área de Preservação Permanente
AVAPAR	- Associação dos Vendedores Ambulantes de Pontal do Paraná
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFA	- Clima Subtropical Úmido
CFC	- Cloro Flúor Carboneto
CIRM	- Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CMMAD	- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COLIT	- Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral do Paraná
CONAMA	- Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPF	- Cadastro de Pessoas Físicas
CT-GERCO	- Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro
DL	- Desenvolvimento Local
DNOS	- Departamento Nacional de Obras e Saneamento
DER	- Departamento de Estradas de Rodagem
EMBRATUR	- Instituto Brasileiro de Turismo
EIA	- Estudo de Impacto Ambiental
ENEDS	- Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social
ENEGEP	- Encontro Nacional de Engenharia de Produção
GI-GERCO	- Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro
GRU	- Guia de Recolhimento da União
IAP	- Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPCC	- Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
ITCG	- Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná
MEI	- Micro Empreendedor Individual
MMA	- Ministério do Meio Ambiente
ONG	- Organização não Governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
PAF-ZC	- Plano de Ação Federal da Zona Costeira
PARNA	- Parque Nacional
PE	- Parque Estadual
PEGC	- Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro
PMGC	- Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro
PNGC	- Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNMA	- Política Nacional do Meio Ambiente
PNMT	- Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNRM	- Política Nacional para os Recursos do Mar
PNUMA	- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
RG	- Registro Geral
RIMA	- Relatório de Impacto Ambiental
RQA-ZC	- Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA	- Secretaria Especial do Meio Ambiente
SENAC	- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SETU	- Secretaria de Estado do Turismo
SIGERCO	- Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro
SIMPEP	- Simpósio de Engenharia de Produção
SNUC	- Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SP	- São Paulo
TBC	- Turismo de Base Comunitária
UC	- Unidade de Conservação
UFC	- Universidade Federal do Cariri
UFM	- Unidade Fiscal do Município
UFPR	- Universidade Federal do Paraná

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
USP - Universidade de São Paulo
ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico
ZEEC - Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro

SUMÁRIO

ANTECEDENTES DE PESQUISA.....	19
1 INTRODUÇÃO	25
1.1 OBJETIVOS	31
1.1.1 Objetivo geral	31
1.1.2 Objetivos específicos.....	31
1.2 ORGANIZAÇÃO DA TESE.....	31
2 EM BUSCA DE OUTRAS RACIONALIDADES.....	33
2.1 DA CRISE AMBIENTAL ÀS NOVAS RACIONALIDADES E SABERES	33
2.1.1 A questão ambiental e a crise da civilização moderna.....	33
2.1.2 A consciência ambiental e o ambientalismo.....	36
2.1.3 O saber ambiental e o conceito de ambiente	40
2.2 OS SÍTIOS SIMBÓLICOS DE PERTENCIMENTO E AS RACIONALIDADES AMBIENTAL E SITUADA	42
2.2.1 Do global ao Local: Entre o formal e o informal.....	42
2.2.2 Os Sítios Simbólicos de Pertencimento e as Caixas.....	46
2.2.3 O Homo Situs	52
2.2.4 Da Racionalidade Econômica às Racionalidades Ambiental e Situada	55
2.2.5 Estudos que utilizaram a Teoria dos Sítios Simbólicos	63
2.2.5.1 Desenvolvimento Local	63
2.2.5.2 Cultura.....	69
2.2.5.3 Pertencimento	72
2.2.5.4 <i>Homo situs</i>	74
2.2.5.5 Síntese dos estudos que utilizaram a Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento	75
2.3 O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	82
2.3.1 Diálogo sobre o Desenvolvimento Territorial, Desenvolvimento Local e o Desenvolvimento Sustentável	86
3 ÁREA DE ESTUDO - OS MUNICÍPIOS PRAIANOS DO LITORAL DO PARANÁ: PONTAL DO PARANÁ, MATINHOS E GUARATUBA	93
3.1 CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS.....	93
3.2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCS).....	97
3.3 OCUPAÇÕES E LOTEAMENTOS	98

3.4 MALHA RODOVIÁRIA E TRANSPORTE AQUAVIÁRIO.....	101
3.5 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS.....	102
3.6 BREVE HISTÓRICO DO TURISMO.....	104
3.7 ZONA COSTEIRA, ORLA MARÍTIMA E PRAIA: ASPECTOS JURÍDICOS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS	107
4 METODOLOGIA	118
4.1 PESQUISA SOCIAL E AMBIENTAL	118
4.2 ABORDAGEM DE PESQUISA.....	119
4.3 ESTRATÉGIAS DE INVESTIGAÇÃO	120
4.3.1 Revisão sistemática da literatura.....	120
4.3.2 Pesquisa documental	121
4.3.3 Entrevista não estruturada e semi estruturada.....	122
4.3.4 Observação direta	125
4.4 A ANÁLISE DOS DADOS	127
4.5 MATRIZ METODOLÓGICA DA TESE	130
5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISES	133
5.1 NORMAS, REGRAS E INSTITUIÇÕES RELACIONADAS A ORGANIZAÇÃO DO COMÉRCIO AMBULANTE EM PONTAL DO PARANÁ, MATINHOS E GUARATUBA	
133	
5.1.1 O Comércio Ambulante em Pontal do Paraná.....	134
5.1.2 O Comércio Ambulante em Matinhos.....	136
5.1.3 O Comércio Ambulante em Guaratuba	140
5.1.4 Síntese da organização do comércio ambulante de praia em Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba no litoral do Paraná.....	144
5.2 ASSOCIAÇÕES DE VENDEDORES AMBULANTES	147
5.2.1 Associação dos Vendedores Ambulantes de Pontal do Paraná - AVAPAR...	147
5.2.2 Associação dos Verdadeiros Ambulantes de Matinhos - AVERVAM	147
5.2.3 Associação Comunitária dos Ambulantes de Guaratuba – ACAG	148
5.3 O LOCAL DO COMÉRCIO AMBULANTE DE PRAIA	149
5.4 A RELAÇÃO DA ATIVIDADE DOS AMBULANTES SEUS PERCURSOS E TRAJETÓRIAS.....	151
5.5 RACIONALIDADE ECONÔMICA, AMBIENTAL E SITUADA PELO OLHAR DOS ATORES LOCAIS	156
5.5.1 Racionalidade Econômica	156

5.5.2 Racionalidade Ambiental.....	160
5.5.3 Racionalidade Situada.....	164
5.5.3.1 Caixa Preta do Sítio Simbólico de Pertencimento	165
5.5.3.2 Caixa Conceitual do Sítio Simbólico de Pertencimento.....	172
5.5.3.3 Caixa de Ferramentas do Sítio Simbólico de Pertencimento	174
5.6 MATRIZ ANALÍTICA - RACIONALIDADES ECONÔMICA, AMBIENTAL E SITUADA.....	178
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	183
6.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	188
REFERÊNCIAS.....	189
APÊNDICE 1 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PREFEITURAS MUNICIPAIS 204	
ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PREFEITURAS MUNICIPAIS	205
ANEXO 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ATORES LOCAIS.....	207

ANTECEDENTES DE PESQUISA

Uma pesquisa não existe sem um pesquisador. É comum, pelo menos para mim, ao ler um estudo científico, me questionar sobre os motivos que levaram o pesquisador a chegar até aquele tema. Há casos em que conhecer um pouco sobre o pesquisador é o primeiro passo para o entendimento do contexto pesquisado.

O propósito dessa sessão, intitulada “Antecedentes de Pesquisa” é situar brevemente o leitor sobre o contexto estudado e evidenciar algumas das motivações para investigar o tema.

De forma um pouco ousada, optei por escrever essa sessão em primeira pessoa como uma forma de aproximação com o leitor e humanização da pesquisa. Início contando brevemente como começou a minha relação com o litoral do Paraná.

Era dezembro de 1990 quando, aos nove meses de idade, colocava meus pés, pela primeira vez, ainda sem saber caminhar, nas areias do Balneário Pontal do Sul, Município de Pontal do Paraná, no Litoral do Paraná.

Nasci em Cascavel, no Oeste do Paraná e morei, com minha mãe e meu irmão, ao lado desta cidade em Santa Tereza do Oeste. Meu pai mudou-se para Pontal do Paraná no final da década de 1980 para trabalhar na construção civil contratado por uma empresa de Cascavel. Ao término do contrato, havia construído uma **rede de contatos** em Pontal do Sul e visualizou a possibilidade de trabalhar de maneira autônoma e continuar residindo no Município. Assim o fez.

Em 1999, aos nove anos de idade, nos mudamos (minha mãe, meu irmão e eu), definitivamente, para Pontal do Sul. Recordo-me de quando, ainda na infância, perguntava a minha mãe por que algumas pessoas só trabalhavam nos meses de verão. Ela, sem saber muito bem como explicar o fenômeno da temporada de verão para uma criança, apenas dizia que **ali era assim**.

Meus pais faziam (e ainda fazem) parte do grupo que trabalha o ano todo na manutenção interna e externa de imóveis de uso ocasional, as chamadas segundas residências. Tratavam-se (e ainda tratam-se) de trabalhadores informais, sem proteção social, mantendo suas estabilidades pelos **vínculos de confiança** que desenvolveram com seus “patrões¹”.

¹ Apesar do vínculo informal de trabalho, são denominados assim pelos moradores de Pontal.

Durante minha infância e adolescência dividia meu tempo entre os estudos realizados integralmente em escola pública no balneário onde residia e ajudava minha mãe com a limpeza dos imóveis sob os “cuidados²” dela.

Naturalmente, inseri-me na **dinâmica socioeconômica informal local**. Em 2006, aos 16 anos, passei a estagiar (informalmente) em uma escola de informática onde havia concluído formação na área. Um ano depois, em 2007, passei a trabalhar no comércio local, como operadora de caixa em um supermercado, com um **contrato informal e temporário** para os meses de verão, do qual me desvinculei para poder estudar (em casa) para o processo seletivo de vestibular.

Em 2008, prestei vestibular na UFPR Litoral para o Bacharelado em Gestão e Empreendedorismo. A escolha do curso se deu pela afinidade com o tema e por ser um curso noturno, já que teria que trabalhar para manter as despesas durante a graduação. Ao ingressar no curso comecei a entender, de forma científica, a complexidade das dinâmicas socioeconômicas dos municípios de praia do Litoral do Paraná e o papel expressivo do turismo de sol e mar no local. Tive a oportunidade de estudar particularidades da microrregião, que a diferenciam de outras localidades, como a sazonalidade de visitação nos meses de verão em que pessoas são atraídas para o litoral e, conseqüentemente, a informalidade que eclode ocupando parte da população residente e atraindo pessoas de fora para desempenhar atividades relacionadas ao turismo. Assim, esclareci a dúvida da infância sobre o motivo que levava (e ainda leva) algumas pessoas do local a trabalhar apenas no verão.

Durante o período da graduação, de 2008 a 2012, tive a oportunidade de realizar estágio não obrigatório na Associação MarBrasil, Organização não Governamental (ONG) ambientalista situada no Balneário Pontal do Sul e, por alguns períodos, fui contemplada com bolsa de estudo na Universidade. No entanto, continuei trabalhando no comércio local em supermercados, farmácias e pizzaria com **contratos temporários** e, na maioria das vezes, **informais**.

A dinâmica socioeconômica do litoral do Paraná, caracterizada fortemente pela sazonalidade de visitação, decorrente do turismo de sol e mar, chamava a minha atenção e despertou curiosidades a partir da percepção de que as pessoas residentes nos balneários aguardavam ansiosamente pela chegada da “temporada”.

² Termo utilizado localmente para se referir ao imóvel no qual realiza limpeza periódica.

O termo **temporada**, amplamente utilizado no litoral do Paraná, designa os meses de verão, de dezembro a março. Para os residentes do litoral, o ápice da temporada acontece do dia 26 de dezembro (logo após o feriado de Natal) até o Carnaval. Após este período, as praias ganham um ritmo de baixa temporada, com fluxo maior de visitação aos finais de semana em dias ensolarados.

Entre os residentes das praias do litoral do Paraná a temporada é vista como positiva por alguns e negativa por outros. Os comerciantes locais são os que vêem a temporada como positiva, como um momento de obtenção de lucro financeiro para manutenção de seus empreendimentos durante os meses de inverno. Isso, no caso dos estabelecimentos fixos, que se mantêm abertos durante o ano todo. Há ainda, pessoas que se preparam durante todo o ano para abrir um comércio temporário, que fecha suas portas quando termina o Carnaval. Há também os que se dedicam aos cuidados de imóveis de segunda residência, pois, como era corriqueiro se ouvir por lá: “Quando os donos das casas vêm, tem mais trabalho e ganhamos mais” ou “os donos das casas vêm pra trazer dinheiro para nós”.

A temporada é tida como negativa por moradores locais que não dependem financeiramente da vinda de pessoas de fora, como funcionários públicos e pessoas aposentadas, sendo vista como um bom momento para ficar em casa, evitar ir à praia, à lugares públicos e ao comércio, devido à agitação que se dá no local.

Pode-se dizer que existem “dois litorais” no Paraná: um litoral de temporada de verão, sol e mar, utilizado para o lazer pelos não residentes e outro da calma e tranquilidade, nos meses de março a novembro, dos moradores locais.

Com essa percepção, senti a necessidade de estudar a dinâmica socioeconômica dos balneários no litoral do Paraná que se constrói fortemente a partir do turismo, em específico, o de sol e mar e, em 2014, ingressei no Mestrado em Turismo da UFPR, em Curitiba. Fui orientada pelo Professor Marcelo Chemin que leciona no curso de Graduação em Gestão de Turismo do Setor Litoral da UFPR e reside em Matinhos.

Durante o primeiro semestre de aulas, em diálogo com meu orientador, relatei meu interesse em pesquisar a relação do turismo com o empreendedorismo e a informalidade nas praias do Litoral do Paraná, algo peculiar, que fugisse do olhar comum. Após alguns meses de diálogo e reflexões, decidimos pelo recorte temático do comércio informal, relativo aos vendedores ambulantes de praia.

Pretendia-se investigar o tema nos três municípios praianos: Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba. No entanto, considerando a escassez de referências sobre o tema, a necessidade de pesquisa exploratória e o período temporal para a realização (24 meses), optou-se pela investigação somente em Pontal do Paraná.

A pesquisa (VIEIRA, 2016; VIEIRA e CHEMIN, 2019) teve como objetivo “analisar o empreendedorismo informal relativo à atividade comercial turística dos vendedores ambulantes do município balneário de Pontal do Paraná – PR – Brasil”. Com o intuito de ter um olhar exploratório sobre o comércio ambulante em Pontal do Paraná, analisou-se a organização da atividade pelos órgãos competentes e a regulamentação, o empreendimento e aspectos relacionados aos empreendedores, ou seja, os vendedores ambulantes.

Os resultados apontaram que o comércio ambulante de praia de Pontal do Paraná está regulamentado pela Prefeitura Municipal, que também colabora com a organização juntamente com a Associação de Vendedores Ambulantes de Pontal do Paraná (AVAPAR). Os vendedores ambulantes entrevistados: informaram apreço pela atividade exercida, desinteresse por outro emprego e pelo vínculo formal da carteira assinada, trabalho em cooperação e busca de parcerias.

Ao concluir a dissertação de mestrado observei que a lacuna científica sobre o tema, representava um campo fértil para pesquisas em diferentes abordagens: política, sociológica, antropológica, administrativa, ambiental, econômica, social e interdisciplinar.

Motivada por continuar pesquisando o litoral do Paraná emergiu a oportunidade de ingressar no doutorado interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (PPGMADE/UFPR), em 2016. Lá pude dialogar com alguns professores considerados referência em pesquisa sobre o local, como Náina Pierri, José Milton Andriguetto, Rodolfo José Ângulo e também à possibilidade de investigar de forma interdisciplinar as complexas e dicotômicas relações entre ambiente e sociedade. No primeiro ano de curso foram apresentados e debatidos temas que abarcaram a complexidade da temática meio ambiente e desenvolvimento a partir dos módulos: (i) “Fundamentos e Teorias das Ciências Humanas e Sociais”; (ii) “Fundamentos e Teorias das Ciências da Natureza”; e (iii), módulo integrador denominado “Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento”, os quais juntamente com a disciplina “Metodologia da Pesquisa e Pesquisa Interdisciplinar” (FLORIANI *et al.*,

2011) auxiliaram a repensar minha proposta de pesquisa, porém sem perder de vista o litoral.

Após os módulos, iniciou-se o trabalho interdisciplinar da turma XII na Oficina de Construção da Pesquisa Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento, chamada nos bastidores de Oficina IV, que foi dividido em duas etapas de produção coletiva. A primeira, de cunho teórico, na qual foram realizados diversos seminários sobre a interface entre Meio Ambiente e Desenvolvimento, e como tema geral da Turma adotou-se: “Conflitos Socioambientais e (in)Justiça Socioambiental, Resistências, Estratégias e Alternatividades de Desenvolvimento”. Posteriormente, produziu-se um documento, baseado em dados secundários, relativo aos conflitos socioambientais no Brasil. Efetivou-se também um levantamento sobre onde esses ocorrem, seus responsáveis, as populações mais vulneráveis e os impactos concretos e potenciais decorrentes desses. Os dados foram obtidos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) a partir do Mapa de Conflitos e Injustiça Ambiental em Saúde no Brasil (FIOCRUZ, 2017), possibilitando avaliações qualitativas e quantitativas dos conflitos e injustiças socioambientais no Brasil.

Na segunda etapa da Oficina IV, os seis doutorandos da linha “Usos e conflitos nos Ambientes Costeiros³”, o “Costeiro”, escolheram o Litoral do Paraná como recorte geográfico e temas de pesquisa de interesse individual relacionados à temática: “Meio Ambiente e Desenvolvimento - transformações urbanas, portuárias e industriais no litoral do Paraná: impactos, conflitos, injustiças ambientais, resistências e alternativas”. As formações distintas dos doutorandos (turismo, gestão e empreendedorismo, oceanografia, história e ciências biológicas) contribuíram para um melhor entendimento da complexidade das dinâmicas socioambientais.

O grupo do Costeiro realizou diagnóstico dividido em três vetores: (1) atividades portuárias e industriais, (2) turismo e políticas e (3) ações de gestão e de conservação dos bens naturais, sobre um marco histórico de 1920 a 2019 e também sobre, conflitos, resistências e alternativas. A pesquisa foi obtida de fontes secundárias: teses, dissertações, livros, artigos científicos, documentos e *sites* da *internet* (NASCIMENTO *et al*, no prelo).

³ Linha de pesquisa que ingressei.

O trabalho coletivo da Oficina IV foi norteador para as escolhas dos temas individuais para as teses. As pesquisas relacionadas ao vetor turismo demonstraram que o turismo de sol e mar no litoral do Paraná é estudado abordando-se os turistas e não os residentes e, que as alternativas ao desenvolvimento relacionadas ao turismo, como o turismo de base comunitária, situam-se, em sua maioria, em áreas rurais dos municípios litorâneos, ou seja, fora das praias.

A partir de levantamento bibliográfico realizado, identificaram-se duas pesquisadoras do comércio ambulante de praia no litoral do Paraná: a mestra em Desenvolvimento Territorial Sustentável Tieme Carvalho Nishiyama, que em sua dissertação de mestrado “Vendedor ambulante de praias: trabalho ou trabalho informal? O sentido do trabalho” analisou o trabalho e o sentido do trabalho temporário dos vendedores ambulantes de Caiobá, Matinhos (NISHIYAMA, 2019), e a Professora Doutora da UFPR Litoral Andréa Máximo Espínola que coordena o grupo de pesquisa “A expressão territorial do trabalho informal na areia: um estudo da apropriação do espaço nas praias do Litoral do Paraná” que publicaram o artigo “Turismo e identidade territorial em municípios litorâneos: o comércio ambulante em Matinhos – PR” (ESPINOLA e LOTOSKI, 2019) no XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR), em 2019.

A carência de investigações científicas sobre o comércio ambulante de praia no litoral do Paraná se apresenta como oportunidade para pesquisas que analisem a relação sociedade/ natureza decorrente da atividade, por tratar-se de atividade comercial praticada em uma área natural – a praia – Bem da União.

1 INTRODUÇÃO

A crise ambiental, segundo Leff (2016), surge como consequência do progresso, estritamente econômico, que marca o domínio da Racionalidade Econômica no período denominado moderno, no qual se consolidou o sistema de produção capitalista em várias regiões do mundo, pautado no lucro econômico, separando o homem da natureza, explorando a força de trabalho humana e mercantilizando a natureza (LEFF, 2009).

De acordo com Leff (2009, p. 288), a crise ambiental trouxe ao cenário político uma discussão sobre a necessidade de retomada dos valores do humanismo: a dignidade humana, os sentidos da existência, a solidariedade social, o cuidado da natureza e o encantamento pela vida e com isso, a necessidade de construção de outras racionalidades.

Como resposta a crise ambiental emergiram outras Racionalidades, como a Racionalidade Ambiental de Enrique Leff e a Racionalidade Situada de Hassan Zaoual, sustentadas na possibilidade de construção de uma racionalidade de produção alternativa. Estas Racionalidades, com base em Leff (2001) e Zaoual (2003, 2006), respectivamente, questionam os pilares da sociedade moderna baseados em uma racionalidade econômico-industrial uniformizante a nível global e argumentam que devem ser levadas em consideração as particularidades dos lugares, dos atores harmonizados com a natureza circundante.

Com a irrupção da crise ambiental, de acordo com Leff (2016), as ciências avançaram para um ambientalismo e Racionalidade Ambiental, reorientadas para uma reterritorialização do modo de vida, que se fundamenta na concepção de que o homem e a natureza são um só e estão diretamente relacionados com a economia.

O conceito de Racionalidade Ambiental emerge, segundo Leff (2009, p. 282), “de uma estratégia teórica para articular as condições ideológicas, teóricas, políticas e materiais que estabelecem novas relações de produção e novas bases para o desenvolvimento das forças produtivas”.

A Racionalidade Ambiental, para Leff (2009, p, 307), fundamenta-se em:

Princípios e valores que impedem que suas estratégias possam ser avaliadas em termos de um cálculo econômico e de uma racionalidade instrumental de meios afins. O conceito de racionalidade ambiental aponta para a emancipação das capacidades humanas e do potencial dos processos biológicos, submetidos à lógica do mercado e à razão tecnológica.

Dessa forma, de acordo com Leff (2009, 2015), é necessário analisar as contradições e oposições entre as Racionalidades Ambiental e Econômica e desenvolver estratégias para construir uma economia baseada na equidade e na sustentabilidade, capaz de integrar economias autogeridas em comunidades e que permitam constituições de formas próprias de desenvolvimento, baseadas na gestão participativa e democrática dos recursos ambientais.

A busca de outra racionalidade também é abordada, a partir da proposição de uma Racionalidade Situada, pelo economista marroquino, Hassan Zaoual (2003, 2006), o qual critica o modelo de desenvolvimento dos países do Norte, capitalista que se impôs aos países do Sul. O autor (2003) aponta que, a ocidentalização do mundo, derivada da globalização, desrespeita a diversidade cultural, determinando resultados desastrosos social e ambientalmente ao planeta.

A Racionalidade Situada é definida por Zaoual (2006, p. 137) como “a racionalidade que orienta os comportamentos do ator, indivíduo ou organização, em dada situação”. Nesse sentido, segundo o autor (2003, p. 58), “é uma construção social transformável que se ajusta continuamente aos dados do lugar, da situação, em sua dinâmica”.

Zaoual (2003) propõem a busca ou o resgate de identidades locais para dialogar com o global, por meio de um modelo: a *Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento*. Na concepção do autor, um Sítio é:

Um local em sentido geográfico (bairro, cidade, microrregião, região, país etc.) e também em sentido simbólico (adesão a uma cultura, a uma ideologia, a uma religião), remetendo a significados específicos definidos pelos seus atores que, em função de sua identidade, de um lado, aceitam ou recusam o que lhes é proposto ou imposto de fora e, por outro, procuram soluções originais para seus problemas. (ZAOUAL, 2003, p. 8).

O Sítio se constitui, de acordo com Zaoual (2003, p. 54), de uma “entidade que contribui para a integração das organizações sociais e dos indivíduos que as compõem”. Os Sítios são:

Concepções evolutivas do mundo compostas de crenças (mitos, valores, representações etc.), de ritos, de rotinas, de hábitos, de conhecimentos empíricos e/ou teóricos (um saber social), de modelos de ação individual e coletiva etc. (ZAOUAL, 2006, p. 33).

O Sítio, com base no autor (2003, 2006), é constituído de “três caixas”: a *Caixa Preta*, composta de crenças, mitos, valores e experiências passadas, conscientes ou inconscientes, ritualizadas; a *Caixa Conceitual*, que contém conhecimentos empíricos e/ou teóricos, um saber social acumulado durante sua trajetória; e a *Caixa de Ferramentas*, que contém o saber-fazer, técnicas e modelos de ação próprios do contexto. O Sítio, assim é estruturado a partir de um conjunto integrado, singular e aberto a múltiplos ambientes.

A proposta de Zaoual vai de encontro à humanização da racionalidade, que segundo ele (2006, p. 39) “consiste em situá-la no espaço vivido dos atores; também é torná-la multidimensional e dar-lhe um sentido em função do contexto de ação onde se desdobra”.

Zaoual (2006), tal como Leff (2016), argumenta que, as ciências modernas, como a economia, não permitem o entendimento da complexidade do funcionamento da sociedade e da natureza, ou ambiental como em Leff. Ambos defendem abordagens interdisciplinares, as quais possibilitam pensar a aplicação de uma economia não violenta.

Relativo a uma economia não violenta Zaoual (2006) observa que, nos países do Sul os projetos concebidos e implantados de fora para dentro, na maioria das vezes, não funcionaram. Por vez, as organizações instintivas de economia informal funcionaram de acordo com as necessidades dos meios sociais envolvidos. Nas economias informais, segundo o autor, os atores, ditos “de baixo”, demonstram mais engenhosidade que os peritos “da economia oficial, formal”, por conhecerem as realidades humanas de suas sociedades. Neste sentido, o referido autor (2006) advoga pelos projetos de desenvolvimento elaborados pelos indivíduos e organizações locais.

Num Sítio Simbólico de Pertencimento, segundo Zaoual (2003, 2006), o homem é situado, o homem é concreto em seu espaço vivido, ou seja, um *homo situs*, como o autor denomina. O *homo situs* é um homem ator da situação, que possui uma Racionalidade Situada. Na abordagem dos Sítios, as relações

econômicas são construções sociais dos Sítios. Nos Sítios não se separam as leis econômicas do contexto onde elas se desenvolvem.

A Racionalidade Ambiental, com base em Leff (2010), assim como a Racionalidade Situada de Zaoual (2003, 2006), propõe revisar a adoção de um pacote de medidas políticas, científicas e ideológicas para atingir fins sociais, garantindo às pessoas o direito democrático de participar de tomadas de decisão nos processos, projetos e gestão do desenvolvimento local ou ambiental.

Apesar das obras de Leff estarem classificadas como críticas ao economicismo que tomou conta do mundo propondo um olhar socioambiental, ou ainda interdisciplinar, é possível por meio dessas extrair dimensões que sustentam a Racionalidade Ambiental, por ele proposta. Zaoual, por sua vez, deixa claro as dimensões que colaboram numa avaliação de como se estabelecem outra racionalidade, a Racionalidade Situada, fazendo críticas a Racionalidade Econômica. É neste sentido que convergem as referências bibliográficas centrais. Como toda realidade acontece num espaço concreto, Bernard Pecqueur auxilia na investigação de um território singular construído pela racionalidade dos atores do território, em sua proposição de desenvolvimento territorial.

É com base nas literaturas expostas que, o estudo se propõe a elaborar, em meio a Racionalidade Econômica global, uma matriz que auxilie a analisar a existência de outras racionalidades, no caso específico da Ambiental e da Situada, de maneira a contribuir a evidenciar características de desenvolvimento local.

A matriz parte das categorias teóricas das Racionalidades Ambiental e Situada elegendo dimensões a serem analisadas na prática. O local, área geográfica escolhida compreende três municípios do Litoral do Paraná: Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, que segundo Pierri *et al* (2006), apresentam como principal atividade econômica o turismo de Sol e Mar.

A prática do lazer pelo turismo de sol e mar na microrregião é favorecida pelo clima local, que segundo Vanhoni e Mendonça (2008), é subtropical úmido, com média do mês mais quente superior a 22º Celsius e no mês mais frio inferior a 18º Celsius, não havendo estação seca definida, apenas verão quente e geadas menos frequentes.

Segundo Deschamps e Kleinke (2000), as atividades associadas ao turismo e ao lazer nos municípios praianos do Litoral do Paraná foram motivo do crescimento populacional nas últimas décadas e, ocorreu por fluxos migratórios da

Região Metropolitana de Curitiba. As populações de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, juntas, eram de 34.900 habitantes em 1991, 65.764 em 2000 e 82.443 em 2010. (IBGE, 2018).

As atividades relacionadas ao turismo, base da economia dos municípios praianos, ocorre durante a temporada de verão e, de acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES/BDE, 2011), ocupa parte da população residente e atrai pessoas de outros municípios do Brasil. Durante o período de baixa temporada, que vai de março a novembro, a economia dos municípios gira em torno da pesca e da realização de pequenos e médios eventos, além do comércio e serviços.

Os municípios do litoral do Paraná são locais que não se caracterizam pela produção industrial, ou seja, a de mercadorias para oferta no mercado, tal como caracterizada a produção da economia de mercado, o que pressupõe que vivam de maneira diferente. É com base nas características do local que se elegeu para observação o comércio ambulante de praia.

Os sujeitos escolhidos para observar a matriz de racionalidades são os vendedores ambulantes das areias das praias dos Municípios Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, os quais foram selecionados por tratar-se de uma população que atua em uma atividade específica do local e que dialoga como o global, representado pelos turistas durante o verão.

Trata-se de um grupo que possui autorização do poder público municipal para exercer o comércio ambulante de praia, no entanto, são trabalhadores informais, sem proteção social já que a licença recebida não constitui vínculo de trabalhista. Observa-se, assim, que os vendedores ambulantes encontram-se à margem da sociedade capitalista pautada no economicismo, ou seja, são detentores de outras racionalidades mescladas – híbridas -, definidas pela natureza (recursos ativados), pela dinâmica socioeconômica, pelos atores e pelas normas e regras estabelecidas.

Os vendedores ambulantes de praia promovem, portanto, um outro tipo de desenvolvimento, um desenvolvimento alinhado a natureza e às especificidades do local, dominado por Racionalidades Ambiental e Situada, sem deixar de ser econômica.

Esta atividade econômica coloca em evidência outra particularidade do local, a praia (concreto), que além de ser um elemento da natureza, com base na

Constituição Federal do Brasil de 1988, é um bem da União, ou seja, um patrimônio nacional (simbólico).

Portanto, sob um bem público, natureza, se estabelecem dois diferentes usos em simultâneo: de um lado, vendedores ambulantes, aparentemente produzindo, e de outro, turistas, aparentemente consumindo. O aparentemente se contrapõe a dialética do não aparente que remete a apropriação invisível que estes fazem pelo uso da natureza e suas validações sociais. A partir da problemática apresentada, define-se como questionamento da pesquisa:

Em que dimensões existem Racionalidade Ambiental e Situada pelos agentes econômicos de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, municípios que integram o Litoral do Paraná?

Os objetivos delimitados para o estudo são:

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Elaborar, em meio a Racionalidade Econômica global, uma matriz que auxilie observar e analisar a existência ou não de outras racionalidades, de maneira específica a Racionalidade Ambiental e a Situada, contribuindo para evidenciar características de desenvolvimento local.

1.1.2 Objetivos específicos

1. Identificar, por meio de revisão teórica, dimensões que caracterizam as Racionalidades Ambiental de Leff e Situada de Zaoual a fim de captá-las no campo empírico;
2. Contextualizar o local de estudo, como um espaço regulamentado pela sociedade e um espaço da natureza;
3. Capturar Racionalidades Ambiental e Situada, indicadas a partir da matriz teórica nos discursos dos atores locais.

1.2 ORGANIZAÇÃO DA TESE

A presente tese está organizada em cinco capítulos, sendo o primeiro, esta introdução. No segundo capítulo apresenta-se o referencial teórico que dá suporte a matriz teórica e embasou o estudo, contemplando três subcapítulos. O primeiro trata da crise ambiental que culminou na consciência ambiental ou ambientalismo, no saber ambiental e na construção da Racionalidade Ambiental. O segundo trata dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, na existência de um *homo situs* ou de uma Racionalidade Situada. E o terceiro trata do Desenvolvimento Territorial em diálogo com o Desenvolvimento Local e o Desenvolvimento Sustentável.

No terceiro capítulo é apresentada a área de estudo que compreende os municípios Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, no Litoral do Paraná, descrevendo aspectos geográficos, socioeconômicos e um breve histórico do uso, da ocupação e do turismo na microrregião.

A metodologia do estudo é tema do quarto capítulo. São apresentados os aspectos metodológicos: abordagem de pesquisa, método, instrumentos de coleta de dados e análise.

O quinto capítulo compreende os resultados obtidos a partir da pesquisa de campo. Apresentam-se as normas, regras e instituições relacionadas a organização do comércio ambulante em Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, a criação e percurso das Associação de Vendedores Ambulantes, adesão dos vendedores à estas, relação com o poder público, parcerias e participação política destes. É apresentada a relação do comércio ambulante com os percursos e trajetórias dos vendedores e os resultados referentes a existência das Racionalidades Econômica, Ambiental e Situada obtidos a partir das entrevistas com os atores locais e analisados com auxílio da matriz proposta.

No sexto capítulo apresentam-se as considerações finais da tese.

2 EM BUSCA DE OUTRAS RACIONALIDADES

No capítulo apresenta-se a literatura que embasou a pesquisa em busca de outras racionalidades de maneira a superar a crise socioambiental decorrente da Racionalidade Econômica, e encontra-se organizada em três subcapítulos: “Da crise ambiental às novas Racionalidades e Saberes”, “Os Sítios Simbólicos de Pertencimento” e “O Desenvolvimento Territorial”. A compreensão dos temas abordados é essencial para identificar categorias de análise em busca da prática.

2.1 DA CRISE AMBIENTAL ÀS NOVAS RACIONALIDADES E SABERES

Nesse subcapítulo apresenta-se uma contextualização sobre a questão ambiental e a crise da civilização moderna, que culminaram na emergência de uma consciência ambiental e ao ambientalismo, convergindo com as premissas para um modo de vida menos violento e um planeta mais sustentável.

2.1.1 A questão ambiental e a crise da civilização moderna

A problemática ambiental, segundo Leff (2015), surgiu nas últimas décadas do século XX, mais precisamente na década de 1960, como sinal expressivo da crise da Racionalidade Econômica que conduziu o processo de modernização e o crescimento econômico. A crise ambiental refletiu-se da irracionalidade ecológica e dos padrões dominantes de produção e consumo que marcaram os limites do crescimento econômico.

O crescimento econômico foi impulsionado pela Racionalidade Econômica e por paradigmas tecnológicos produtivos. Neste processo, a natureza foi, com base em Leff (2009) negada, banida, da esfera de produção, desencadeando degradação ambiental. Leff (2009, p. 288) argumenta que “para a economia, a natureza e a vida humana são apenas fatores de produção, objetos e força de trabalho”.

A problemática ambiental, segundo Oliveira Filho (2010), é uma questão complexa que deve ser analisada sob a perspectiva do modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade urbano-industrial contemporânea. Para o autor, trata-se de um modelo baseado na acumulação de capital e na maximização do lucro, que tem provocado extinção de recursos naturais, colocando em risco a existência humana.

Dupas (2008) argumenta que, o capitalismo globalizado desencadeou duas tensões fundamentais:

[...] de um lado, a estagnação dos níveis de miséria e pobreza – e o agravamento na concentração de renda – de muitos dos grandes países da periferia mundial que haviam sido deixados ao livre-arbítrio dos mercados e de sua lógica global, trazendo a imperiosa necessidade de retomada de seu crescimento. De outro, uma crise ambiental, sem precedentes, provocada pelo próprio modelo econômico “sucateador” de produtos e “esbanjador” de energia. (DUPAS, 2008, p. 21).

De acordo com Leff (2015), na concepção da Racionalidade Econômica, a natureza é reduzida à valorização no mercado como capital natural, e o trabalho, os princípios éticos, os valores culturais, as potencialidades do ser humano e a capacidade de inovação deste às formas funcionais do capital humano.

Para Guimarães (2003), o modelo de desenvolvimento capitalista, estruturado pela sociedade moderna urbano-industrial, apóia-se na idéia da modernização e do progresso ilimitados, o que significa dominação da natureza e apropriação ilimitada de recursos.

Gonçalves (2004) argumenta que, esse modelo de desenvolvimento pauta-se numa lógica que valoriza a iniciativa privada que produz a acumulação desigual, gerando desigualdades sociais e perpetuando o subdesenvolvimento.

Para Leff (2009) o sistema de produção capitalista, ao se concentrar na maximização do lucro, excedente econômico no curto prazo e na ordem jurídica do direito privado, gerou degradação dos ecossistemas que são a base de todo o sistema produtivo e, conseqüentemente, gerou transformação e destruição de valores humanos, sociais e culturais, ligados a práticas comunitárias de utilização de recursos naturais.

Para Santos (2000, p. 20) “os agravos à natureza são sobretudo originários do modelo de civilização que adotamos”. Nesse sentido, Boff (2003, p. 35) argumenta que, se trata de “um modelo civilizatório depredador e consumista que, se universalizado, demandaria três planetas semelhantes ao nosso”.

Leff (2001) afirma que, a degradação ambiental é sintoma da crise civilizatória da sociedade moderna, a qual é caracterizada pelo predomínio da razão tecnológica sobre a organização da natureza. A crise ambiental, para Leff (2009), questiona as bases conceituais que, por um lado, legitimaram o crescimento econômico e, por outro, negaram a natureza.

Leff (2009, p. 151) comenta que:

[...] a causa predominante da 'crise ambiental' não é a pressão crescente da população sobre os recursos escassos, nem sequer a tendência 'natural' do progresso histórico para um consumo crescente de energia. A superexploração dos recursos e a crise de alimentos e energia são resultado de um processo econômico dirigido com o propósito de maximizar, num curto prazo, os lucros privados dos capitais investidos, associado com os padrões de consumo da sociedade opulenta, ou, por fim, de maximizar os excedentes econômicos nas economias socialistas, baseadas num Capitalismo de Estado (hoje em vias de extinção).

Para Leff (2009), o sistema de produção capitalista, pautado na Racionalidade Econômica, que se consolidou em várias regiões do mundo, separou o homem da natureza, explorou a força de trabalho humana e mercantilizou a natureza. Com o capitalismo, segundo o autor (2009, p. 285), gerou-se uma

Tendência para a homogeneização dos modelos produtivos, dos padrões de consumo e dos estilos de vida. Isto conduziu a uma desestabilização dos processos ecológicos ao separar as práticas tradicionais de uso dos recursos, desintegrando a identidade e solidariedade dos grupos culturais e dissipando o sentido da vida humana.

A questão ambiental, segundo Leff (2015), problematiza as bases da produção, defende a desconstrução do paradigma econômico moderno e propõe a construção de futuros possíveis, embasados nos limites das leis da natureza, nos potenciais ecológicos, na produção de sentidos sociais e na criatividade humana.

A crise ambiental, com base em Leff (2003), levou a questionar o conhecimento do mundo, a interrogar o projeto epistemológico que se baseou na homogeneidade, na unidade e na uniformidade e abriu uma nova reflexão sobre a natureza do ser, do saber e do conhecer.

Com a visibilidade da crise ambiental e a divulgação das possíveis consequências emergiu o ambientalismo, um movimento social questionador de contradições do mundo moderno.

2.1.2 A consciência ambiental e o ambientalismo

As raízes da consciência ambiental, segundo Bernardes e Ferreira (2012) datam do final do século XIX, que emergiu após a Revolução Industrial e promoveu mudanças na visão sobre o mundo. Segundo os autores, foi a primeira vez que a humanidade percebeu a finitude dos recursos naturais e que seu uso desenfreado poderia significar o fim da existência humana.

A consciência ambiental, de acordo com Leff (2015), surgiu na década de 1960 com o livro *Primavera Silenciosa*, no qual a bióloga Rachel Carson denunciou os riscos de inseticidas e pesticidas para a poluição e contaminação do meio natural.

Na década de 1970, segundo Leff (2015), a consciência ambiental se expandiu com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, em 1972. Na ocasião foram indicados limites da Racionalidade Econômica e os desafios da degradação ambiental para um projeto de civilização e induziu-se a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – PNUMA.

Castells (2006) destaca o surgimento das Organizações não Governamentais – ONGs – a partir da década de 1970, como o Greenpeace, fundado em Vancouver, Canadá, em 1971, como maior organização ambiental no mundo e principal responsável pela popularização de questões ambientais.

Em 1984 foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), Comissão Bruntland, naquele momento, para avaliar os processos de degradação ambiental e as políticas ambientais para os enfrentamentos. E em 1987, a Comissão publicou as conclusões o Relatório Bruntland, intitulado como: “Nosso Futuro Comum”. (LEFF, 2015).

Ainda em 1987 foi registrado o Protocolo de Montreal, tratado internacional que proibiu o uso de substâncias que empobrecessem a camada de ozônio, como Cloro Flúor Carbonetos (CFC), estabelecendo prazos para sua substituição. O tratado entrou em vigor em janeiro de 1989. (OLIVEIRA; MACHADO, 2004).

A partir do Relatório Bruntland, que oferecia uma nova perspectiva à questão da crise ambiental e do desenvolvimento, foram convocados chefes de Estado de todo o planeta para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – RIO 92 -, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992. (LEFF, 2015).

A RIO 92 reafirmou que, a questão ambiental deveria envolver toda a humanidade. Durante a Conferência, cinco temas ambientais considerados globais foram centrais nas discussões: preservação da biodiversidade, aquecimento global, proteção da camada de ozônio, proteção das florestas e promoção do desenvolvimento sustentável. Um dos principais resultados da RIO 92 foi a assinatura da Agenda 21.

A Agenda 21 consistiu em um programa global para regulamentar um processo desenvolvimentista baseado em princípios de sustentabilidade. Este programa, segundo Leff (2015), possibilitou prefigurar uma política de mudança global para desvelar contradições entre meio ambiente e desenvolvimento.

Também em 1992, celebrou-se 500 anos da conquista dos povos da América Latina sob a colonização cultural homogênea e a apropriação capitalista nos territórios de moradia de povos pré-hispânicos, de culturas mesoamericanas e andinas. (LEFF, 2015).

Em 1997 foi firmado o Protocolo de Kyoto, um acordo internacional entre os países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU) que fixou metas de redução na emissão de gases causadores do efeito estufa e, conseqüentemente, do aquecimento global.

Em 2002 foi realizada a terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - RIO +10 – em Johannesburgo, África do Sul. Os temas discutidos nesta Conferência foram: padrões insustentáveis de produção e consumo, erradicação da pobreza, manejo sustentável de recursos naturais e compatibilização da globalização com o desenvolvimento sustentável. (OLIVEIRA; MACHADO, 2004).

Em 2007, no relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)⁴ esclareceu que o aumento da temperatura média do planeta é consequência da ação humana sobre o meio ambiente. De acordo com o Relatório, o aquecimento global é consequência do atual modelo de desenvolvimento que privilegiou uma matriz energética baseada no intenso consumo de combustíveis fósseis, sendo uma consequência da ação humana. (OLIVEIRA FILHO, 2010).

⁴O IPCC – *Intergovernmental Panel on Climate Change* é uma organização científico-política criada em 1988 no âmbito das Nações Unidas pela iniciativa do PNUMA.

A consciência ambiental, segundo Leff (2009, p. 291) é: uma “consciência de classe; que apela à sociedade no seu todo como sujeito moral, para a mobilização e reconstrução do mundo a partir dos princípios éticos do ambientalismo”.

O ambientalismo, com base em Leff (2001, p. 154):

É um movimento que problematiza os padrões de produção e de consumo, os estilos de vida e as orientações e aplicações do conhecimento no projeto de desenvolvimento. O ambientalismo abre-se, assim, para um novo projeto de civilização, que implica a construção de uma nova racionalidade produtiva e uma nova cultura.

Para Leff (2001, p. 155), o ambientalismo:

Incorpora novos critérios para a ação social, novas formas de participação, novos objetivos e valores para o desenvolvimento humano, novas estratégias econômicas para a satisfação das necessidades materiais, pela ativação de outros princípios e forças naturais, tecnológicas e sociais. O ambiental revela-se como uma nova força política.

Castells (2006) distingue o ambientalismo da ecologia. Para ele, o ambientalismo se refere:

As formas de comportamento coletivo que, tanto em seus discursos como em sua prática, visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional atualmente predominante. (CASTELLS, 2006, p. 143)

Já a ecologia é definida por Castells (2006, p. 144) como “um conjunto de crenças, teorias e projetos que contempla o gênero humano como parte de um ecossistema mais amplo e visa manter o equilíbrio desse sistema em uma perspectiva dinâmica e evolucionária”. Na visão de Castells (2006, p. 144): “o ambientalismo é a ecologia na prática, e a ecologia é o ambientalismo na teoria”.

O autor citado defende que a principal forma de ambientalismo é a mobilização de comunidades em defesa de seu espaço geográfico e contrárias à devastação do meio natural em nível local. Assim, de acordo com Castells (2006) são organizadas associações de moradores, cientistas, estudantes, naturalistas e outros grupos sociais que pretendem impedir a degradação de seus locais de trabalho e moradia.

Quanto à tipologia do ambientalismo, Castells (2006, p. 143) apresenta cinco tipos, definindo-os analiticamente a partir de três características que, segundo ele,

são determinantes de um movimento social: identidade, adversário e objetivo. (QUADRO 1).

QUADRO 1 – TIPOLOGIA DOS MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS

Tipologia dos Movimentos Ambientalistas			
Tipo (exemplo)	Identidade	Adversário	Objetivo
Preservação da Natureza (Grupo dos Dez, EUA)	Amantes da Natureza	Desenvolvimento não controlado	Vida Selvagem
Desafio do próprio espaço (Não no meu Quintal)	Comunidade Local	Agentes Poluidores	Qualidade de vida/saúde
Contracultura, Ecologia Profunda (<i>Earth First!</i> , ecofeminismo)	O ser “verde”	Industrialismo, tecnocracia e patriarcalismo	“Ecotopia”
<i>Save the Planet</i> (Greenpeace)	Internacionalistas na luta pela causa ecológica	Desenvolvimento global desenfreado	Sustentabilidade
“Política Verde” (<i>Die Grunen</i>)	Cidadãos preocupados com a proteção do meio ambiente	Estabelecimento político	Oposição ao poder

FONTE: Castells (2006, p. 143).

O ambientalismo foi, com base em Castells (2006), fonte de inspiração para algumas contraculturas originadas nos movimentos dos anos 60 e 70. O autor (2006, p. 147) entende como contracultura “a tentativa deliberada de viver segundo normas diversas e, até certo ponto, contraditórias em relação às institucionalmente reconhecidas pela sociedade, e de se opor a essas instituições com base em princípios e crenças alternativas”.

Segundo Leff (2015), no Sul, o ambientalismo decorre de uma luta pela sobrevivência em uma degradação socioambiental crescente. Camponeses e indígenas, assim como a população urbana marginalizada se organizaram, lutaram e ainda lutam contra a pobreza causada pela destruição de recursos naturais, degradação de condições de produção e ausência de equipamentos e saneamento básico. O ambientalismo apresenta em sua essência a interdisciplinaridade, que segundo Leff (2001, p. 70), “surge com a pretensão de promover intercâmbios teóricos entre as ciências e de fundar novos objetos científicos”.

No Brasil, com base em Viola (1987), são distinguidos três períodos na história do movimento ecológico: a primeira fase, de 1974 a 1981, foi denominada ambientalista, caracterizada por movimento de denúncia de degradação ambiental nas cidades e criação de comunidades alternativas rurais; a segunda fase, de 1982

a 1985, foi marcada pela expansão quantitativa e qualitativa dos movimentos da primeira fase e; na terceira fase, a partir de 1986, marcada pelo movimento ecológico participando ativamente da arena parlamentar.

As reflexões decorrentes do movimento ambientalista têm orientado para os limites das ações humanas com o planeta, aumentando a consciência sobre os riscos globais. Para Arendt (2007, p. 11):

[...] não há motivo para duvidar de nossa atual capacidade de destruir toda vida orgânica da Terra. A questão é apenas se desejamos usar nessa direção nosso novo conhecimento científico e técnico – e esta questão não pode ser resolvida por meios científicos: é uma questão política de primeira grandeza, e portanto não deve ser decidida por cientistas profissionais nem por políticos profissionais.

Parece consenso entre os autores acima e movimentos ambientalistas, que a problemática ambiental é causada por uma crise da civilização moderna, e sua minimização exige a reconstrução da Racionalidade Econômica, portanto política da sociedade. Assim, propor novos paradigmas de desenvolvimento, como o ambientalismo, implica na construção de novas lógicas de vida que exigirá, por pressuposto, transformações nas relações entre os homens e entre estes e a natureza.

2.1.3 O saber ambiental e o conceito de ambiente

A problemática ambiental, com base em Leff (2009, p. 288), trouxe a “cena política os valores do humanismo: a dignidade humana, os sentidos da existência, a solidariedade social, o cuidado da natureza e o encantamento pela vida” e com isso, a necessidade de construção de outras formas de racionalidades.

A formação de uma Racionalidade Ambiental, que explica o comportamento de sistemas socioambientais complexos, segundo Leff (2015), envolve a constituição de um saber ambiental integrado aos conhecimentos disciplinares, considerando que:

O saber ambiental problematiza o conhecimento fragmentado em disciplinas e a administração setorial do desenvolvimento, para constituir um campo de conhecimentos teóricos e práticos orientado para a rearticulação das relações sociedade-natureza (LEFF, 2015, p.145).

O saber ambiental emerge, segundo Leff (2009):

Como uma consciência crítica e avança com um propósito estratégico, transformando os sistemas de valores, as normas éticas, os conceitos e métodos de uma série de disciplinas e construindo novos instrumentos que permitam a concretização do discurso ambiental na realização de projetos e programas de gestão participativa e na construção de uma racionalidade ambiental. (LEFF, 2009, p. 303).

De acordo com o autor, o saber ambiental ultrapassa o campo das Ciências Ambientais e se estende para um campo interdisciplinar no intuito de abrir-se ao contexto dos valores éticos, dos conhecimentos práticos e dos saberes tradicionais.

O saber ambiental, segundo Leff (2015), emerge como questionador da racionalidade científica enquanto instrumento de dominação da natureza. Para o autor (2015) o saber ambiental é uma categoria que funciona como estratégia conceitual, que se constrói e concretiza através de múltiplas inter-relações entre a teoria e a práxis.

De acordo com Leff (2015, p. 149) o saber ambiental constrói-se a partir de:

um processo transdisciplinar de problematização e transformação dos paradigmas dominantes do conhecimento; transcende as teorias ecologistas, os enfoques energetistas e os métodos holísticos no estudo dos processos sociais. [...] integra fenômenos naturais e sociais e articula processos materiais que conservam sua especificidade ontológica e epistemológica, irredutível a um metaprocesso homologador e a um *logos* unificador.

Para o autor a inter e a transdisciplinaridade são necessárias ao saber ambiental por ultrapassar os limites de um paradigma globalizado. Assim, o saber ambiental se constitui em um conceito complexo, integrado por processos de ordem natural, técnica e social.

A emergência do saber ambiental permitiu novas possibilidades para o desenvolvimento de disciplinas sociais, entre elas a relação entre cultura e natureza. O saber ambiental, segundo Leff (2015), possibilita o progresso do conhecimento ao questionar os princípios ideológicos e problematizar os paradigmas científicos nos quais a constituição da civilização moderna foi baseada.

O saber ambiental foi criado na conscientização de produção teórica e pesquisa científica e se constitui através de processos culturais, políticos e sociais que potencializam mudanças nas relações sociedade-natureza.

Este saber emerge da ausência de conhecimento que direciona o saber para busca de novas compreensões teóricas, novas formas de apropriação do mundo e novos sentidos de civilizações. Esse saber se constitui da fusão de diálogos e saberes, contemplando desde conceitos mais abstratos até práticas do cotidiano.

Além do sentido crítico, para Leff (2015), o saber ambiental também é prospectivo. Internaliza-se em campos distintos do conhecimento teórico e prático, aumenta a área de compreensão com um poder maior para explicar a complexidade do campo socioambiental, do qual derivam ferramentas de prevenção, controle e manejo do meio ambiente.

O conceito de ambiente proposto por Leff (2015, p. 86) sugere:

Além de um equilíbrio entre crescimento econômico e conservação da natureza, a possibilidade de mobilizar o potencial ecotecnológico, a criatividade cultural e a participação social para construir formas diversas de um desenvolvimento sustentável, igualitário, descentralizado e autogestionário, capaz de satisfazer as necessidades básicas das populações, respeitando sua diversidade cultural e melhorando sua qualidade de vida.

A concretização do conceito de ambiente exige mudanças nos processos de produção, de valores sociais e de relações de poder, só assim é possível instalar uma nova racionalidade produtiva orientada para a gestão participativa.

2.2 OS SÍTIOS SIMBÓLICOS DE PERTENCIMENTO E AS RACIONALIDADES AMBIENTAL E SITUADA

Nesse subcapítulo apresentam-se a origem e os fundamentos da Racionalidade Situada, presentes na Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento de Hassan Zaoual e da Racionalidade Ambiental de Enrique Leff. Por trás do conceito de Sítio Simbólico, com base no autor, existem “Caixas: Preta, Conceitual e de Ferramentas” que compõe o Sítio, ou seja, fundamentam a tomada de decisão dos atores locais.

2.2.1 Do global ao Local: Entre o formal e o informal

As ciências modernas, como a economia, para o economista marroquino Hassan Zaoual (2006), não permitem o entendimento da complexidade do

funcionamento da sociedade. Estas ciências tendem a buscar a uniformidade da realidade, que são múltiplas pela natureza social ou biológica.

Zaoual (2003) critica a imposição global do modelo de desenvolvimento dos países do Norte, capitalista, sobre os países do Sul e assinala que, a ocidentalização do mundo, decorrente da globalização, desrespeita a diversidade cultural, estimulando resultados desastrosos social e ambientalmente ao planeta. O autor (2002, p. 2, tradução livre) argumenta que “a mundialização, como é conduzida, destrói as raízes da existência autônoma dos humanos.”

Nesse sentido, Zaoual (2002, p. 1) advoga que

[...] estamos aqui diante do único! Cada sociedade ou cada indivíduo também é único. Essa diversidade é negada pelo pensamento global. Para este aquela é, na verdade, monodisciplinar. É reduzida a conceitos e indicadores puramente econômicos. (tradução livre).

Para o autor (2003), não se pode conceber os processos de desenvolvimento simplesmente exportando de um lugar a outro. Zaoual (2003) observa que nos países do Sul, os projetos concebidos e implantados de fora para dentro, na maioria das vezes, não funcionaram.

No extremo Sul do planeta, com base em Zaoual (2002, p. 3), as dinâmicas informais corrigiram erros de projetos globais por disporem de raízes que as economias formais não possuíam. As economias formais dos povos do Sul empreenderam experiências próprias a partir das características dos locais. Para o autor (2002, p. 3, tradução livre) “os lugares tem uma alma que a economia racional ignora”.

Zaoual (2003) argumenta que as organizações instintivas de economia informal funcionaram de acordo com as necessidades dos meios sociais envolvidos. Nas economias informais, segundo o autor, os atores, ditos “de baixo”, demonstram mais engenhosidade que os peritos “da economia oficial, formal”, por conhecerem as realidades humanas de suas sociedades.

Ao tratar sobre alguns aspectos da economia informal, Zaoual (2010) argumenta que:

No plano empírico, os estudos que exploram o paradoxo formal/informal nas economias ditas em via de desenvolvimento, ilustram largamente o fato incontestável que as organizações com melhor desempenho são aquelas que não desligadas das realidades sociais e locais. Consideradas como “informais”, elas encontram seus fundamentos em Sítios geradores de culturas compostas, de redes sociais e de pertencimento a grupos sociais. Contrariamente à visão errônea dos economistas que os consideram como “realidades econômicas não estruturadas”, as dinâmicas informais têm suas próprias estruturas endógenas. Estas são frequentemente implícitas e remetem a universos complexos que o reducionismo dos especialistas é incapaz de decifrar baseando-se em conceitos não ajustados. (ZAOUAL, 2010, p. 31).

Assim, para Zaoual (2003, 2006), devem-se considerar as práticas locais, visto que os dinamismos da economia dita informal funcionam de maneira enraizada nos meios locais. Ao mesmo tempo, o autor sugere repensar as especificidades dos lugares, considerando a representação dos atores situados.

O termo informal, de acordo com Cacciamali (1983) passou a ser utilizado em 1972, a partir do estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizado no Quênia, sobre atividades não regulamentadas comuns em países subdesenvolvidos.

A partir do final da década de 1980, de acordo com Lima (2009), os estudos sobre o trabalho informal passaram a ter a flexibilidade como palavra de ordem, devido às mudanças para o modelo de produção e organização do trabalho taylorista-fordista.

Para Lima (2009) e Barbosa (2011) a informalidade se constituiu em elemento definitivo, não representando algo transitório. Assim, para Tokman (2004, p. 177) “se o setor informal não existisse, teríamos que inventá-lo”.

O autor espanhol Pérez-Sainz (1995; 1998), pioneiro na discussão sobre o que ele denomina nova informalidade, identificou que um dos cenários para a nova informalidade corresponde às micro e pequenas empresas que se beneficiam de um contexto sociocultural e do capital social da comunidade na qual estão inseridos. Geralmente estão situadas em municípios pequenos, em geral rurais e, distantes de grandes centros urbano-industriais. Os outros dois cenários referem-se à exclusão populacional decorrente da dinâmica da globalização e aos movimentos de deslocalização de empresas que buscam redução de custos e flexibilidade objetivando melhores chances de competição no mercado global.

Cacciamali (1983) considera os setores informal e formal como interdependentes. Para a autora tais setores correspondem a expressões de

relações não isoladas da realidade e, por isso não devem ser encarados como uma visão dual da realidade.

A economia formal, com base em Panhuys (2006, p. 60), apresenta como contrapartida “o crescimento irreprimível das economias populares e vernaculares informais onde se inventam a cada dia, de modo espontâneo, outra sociedade, outra economia, outra cultura”.

O autor Broad⁵ (2000) citado por Lima (2009) supõe que o trabalho assalariado, formal, se constituiu em uma exceção nas formas de utilização da força de trabalho, questionando se a anomalia do capitalismo não seria a formalização e não a informalidade.

Para Zaoual (2003, 2006), as alternativas ao capitalismo e à globalização, tanto nos países do Norte como nos do Sul, devem redefinir o homem em sua universalidade e diversidade. Essa proposta supõe o fim da separação entre as ciências sociais do capitalismo e um diálogo entre culturas.

Zaoual (2006) propõe em decorrência da disciplinaridade do conhecimento científico e mundialização de um modelo de desenvolvimento, assim como pela observação da existência de outras economias, a ideia de uma economia não violenta baseada em conceitos transdisciplinares por meio da abordagem dos Sítios Simbólicos de Pertencimento e de uma economia baseada numa Racionalidade Situada, decorrente da existência do *homo situs*.

Para sua construção teórica, o autor (2006, p. 24) buscou responder: “como abrir a teoria econômica às entidades do social para melhorar seu poder explicativo”.

De acordo com Zaoual (2006), as pesquisas interdisciplinares e interculturais sobre desenvolvimento e globalização foram estimuladas pelo fato das economias oficiais, financiadas e conhecidas de fora terem fracassado, ao passo que as economias ditas informais de dentro, ativada pelos excluídos das economias oficiais, apresentam dinamismo espetacular. Essas pesquisas, de acordo com o referido autor, originaram a Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento. Segundo o autor (2006, p. 60) “os microdinamismos da economia dita informal funcionam de maneira enraizada nos meios locais”.

⁵ BROAD, D. The periodic casualization of work: the informal economy, casual labor, and the Longue Derée. In: TABAK, F.; CRICHLLOW, M. A. **Informalization**. Process and structure. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2000.

Na Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, segundo Zaoual (2003, 2006), as leis econômicas não são separadas do contexto moral e social donde acontecem, ou seja, aparecem como construções sociais.

Na abordagem dos Sítios, Zaoual (2006) defende a reaproximação das disciplinas, pois segundo ele, o que se separa no plano abstrato, encontra-se misturado no plano concreto através dos comportamentos individuais e coletivos.

Neste sentido, o referido autor (2006) defende que a elaboração de projetos de desenvolvimento seja realizada com o envolvimento dos indivíduos e organizações locais.

2.2.2 Os Sítios Simbólicos de Pertencimento e as Caixas

Zaoual (2003) propõem a busca de identidades locais para dialogar no global, propondo um modelo que ele denomina: *Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento*⁶ ou *Teoria dos Sítios Simbólicos*. Na concepção do autor (2003, p. 8), um Sítio é:

Um local em sentido geográfico (bairro, cidade, microrregião, região, país etc.) e também em sentido simbólico (adesão a uma cultura, a uma ideologia, a uma religião), remetendo a significados específicos definidos pelos seus atores que, em função de sua identidade, de um lado, aceitam ou recusam o que lhes é proposto ou imposto de fora e, por outro, procuram soluções originais para seus problemas.

Zaoual (2003, p. 30) comenta que

De modo essencial, na prática, o conceito de Sítio é “flexível”. Pode aplicar-se em múltiplas escalas e organizações: um bairro, uma cidade, uma região, qualquer localidade, uma tribo, uma etnia, uma comunidade de fato de origem diversa, um país, uma cultura, uma civilização, uma profissão, um ofício, uma empresa ou organização qualquer...

Os Sítios, segundo Zaoual (2006) associa os mundos simbólicos e morais dos homens as suas práticas cotidianas. É uma forma de “repensar os lugares em sua especificidade, levando em conta os sistemas de representação dos atores” (p. 31). O Sítio se constitui, com base em Zaoual (2003, p. 54) de uma “entidade que

⁶ Hassan Zaoual também se refere à Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento como Sitiologia (ZAOUAL, 2002); Abordagem dos Sítios, Método dos Sítios, Filosofia dos Sítios, Lógica dos Sítios, Pensamento dos Sítios (ZAOUAL, 2006).

contribui para a integração das organizações sociais e dos indivíduos que as compõem”.

Para Zaoual (2006, p. 33) os Sítios:

são concepções evolutivas do mundo compostas de crenças (mitos, valores, representações etc.), de ritos, de rotinas, de hábitos, de conhecimentos empíricos e/ou teóricos (um saber social), de modelos de ação individual e coletiva etc., combinando assim uma caixa preta, uma caixa conceitual e uma caixa de ferramentas e modelos de comportamento. O todo está ligado pelo sentido implícito do Sítio.

Cada Sítio Simbólico de Pertencimento, com base em Zaoual (2006, p.32), é essencialmente “uma entidade imaterial que impregna o conjunto da vida em dado meio”. Os Sítios, para o autor (2006, p. 34) “constituem o cadinho da identidade para as pessoas; são comunidades de sentido, sistemas de pertencimento”. Para Zaoual (2008):

Um Sítio é, antes de tudo, uma entidade imaterial, invisível. Ele impregna secretamente os comportamentos individuais, coletivos e todas as manifestações materiais de uma região dada (paisagem, *habitat*, arquitetura, saber-fazer e técnicas, utensílios, modo de coordenação e de organização econômica etc.). Deste ponto de vista, é um “patrimônio coletivo” vivo que tira sua consistência do “espaço vivido” pelos atores. (ZAOUAL, 2008, p. 7).

Um Sítio, para Panhuys (2006, p.85), “funciona fundamentalmente segundo uma ‘Racionalidade Situada, contextualizada’, de ‘caráter’ eminentemente ‘qualitativo’, sempre ‘específica’, imprevisível, semelhante a nenhuma outra”.

As origens da abordagem dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, com base em Zaoual (2006), se dão a partir de quatro princípios: diversidade, singularidade, prudência e monitoramento, que se entrelaçam.

A diversidade dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, primeiro princípio, é resultante da interação de um Sítio com as escalas em que estão inseridos e que os tornam entidades plurais que vivem da heterogeneidade circundante. Apesar de seu caráter único, ao absorver o múltiplo, salvaguardam a identidade.

Ao mesmo tempo em que um Sítio apresenta diversidade, com base em Zaoual (2006), também apresenta singularidades (segundo princípio) relativas ao espaço vivido inviabilizam um modelo único e exigem respeito às particularidades dos Sítios, pressupondo uma nova ética à pesquisa, a da prudência. O terceiro

princípio, da prudência, considera que os valores dos especialistas de projetos externos diferem dos valores dos atores dos Sítios alvos, que apresentam cosmovisões e alfândegas invisíveis. Com isso, o princípio do monitoramento discorre sobre a ideia que cada situação requer normas e ferramentas adequadas.

A Teoria dos Sítios Simbólicos, segundo Zaoual (2008, p. 7) “postula que o Sítio é uma cosmovisão, um espaço de crenças partilhadas que define o real, em um dado momento, bem como as concepções e as práticas de seus atores”.

O autor (2008) descreve três níveis de realidade de um Sítio (conjunto de vida em dado meio) que ele denomina de pedagogia das Três Caixas. Para o autor (2003; 2006), um Sítio é constituído de “três caixas”: *Caixa Preta*, *Caixa Conceitual* e *Caixa de Ferramentas*, que são integradas e inter-relacionadas e compreendem os saberes e o senso comum local.

A *Caixa Preta*, de acordo com Zaoual (2003; 2006), é composta de crenças, mitos fundadores, valores, revelações, revoluções, sofrimentos e experiências passadas pelo grupo, conscientes ou inconscientes, ritualizadas. Consiste no aspecto simbólico, geralmente oculto, das práticas do Sítio. Panhuys (2006, p. 79) se refere a esta caixa como o “universo das crenças e das divindades”.

Para Zaoual (2008), a relatividade de um território propicia que cada Sítio tenha a própria *Caixa Conceitual* que guia as práticas cotidianas. Cada território, com base em Zaoual (2003; 2006), contém conhecimentos empíricos e/ou teóricos, que consistem nos saberes sociais acumulados durante a trajetória do Sítio e do *homo situs*. Esta caixa é denominada por Panhuys (2006, p. 79) como o “universo da reflexão e dos conceitos”.

A *Caixa Preta* e a *Caixa Conceitual*, segundo Zaoual (2006), compreendem o sujeito situado pela imaterialidade e materialidade, respectivamente, do local, decorrentes de experiências individuais e coletivas e abstrações que fazem os indivíduos agirem e tornarem-se atores da situação.

Para Zaoual (2003; 2008) as teorias, conhecimentos, modelos e o saber social local são fortemente influenciados pela cosmovisão do Sítio, motores simbólicos para a ação.

Das duas caixas emerge uma terceira: a *Caixa de Ferramentas*, que, segundo Zaoual (2003; 2006), contém o saber-fazer, técnicas, modos de organização, modos de exploração do ambiente e modelos de ação próprios do contexto. Zaoual (2008) argumenta que o saber-fazer está ligado ao saber-ser. A

Caixa de Ferramentas é denominada por Panhuys (2006, p. 80) como “universo da ação, dos instrumentos e dos procedimentos”.

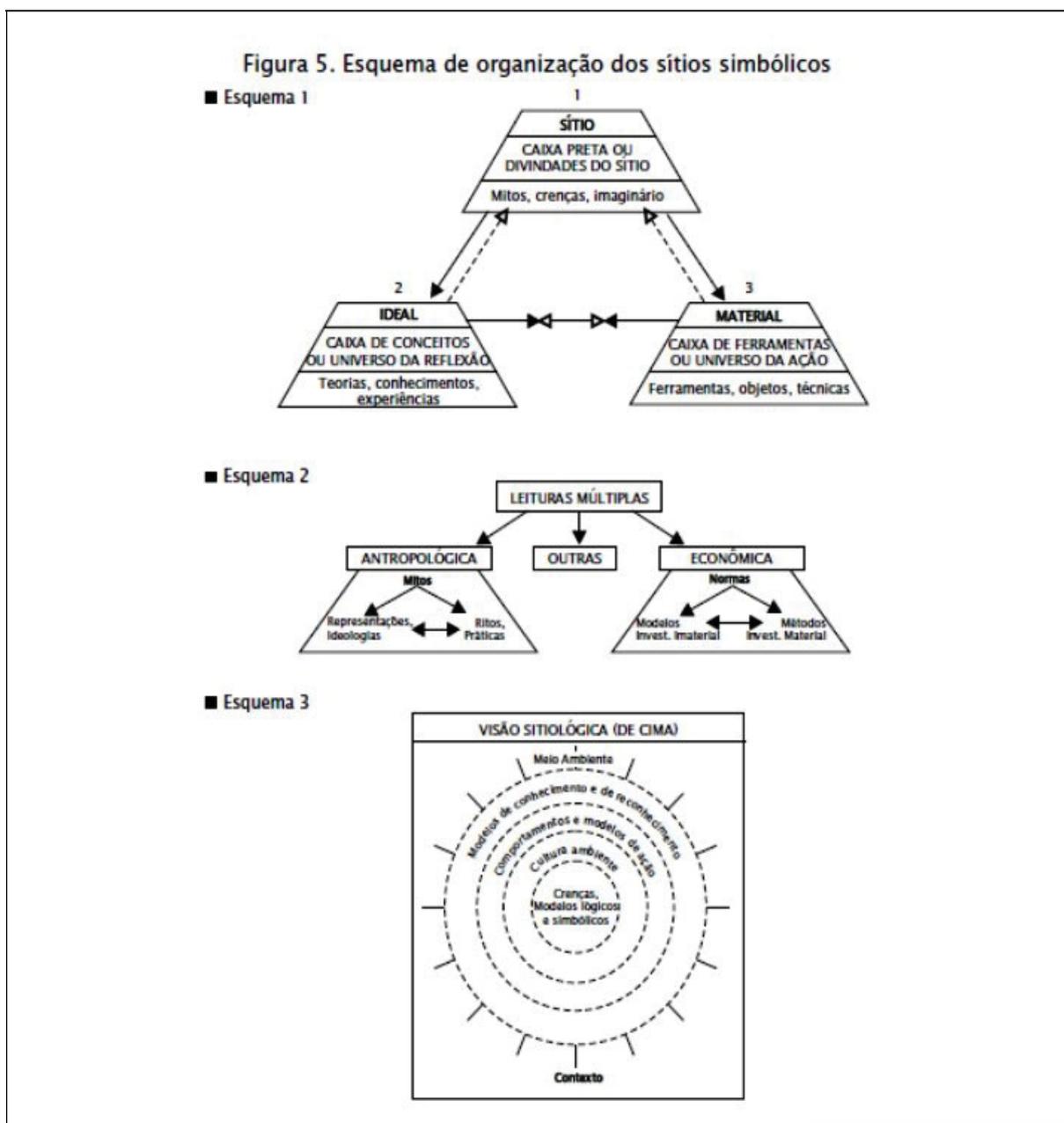
Para o autor (2008, p. 7):

Percorridas pelo senso comum produzido pelas interações entre os atores, as três caixas se encaixam e dão lugar a uma coerência ao conceito de Sítio. Esta interatividade contribui, na prática, para construir, de uma parte, uma ligação entre o imaginário do Sítio e o real e, de outra parte, para formar um conhecimento comum e uma coesão entre os homens do Sítio.

As três caixas, para Zaoual (2008, p. 7), estão “embaralhadas na arquitetura do Sítio como uma ligação fundamental de entendimento e de coordenação entre os aderentes”. Assim, o Sítio para o autor (2003; 2006) é estruturado sob forma de um conjunto integrado, singular e aberto a múltiplos ambientes: local, regional, nacional e mundial.

Henry Panhuys (2006) elaborou três esquemas para apresentar a organização dos Sítios Simbólicos de Pertencimento de Zaoual (FIGURA 1).

FIGURA 1 - ESQUEMA DE ORGANIZAÇÃO DOS SÍTIOS SIMBÓLICOS DE PERTENCIMENTO



FONTE: Panhuys (2006, p. 80).

De acordo com Zaoual (2006, p. 33) “o senso comum que o Sítio dá a seu mundo percorre o conjunto dessas ‘caixas’, nenhuma delas estando isolada do restante”. Assim, o autor (2006) pondera que toda e qualquer manifestação ou mudança gera reação em cadeia no Sítio, tendo que se refazer, unificando ou neutralizando a entidade intrusa. Assim, nada pode ser isolado do Sítio, principalmente os aspectos econômicos e tecnológicos.

O autor (2006) argumenta que, os indivíduos e as comunidades possuem necessidades quase orgânicas de terem mitos sagrados, balizamentos coletivos e

segurança diante da desordem que acompanha a evolução. Os Sítios são pontos de enraizamentos dos indivíduos que fornecem áreas de estabilidade aos fenômenos sociais, inclusive aos processos econômicos. O Sítio, com base em Zaoual (2008), articula crenças, comportamentos e conhecimentos.

Para Zaoual (2006, p. 35), “a permanência e a mudança parecem ser *irmãs gêmeas inimigas* na prática”. Ao mesmo tempo em que o Sítio muda como consequência de acontecimentos imediatos, ele seleciona e salvaguarda seu passado, sua identidade, sua integridade, sua memória e tudo que se torna parte dele.

Um Sítio, com base em Zaoual (2010) é

perceptível somente através dos rastros, frequentemente fugidios, que ele deixa no mundo visível, aquele dos comportamentos dos seus partidários e em tudo o que os cerca e faz sua vida quotidiana, da cultura à arquitetura, passando pela economia de sua organização social. (ZAOUAL, 2010, p. 24).

O autor (2006, p. 35) argumenta que: “as sociedades são feitas não apenas de trocas calculáveis (trocas pelo mercado) e não calculáveis (a dádiva), mas também de enraizamentos e de valores não intercambiáveis”. Assim, para Zaoual (2006, p. 219) “o procedimento de mercado é aceito com a condição de não introduzir todos os transtornos da economia mercantil e de coabitar com outras formas de coordenação endógena de tipo comunitário”.

Nesse sentido, com base em Zaoual (2006, p. 32) “os comportamentos econômicos são moldados no Sítio e pelo Sítio, o que lhes dá o caráter de construções sociais contextualizadas”.

Zaoual (2006) ao esquematizar o funcionamento dos Sítios, afirma que a crença motiva, a norma organiza e o comportamento executa. Assim, para o autor (2010, p. 21) “é a adesão a crenças comuns que garante o mais alto grau de pertencimento e o nível mais elevado de transparência nas relações entre os atores”.

A abordagem pelos Sítios, com base em Panhuys (2006, p. 85-86), ao reconciliar crenças, afetos e histórias dos indivíduos e dos grupos com a materialidade das condições de existência “rompe com a racionalidade fechada, desencantada pelo social-histórico, deculturada e deculturante, desencarnada, da economia-padrão e da megamáquina dominante”.

Na abordagem dos Sítios, as relações econômicas são construções sociais, ou seja, não separam as leis econômicas do contexto onde elas se desenvolveram. Assim, os Sítios, segundo Zaoual (2006), amenizam os efeitos e o modo de funcionamento do mercado por ser considerado como portador de uma pluralidade de modos de coordenação: solidariedade, reciprocidade, cooperação, socialização e aprendizagem recíproca.

Para o autor (2006), os Sítios carregam um conjunto de dimensões dos territórios da vida: relação ao tempo, à natureza, ao espaço, ao habitat, à arquitetura, ao vestuário, às técnicas, ao saber fazer, ao dinheiro, ao empreendedorismo.

Para Zaoual (2002, p. 5, livre tradução) “cada lugar tem seu código de leitura e evolução. É mais econômico ter consciência, a fim de integrar os ‘lugareños’, as pessoas locais, em troca de ceder à preguiça do pensamento das transferências mecânicas de modelos”.

O método dos Sítios Simbólicos, com base em Panhuys (2006), se inscreve na perspectiva da renovação do olhar, da escuta, da atitude, da capacidade de ser e da vontade de agir, individual e ou coletiva.

2.2.3 O Homo Situs

Num Sítio Simbólico de Pertencimento, com base em Zaoual (2003, 2006, 2010), há um *homo situs*, um homem situado, um homem vivo concreto em seu espaço vivido, com comportamento enraizado em um território e que considera a multiplicidade do comportamento humano harmonicamente.

Zaoual (2002, 2003, 2006, 2010) propõe o conceito de *homo situs* como alternativa ao conceito de *homo oeconomicus* implícito nos projetos de desenvolvimento. O autor considera a ideia de *homo situs* mais realista, pois as pessoas combinam distintos elementos para a condução de empreendimentos cotidianos nos seus campos de atuação.

O *homo situs* ou homem situado, para Zaoual (2006), apresenta características similares as de pessoa, como descrito por Mahieu (1997, citado por ZAOUAL, 2006):

A pessoa tem (dentre outras) uma dimensão identitária, altruísta e econômica. Ela se afirma pela sua autonomia, sua capacidade universal de escolha refletida e dispõe de uma igual dignidade. Afirma-se não somente por si própria, mas em função dos outros. (ZAOUAL, 2006, p. 50).

Nesse sentido, Panhuys (2006, p. 94) descreve o *homo situs* como um

Ser humano feito de carne, de sangue, de sexo e de espírito, de memória e de esquecimento, de sonhos e de esperanças, de violências e de ternuras, de ódio e de amor, de abandono e de engajamentos, de liberdades e de constrangimentos, de razões e de emoções.

O conceito de *homo situs*, para Zaoual (2010, p.25), “desenha um homem realmente existente em luta contra múltiplas pressões, que emana de uma pluralidade de registros sociais” visto que “o Sítio marca profundamente os comportamentos individuais e coletivos que se observam no mundo real”.

Para Zaoual (2010, p. 27):

o *homo situs* é um ‘interpretador’ da situação, ele o é no imediato e na dinâmica de sua situação. É o homem social, pensando e agindo em uma dada situação. E ele é tudo isso, veiculando o sentido do momento, aquele de sua situação com todo o peso do passado e da mudança que se impõe.

O *homo situs*, para Panhuys (2006, p. 94) “é uma síntese e uma superação de todos os *homo* unidimensionais já conhecidos”. Ao considerar a diversidade e a complexidade das relações humanas, Zaoual (2010) argumenta que:

o conceito de *homo situs* desempenha a função de um operador que busca identificar, longe dos recortes disciplinares admitidos, as múltiplas modalidades por meio das quais o homem, reconciliado consigo mesmo, assegura concretamente um *equilibrio situado* em conformidade com seu meio social e ecológico. (ZAOUAL, 2010, p. 25-26).

Trata-se, segundo o autor (2006, p.50) de “um conceito de natureza empírica, na medida em que impõe como imperativo primeiro pensar o homem em situação, conforme toda sua diversidade e sua profundidade”. O autor (2008) argumenta que o *Homo situs*, contrariamente ao *homo oeconomicus*, impulsionou a harmonia do homem com seu meio.

O *homo situs*, de acordo com Zaoual (2010), é um homem que se comunica com seu meio, e que, ao contrário do *homo oeconomicus*, no que se refere à teoria

econômica, é relacional antes de ser racional. É um “homem social, pensando e agindo em uma dada situação” (p.27) e contrário ao reducionismo econômico.

Nas palavras de Zaoual (2010):

O homo situs deve ser compreendido como uma entidade interativa de todas as dimensões do contexto e das escalas coletivas e individuais. Compreender o homo situs pressupõe uma superação do individualismo metodológico e do holismo. (ZAOUAL, 2010, p. 26).

O homem situado, de acordo com o autor (2006), opera a partir da Racionalidade Situada, composta pelos conhecimentos, experiências e técnicas do Sítio. Ele analisa as circunstâncias utilizando modelos mais complexos do que aqueles utilizados na Racionalidade Econômica.

Para Zaoual (2010):

se o Sítio é único, todo homem também o é, mesmo se ele compartilha caracteres comuns com seus congêneres do Sítio. Os percursos individuais estão entremeados aos percursos coletivos. Neste emaranhado, o indivíduo torna-se uma pessoa irreduzível a uma simples esponja do coletivo. (ZAOUAL, 2010, p. 26).

De acordo com Zaoual (2010), os Sítios moldam parcialmente os comportamentos dos indivíduos, mantendo a autonomia e especificidades destes devido a particularidade do próprio percurso. Em contrapartida, as interações entre os atores reconfiguram o Sítio, que está ainda, sujeito a mudanças vindas de fora.

Os comportamentos dos indivíduos, com base em Zaoual (2010), estão em interação com o Sítio: “se o Sítio é único, todo homem também o é, mesmo se ele compartilha caracteres comuns com seus congêneres do Sítio”. (p. 26).

Para o autor (2006, p. 50), “devido ao peso do Sítio sobre seu comportamento, o *homo situs* tem ética, identidade e racionalidade que constrói *in situ*”. O autor (2010) advoga que, é a aderência as crenças comuns que permite um elevado grau de pertencimento e alto nível de transparência nas relações entre os atores.

Para Zaoual (2006), o Sítio compreende uma rede social, na qual o indivíduo é moldador e moldado, compartilha de direitos e obrigações, se constrói e se comporta de acordo com as normas do Sítio no momento. Assim, para o autor (2010, p. 25) “o *homo situs*, nas suas menores decisões, incorpora os efeitos de

reputação e de estima. Seu local incita-o a isso. Sua vida econômica e social, por natureza entremeadas, depende disso”.

Assim, para o autor (2006, p. 28) o *homo situs* “carrega seu Sítio em sua mente, mesmo de modo inconsciente”. As características do *homo situs* instituem a pessoa uma natureza fortemente híbrida, na qual a astúcia, a estratégia, o desvio parcial ou total das normas estão presentes.

Para Zaoual (2002) o homem é um animal territorial que têm necessidade de sentido, de direção e de se sentir situado no tempo, espaço e imaginário. A associação dos mundos simbólicos e morais dos homens e suas práticas cotidianas são, de acordo com Zaoual (2006), relações, geralmente, ocultas que a noção de *homo situs* redescobre. Essa noção visa apresentar o homem concreto em sua multiplicidade e sua singularidade. É o homem da situação que possui uma Racionalidade Situada.

2.2.4 Da Racionalidade Econômica às Racionalidades Ambiental e Situada

A causa predominante da crise ambiental, com base em Leff (2009), é a Racionalidade Econômica. Para o autor (p. 154) “os modelos tecnológicos e os processos produtivos desenvolvidos por esta Racionalidade Econômica não permitem um manejo ecologicamente racional dos recursos naturais”.

A crise ambiental, segundo Leff (2015), originou questionamentos sobre a Racionalidade Econômica e as ciências do conhecimento e saberes que serviram de suporte teórico e de meios instrumentais ao processo civilizatório moderno, que instaurou o domínio da natureza pelo homem.

Para Leff (2015), a Racionalidade Econômica ou Capitalista foi construída em torno de uma doutrina econômica que aspirava uma cientificidade baseada na racionalidade formal e na eficácia técnica, estas cada vez mais afastadas de subjetividades e de valores, que levaram a superexploração de recursos e ao desequilíbrio dos ecossistemas naturais.

Como resposta a crise ambiental emergiram a Racionalidade Ambiental de Enrique Leff e a Racionalidade Situada de Hassan Zaoual. Estas Racionalidades criticam o aspecto globalizante da Racionalidade Econômica, argumentando que devem ser levadas em consideração as particularidades dos lugares e dos atores, bem como harmonizar-se com a natureza circundante.

Sustentadas na possibilidade de construção de uma racionalidade produtiva alternativa, as Racionalidades Ambiental e Situada, com base em Leff (2001) e Zaoual (2003, 2006), respectivamente, questionam os pilares da sociedade moderna baseados em uma racionalidade econômico-industrial uniformizante a nível global.

Para Leff (2001) se por um lado a racionalidade capitalista está dominada por uma racionalidade formal e instrumental, por outro, a Racionalidade Ambiental está fundada em uma racionalidade teórica e substantiva, que abrange valores da diversidade étnica e cultural e prevalência do qualitativo sobre o quantitativo.

A Racionalidade Ambiental, para Leff (2009):

Constrói-se no campo ocupado pela racionalidade econômica num processo de globalização, onde se defrontam projetos alternativos e se abrem espaços entre o fortalecimento da autonomia das economias autogestionárias e de autossustentação e sua integração na economia de mercado. (LEFF, 2009, p. 310).

Dessa forma, de acordo com o autor (2009, 2015), é necessário analisar as contradições e oposições entre as Racionalidades Ambiental e Econômica e desenvolver estratégias para construir uma economia baseada na equidade e na sustentabilidade, capaz de integrar economias autogeridas em comunidades e que permitam constituições de formas próprias de desenvolvimento, baseadas na gestão participativa e democrática dos recursos ambientais.

O conceito de Racionalidade Ambiental emerge, segundo Leff (2009, p. 282), “de uma estratégia teórica para articular as condições ideológicas, teóricas, políticas e materiais que estabelecem novas relações de produção e novas bases para o desenvolvimento das forças produtivas”. Para o autor (2009):

A racionalidade ambiental fundamenta-se em princípios e valores que impedem que suas estratégias possam ser avaliadas em termos de um cálculo econômico e de uma racionalidade instrumental de meios afins. O conceito de racionalidade ambiental aponta para a emancipação das capacidades humanas e do potencial dos processos biológicos, submetidos à lógica do mercado e à razão tecnológica. (LEFF, 2009, p. 307).

A Racionalidade Situada é definida por Zaoual (2006, p. 137) como “a racionalidade que orienta os comportamentos do ator, indivíduo ou organização, em dada situação”. Nesse sentido, segundo o autor (2003, p. 58), “é uma construção social transformável que se ajusta continuamente aos dados do lugar, da situação, em sua dinâmica”.

Para Zaoual (2006), a Racionalidade Situada integra a ética e as interações sociais dos Sítios Simbólicos de Pertencimento e é definida pelo autor (2006, p. 46) como uma “racionalidade das crenças e das ações que se desenrolam, em maior ou menor sintonia, sobre o Sítio”. Para o autor (2008), a Racionalidade Situada é um conceito múltiplo que faz intervir múltiplos parâmetros ligados a um conjunto dos dados e de valores do Sítio considerado.

Segundo Zaoual (2008, p. 7) “a racionalidade situada expressa o caráter heterogêneo dos universos complexos que têm ocorrência realmente na vida dos homens”. Ela combina normas, regras e códigos locais, nos quais o aspecto instrumental se mescla com o mental, que evoluem no intuito de adaptá-las para a melhoria das relações interpessoais no Sítio.

O conceito de Racionalidade Situada, com base em Zaoual (2010):

[...] insiste na consideração do conjunto das dimensões de contexto de ação dos agentes econômicos. Neste *encaixe social*, a racionalidade emerge como construção social *in situ*. Ela é variada (no espaço) e variável (no tempo) e de natureza composta em função da presença de universos complexos. Em suma, ela é indeterminada. (ZAOUAL, 2010, p. 19).

Em uma perspectiva próxima, a Racionalidade Ambiental, para Leff (2001), fundamenta-se em uma racionalidade teórica e substantiva, que inclui valores da diversidade ética e cultural, e o predomínio do qualitativo sobre o quantitativo. Sendo essa decisiva na proposta de construção de um novo modelo econômico sustentados em questões ecológicas e culturais.

A Racionalidade Ambiental é, para Leff (2003), fundada na complexidade ambiental que segundo ele (p. 32) “questiona a busca da verdade como a identidade entre um saber holístico com uma realidade total”. O autor argumenta que:

A vontade que anima o ideal de unidade e totalidade do conhecimento encantou e acorrentou os seres humanos a um mundo homogêneo e instrumental, reprimindo a produtividade do heterogêneo, o sentido da diferença, a vitalidade do conhecimento, a diversidade da cultura e a fecundidade do desejo. (LEFF, 2003, p. 32).

Sobre a construção de conhecimento local e a concepção de teorias que possam contribuir para a elaboração de um novo modelo econômico, Zaoual (2003) nos diz que:

Nenhum conhecimento do social pode ser totalmente separado dos valores e das crenças que animam os fatos e gestos dos atores de um dado lugar. [...] A concepção (teoria, modelo, conceito etc) de uma situação é obrigada a integrar o sentido prático do lugar com que se relaciona. (ZAOUAL, 2003, p. 58).

A hipótese da Racionalidade Situada como concebida por Zaoual (2006, p. 39) é “um processo dinâmico que se constrói *in situ* e toma em consideração o conjunto dos dados do Sítio dos atores”. A proposta do autor vai de encontro à humanização da racionalidade, que segundo ele (2006, p. 39) “consiste em situá-la no espaço vivido dos atores; também é torná-la multidimensional e dar-lhe um sentido em função do contexto de ação onde se desdobra”.

A Racionalidade Ambiental, com base em Leff (2010), assim como a Racionalidade Situada de Zaoual (2003, 2006), propõe revisar a adoção de um pacote de medidas políticas, científicas e ideológicas para atingir fins sociais, garantindo às pessoas o direito democrático de participar em tomadas de decisão de processos de projetos de desenvolvimento local e gestão ambiental.

Para Leff (2010), a construção da Racionalidade Ambiental emerge da necessidade de uma nova forma de ser no mundo: novos processos na natureza e novos sentidos existenciais na construção de um futuro sustentável. Para isso, demanda a transformação de paradigmas científicos e a produção de novos conhecimentos, do diálogo, hibridação e integração dos saberes e da integração interdisciplinar de especialistas de diferentes áreas do conhecimento.

A Racionalidade Ambiental, de acordo com Leff (2015), fundamenta-se

Numa nova ética que se manifesta em comportamentos humanos em harmonia com a natureza; em princípios de uma vida democrática e em valores culturais que dão sentido à existência humana. Estes se traduzem num conjunto de práticas sociais que transformam as estruturas do poder associadas à ordem econômica estabelecida, mobilizando um potencial ambiental para a construção de uma racionalidade social alternativa. (LEFF, 2015, p. 85).

A Racionalidade Ambiental, segundo Leff (2015), agrupa critérios e valores que não podem ser simplificados aos conceitos do mercado, nem avaliados a partir da Racionalidade Econômica. Os princípios da Racionalidade Ambiental instituem uma estratégia para orientar a concretização dos propósitos ambientais. A Racionalidade Situada que também não pode ser simplificada a critérios de

mercado, para Zaoual (2003), é indefinível fora da situação concreta do ator. Ela se dá a partir do conjunto do contexto local considerando o olhar de ator situado.

Leff (2015) define quatro esferas que quando articuladas constroem a Racionalidade Ambiental:

- a. Uma racionalidade substantiva, isto é, um sistema axiológico que define os valores e objetivos que orientam as ações sociais para a construção de uma racionalidade ambiental (v. gr. sustentabilidade ecológica, equidade social, diversidade cultural, democracia política);
- b. Uma racionalidade teórica que sistematiza os valores da racionalidade substantiva articulando-os com os processos ecológicos, culturais, tecnológicos, políticos e econômicos que constituem as condições materiais, os potenciais e as motivações que sustentam a construção de uma nova racionalidade social e produtiva;
- c. Uma racionalidade instrumental que cria os vínculos técnicos, funcionais e operacionais entre os objetivos sociais e as bases materiais do desenvolvimento sustentável, através de um sistema de meios eficazes;
- d. Uma racionalidade cultural – entendida como um sistema singular e diverso de significações que não se submetem a valores homogêneos nem a uma lógica ambiental geral -, que produz a identidade e integridade de cada cultura, dando coerência a suas práticas sociais e produtivas em relação com as potencialidades de seu entorno geográfico e de seus recursos naturais. (LEFF, 2015, p. 137).

Zaoual (2006) por sua vez, ao explicar sobre os Sítios Simbólicos de Pertencimento, que funcionam a partir da Racionalidade Situada, mostra que estes são constituídos por *Três Caixas*. Segundo ele (2006), o Sítio possui:

Um tipo de *caixa preta* feita de crenças, mitos, valores e experiências passadas, conscientes ou inconscientes, ritualizadas. Ao lado desse aspecto feito de mitos e ritos, o Sítio possui também, uma *caixa conceitual* que contém seus conhecimentos empíricos e/ou teóricos, de fato, um saber social acumulado durante sua trajetória. Enfim, os atores de em dada situação operam com uma *caixa de ferramentas* que contém saber-fazer, técnicas e modelos de ação próprios ao contexto. (ZAOUAL, 2006, p. 32).

As esferas que, segundo Leff (2015), constroem a Racionalidade Ambiental e as *Caixas* que, segundo Zaoual (2006), constituem os Sítios se apresentam na perspectiva de um sistema complexo, pois consideram os aspectos materiais e imateriais, visíveis e invisíveis de um lugar, conhecimentos teóricos e empíricos, destacando durante todo o processo de reconhecimento e planejamento de um local, os atores locais e seus saberes.

A constituição de uma Racionalidade Ambiental, para Leff (2015) implica na formação de novos atores sociais que pretendam consolidar os princípios do

ambientalismo em suas ações. A Racionalidade Ambiental, segundo Leff (2015) resulta de:

[...] um conjunto de significações, normas, valores, interesses e ações socioculturais; é a expressão do conflito entre o uso da lei (do mercado) por uma classe, a busca do bem comum com a intervenção do Estado e a participação da sociedade civil num processo de reapropriação da natureza, orientando seus valores e potenciais para um desenvolvimento sustentável democrático. (LEFF, 2015, p. 143).

Para Leff (2015), a transformação do conhecimento a partir dos princípios da Racionalidade Ambiental esbarra em barreiras teóricas de cada disciplina e na legitimação institucional dos saberes relacionados ao campo ambiental. Neste olhar, Souza Santos (2003) argumenta que, a civilização moderna está passando por um processo de falta de confiança epistemológica e que a Racionalidade Ambiental, proposta por Leff surge da necessidade de uma mudança do modelo vivido.

Na abordagem dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, segundo Zaoual (2006), ser racional é o ato de utilizar adequadamente os hábitos e costumes do Sítio, respeitando os limites existentes. Zaoual (2006, p. 46) descreve que um comportamento racional *in situ* emerge a partir de determinação equilibrada conforme a situação: “trata-se de agir de modo razoável, combinando objetivos que podem ser contraditórios – por exemplo, o interesse individual e as exigências comunitárias de solidariedade”. Nas palavras de Zaoual (2008) estando o *Homo situs*

situado em um espaço-tempo antropologicamente codificado, a racionalidade econômica não seria admitida pura, uniforme ou mesmo limitada, guardando uma única visão do mundo. Múltipla, ela se constrói *in situ* de maneira dinâmica e indeterminada. (ZAOUAL, 2008, p. 7).

Na perspectiva da Racionalidade Situada, Zaoual (2003) diz que:

O Sítio aparece como redutor de incertezas e marcador coletivo dos comportamentos econômicos em dada situação. O que justifica a veracidade da racionalidade situada com relação à racionalidade econômica tradicional [...] que não incorpora a dimensão antropológica dos agentes econômicos. (ZAOUAL, 2003, p. 74).

Leff e Zaoual ao referirem-se aos países do Hemisfério Sul ou do Terceiro Mundo, argumentam que a Racionalidade Ambiental e a Racionalidade Situada adquirem um significado mais amplo e concreto. Para Leff (2015) nestas localidades

o ambiente representa um potencial produtivo e um movimento transformador da racionalidade social a partir da articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais. Já Zaoual (2003, 2006) argumenta que a diversidade cultural dos locais, ignorada pela globalização, devem ser consideradas quando da implantação de projetos de desenvolvimento.

A construção social de uma Racionalidade Ambiental, com base em Leff (2009):

É sua territorialização em espaços bioculturais, onde a cultura não só ressignifica e imprime seus valores culturais nos seus processos de intervenção sobre a natureza, como também onde os direitos culturais à natureza se traduzem em movimentos sociais de reapropriação da natureza, em processos de r-existência fundados nos princípios de sustentabilidade. (LEFF, 2009, p. 357).

A Racionalidade Ambiental, com base em Leff (2009, p. 325) reorienta grupos sociais para a geração de novas formas de relação entre sociedade e natureza e transformação nas relações de produção, com o intuito de promover novos potenciais para o desenvolvimento de forças produtivas baseados na autogestão.

A Racionalidade Ambiental, segundo Leff (2009), assim como a Racionalidade Situada, mobilizam os atores de um Sítio a participar da tomada de decisões que afetem suas condições de existência gerando energia e criatividade social para a geração de uma nova cultura política e distintas opções de organização da produção.

Segundo Leff (2015), a possibilidade de desconstruir a racionalidade capitalista e construir a Racionalidade Ambiental passa pelo confronto de interesses opostos e pela conciliação de objetivos comuns dos diferentes atores sociais. Pitanga (2012) baseado em Leff (2001; 2015) elenca algumas convergências e divergências entre as Racionalidades Econômica e Ambiental, as quais foram incorporadas a Racionalidade Situada. (QUADRO 2).

QUADRO 2 - CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE AS RACIONALIDADES ECONÔMICA, AMBIENTAL E SITUADA

Racionalidade Econômica	Racionalidade Ambiental	Racionalidade Situada
Superexploração da natureza	Ritmos produtivos que levam em consideração a capacidade de resiliência dos ecossistemas	Processos produtivos em harmonia com as leis da natureza
Obtenção de lucro e acúmulo de capital por uma minoria	Distribuição uniforme dos benefícios obtidos nos processos produtivos	Distribuição equitativa dos benefícios obtidos nos processos produtivos
Concentração de renda	Distribuição de renda equitativa	Distribuição de renda equitativa
Hiperconsumismo	Consumo para atender as condições que garantam qualidade de vida.	Consumo para atender condições que garantam qualidade de vida
Exploração da mão de obra do trabalhador.	Parceria nos processos produtivos	Trabalho cooperativo
Racionalidade forma e instrumental - ferramenta que garante a eficiência produtiva	Racionalidade teórica e substantiva - orientada para garantia da eficiência social.	Racionalidade teórica e substantiva – orientada para o autoconsumo.
Orientada por processos quantitativos	Orientada por processos qualitativos	Orientada por processos qualitativos
Voltada a mercados globalizados	Voltadas a mercados locais e regionais	Voltada a mercados locais e regionais
Desenvolvimento sustentado	Desenvolvimento sustentável	Desenvolvimento Sustentável
Processos que agregam a máxima eficiência técnica e garantia da produtividade	Processos ecotecnológicos	Processos sociais e ecotecnológicos
Desigualdades sociais	Equidades sociais	Equidades Sociais
Neoliberalismo Ambiental	Economia Ambiental	Economia não violenta
Fragmentação e disciplinarização das ciências	Interdisciplinaridade como solução para sistemas ambientais complexos	Interdisciplinaridade como solução para modelos de desenvolvimento
Democracia representativa	Democracia participativa popular direta	Democracia participativa
Processos poluidores	Processos que procuram ao máximo minimizar os impactos ao ambiente	Processos que valorizam o saber dos atores locais e o ambiente

FONTE: Adaptado de Pitanga (2015) e complementado pela Autora (2020).

As contradições entre a Racionalidade Ambiental e a Racionalidade Econômica consistem, segundo Leff (2001, p. 125), em “confrontação de interesses opostos arraigados em estruturas institucionais, paradigmas de conhecimento e processos de legitimação que enfrentam diferentes agentes, classes e grupos sociais”. Quando comparada as Racionalidades Ambiental e Situada evidenciam-se as semelhanças destas e as discrepâncias destas com a Racionalidade Econômica.

Pode-se concluir que, as Racionalidades Ambiental de Enrique Leff e a Racionalidade Situada de Hassan Zaoual caminham numa direção à resolução da crise socioambiental, destacando mitos, conhecimentos, experiências e técnicas dos atores na construção social, cultural, ecológica e econômica dos lugares.

2.2.5 Estudos que utilizaram a Teoria dos Sítios Simbólicos

Na observação da produção científica brasileira que fez uso da Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento e/ou conceitos implícitos nela, foram encontrados trinta e nove estudos, localizados a partir das técnicas apontadas na metodologia deste, os quais podem ser agrupados nas categorias analíticas: desenvolvimento local (19 estudos), cultura (9 estudos), pertencimento (7 estudos) e *homo situs* (4 estudos), alguns destes estudos de caso em turismo, dada a produção de textos do autor, específicos sobre a temática do Turismo Situado. Do total três eram teses de doutorado, onze dissertações de mestrado, um trabalho de conclusão de curso de especialização, um trabalho de conclusão de curso de graduação, dois capítulos de livro, quatorze artigos publicados em revistas científicas, seis artigos e um resumo expandido publicados em anais de eventos.

Na sequência será apresentada uma síntese de cada estudo a partir das categorias analíticas empregadas.

2.2.5.1 Desenvolvimento Local

A Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, com base em Zaoual (2003; 2006) emerge da crítica ao modelo de desenvolvimento dos países do Norte, capitalista, que se impõe aos países do Sul e assinala a ocidentalização do mundo, desrespeitando as diversidades locais. O autor defende que para o desenvolvimento

local devem-se considerar as particularidades do Sítio, suas *Caixas Preta*, *Conceitual* e de *Ferramentas* e envolver os atores locais.

O desenvolvimento local de Zaoual (2003; 2006; 2008) foi utilizado em dezenove estudos, sendo uma tese de doutorado, três dissertações de mestrado, um capítulo de livro, dez artigos publicados em revistas científicas e três artigos divulgados em anais de eventos.

Na tese de Doutorado: “Gestão Situada de Incubadoras Sociais: um estudo de caso da Incubadora Afro Brasileira”, defendida no Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Engenharia de Produção da UFRJ em 2012 por David Judson do Nascimento Azevedo, sob orientação de Michel Thiollent⁷, a Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento de Hassan Zaoual foi utilizada para apoiar na análise da gestão da Incubadora Afro Brasileira, criada no Rio de Janeiro em 2004, e a contribuição desta para o desenvolvimento local.

Na dissertação de mestrado: “Os conflitos decorrentes do veraneio e do turismo sobre o território tradicional caiçara na Praia de Castelhanos a partir da década de 1950”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de São Paulo (USP) em 2018, por Daniella de Souza Marcondes, sob orientação de Sidnei Raimundo, o turismo situado (ZAOUAL, 2008) fundamenta o turismo de base comunitária praticado em comunidades tradicionais, sendo este apresentado como uma alternativa aos conflitos do uso do território pelo turismo de massa.

Na dissertação de mestrado: “Contramovimento, Economia Solidária, Organização Produtiva: os coletivos de artesanato do Litoral do Paraná”, de Luís Fernando da Costa Júnior, defendida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 2018, sob orientação de Mayra Taiza Sulzbach⁸, o autor ao investigar a presença dos princípios da Economia Solidária nos coletivos de artesãos do litoral do Paraná, se embasa em Zaoual (2006) para refletir sobre um novo estilo de desenvolvimento territorial; uma “renovação epistemológica das relações econômicas no plano político”. (COSTA JÚNIOR, 2018, p. 69).

⁷ Apresenta profundo conhecimento das obras de Hassan Zaoual, já que foi ele quem as traduziu para o português.

⁸ Orientadora da tese em tela.

A Dissertação de Mestrado: “Os suruzeiros-capoeiristas: um estudo sobre as condições de trabalho dos marisqueiros na Lagoa Mundaú – Maceió”, defendida no Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2017, de Bianca Mara da Costa Farias, sob orientação de Roberto dos Santos Bartholo Junior, “caminhou na direção de compreender como os suruzeiros se comportam em seu Sítio, sua relação com seu território e mais ainda como fazem o que fazem e porque fazem daquela maneira” (FARIAS, 2017, p.111), utilizando a Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento de Hassan Zaoual e conceitos implícitos nela: desenvolvimento local, *Homo situs* e as Caixas Preta, Conceitual e de Ferramentas.

Nilton Henrique Peccioli Filho, na Dissertação de mestrado: “Análise do processo de atuação do SEBRAE - SP no desenvolvimento do turismo na Área de Proteção Ambiental Capivari-Monos a partir da Teoria dos Sítios”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi, em 2008, sob a orientação do Professor Davis Gruber Sansolo, analisou se o processo de atuação do SEBRAE São Paulo se aproxima da Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento de Zaoual (2006) e a contribuição desta teoria para o aprimoramento do processo de atuação da instituição na área do turismo. O autor concluiu que o turismo situado (ZAOUAL, 2008) era uma atividade produtiva adequada para a Área de Proteção Ambiental de Capivari-Monos.

O ensaio teórico: “Desenvolvimento e turismo: para além do paradigma econômico”, de Maria Dilma Simões Brasileiro, publicado no livro “Turismo, cultura e desenvolvimento” em 2012, faz menção à Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento para a defesa de um turismo associado à natureza, a cultura e a economia local, e indo contra o aniquilamento dos conhecimentos locais, pela desvalorização dos seus modos de vida e valorização dos europeus, chamando a atenção para as desigualdades geradas pelo modelo hegemônico eurocentrado⁹, os quais deveriam ser “repensados a partir de novos olhares sobre o desenvolvimento, como o desenvolvimento sustentável, das liberdades humanas e dos Sítios Simbólicos de pertencimento”. (p. 94).

⁹ Para Morin (2001, p. 27) “a ideia do mundo europeu e mais largamente ocidental era a de que toda razão, sabedoria e verdade estavam concentradas na civilização ocidental”.

Na perspectiva da produção artesanal, o artigo, publicado na Revista Guaju em 2018: “O trabalho artesanal: cultura e pertencimento ao local”, das autoras Jéssica Gislaine das Neves e Mayra Taiza Sulzbach, com base em Zaoual (2006), descreve que: “são nos sítios simbólicos que o trabalho artesanal encontra espaço para desenvolver-se e desenvolver o local”. (NEVES; SULZBACH, 2018, p. 19).

Abordando o Desenvolvimento Local (DL), o artigo: “Análise e comparação de três paradigmas teóricos sobre desenvolvimento local”, publicado na Revista *Contribuciones a las Ciencias Sociales* em 2018, dos autores Andressa de Souza Santos Ferreira, Sócrates Jacobo Moquete Guzmán e Aniran Lins Cavalcante, por meio de uma metodologia teórico-comparativa, elege o conceito de Sítios Simbólicos de Zaoual (2006) para analisar a viabilidade do desenvolvimento local (DL):

[...] a visão economicista tem uma atitude positiva sobre as potencialidades da aplicação de técnicas e modelos econômicos para atingir o DL. Já a visão heterodoxa identifica limites aos mecanismos de mercado e tende a ser mais crítica sobre as possibilidades de se alcançar o DL no contexto do capitalismo. A visão que denominamos holística incorpora, além dos fatores econômicos, políticos e sociais, elementos culturais e antropológicos agrupados no conceito de Sítios Simbólicos de Zaoual (2006) para analisar a viabilidade do DL. Ao parecer, essa visão se adequaria mais facilmente à realidade de comunidades pequenas, principalmente, rurais ou periferias de municípios de pequeno porte. (FERREIRA; GUZMÁN; CAVALCANTE, 2018, p.1).

Os autores Rafael Ângelo Fortunato e Elza Neffa, no artigo: “Abordagem complexa e desenvolvimento local por meio do turismo solidário: o caso da rede ‘Brasilidade Solidária’”, publicado na Revista Turismo em Análise em 2014, refletem sobre as contribuições do turismo para o desenvolvimento local quando este é pensado a partir da valorização da cultura local e da troca de experiências, fazendo uso da Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento de Zaoual (2006).

No artigo: “A turistificação da zona portuária do Rio de Janeiro, Brasil: por um Turismo Situado no Morro da Conceição”, publicado na Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo em 2014, os autores Ana Carolina Baker Botelho, Marisa Igrejas e Roberto Bartholo apresentam o turismo situado como alternativa para o desenvolvimento local, tendo como base a Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento (ZAOUAL, 2008), e a definição de turismo situado como:

[...] um tipo de turismo diferenciado, dinamizador de uma economia fundamentada em valores humanos e sociais como autenticidade, solidariedade, confiança, empatia, curiosidade, fortalecimento das relações interculturais e tempo para o encontro' em detrimento das concepções de turismo que migram 'da indústria do turismo assentada em visitas corridas, na superficialidade do intercâmbio cultural e no lucro a todo custo. (ZAOUAL, 2008, p. 298).

Os autores Everaldo Batista da Costa e Valdir Adilson Steinke, no artigo: “Riscos ao patrimônio mundial motor de desenvolvimento: desígnios à cultura e à natureza”, publicado na Revista do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo em 2013, indagam se o patrimônio natural poderia ser o motor de desenvolvimento, ante o panorama da gestão, conservação e riscos ao Patrimônio Mundial, divulgado por organismos internacionais, o que coloca em xeque a proposta de turismo sustentável dos mesmos organismos. Os autores argumentam que para além da crítica à mercantilização da cultura e da natureza, há de se desvendar possíveis vias ao desenvolvimento local em consonância com ações de gestão do território, para atender este, os autores se basearam na Teoria dos Sítios.

Outro artigo, publicado na Revista de Cultura e Turismo em 2011, intitulado: “Os significados do turismo comunitário indígena sob a perspectiva do desenvolvimento local: o caso da reserva de desenvolvimento sustentável do Tupé (AM)”, dos autores Rafael Ângelo Fortunato e Lucas Siqueira Silva, também faz referência a Teoria dos Sítios Simbólicos, a qual fundamenta o turismo comunitário em terras indígenas.

No artigo: “Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia”, publicado na Revista Ciências Sociais Unisinos em 2011, o autor Oscar José Rover analisou, a partir da Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento de Zaoual (2006), a Rede Ecovida de Agroecologia; uma rede de organizações e movimentos ligados a agricultores familiares do Sul do Brasil.

Maria Verônica Pascucci, no artigo: “Globalização, identidade contemporânea e políticas públicas” publicado na Revista *on line* de Política e Gestão Educacional em 2009, analisa a identidade do homem contemporâneo (HALL, 2005) decorrente da globalização e as políticas públicas fomentadas pelo Banco Mundial para o desenvolvimento, embasando-se na Teoria dos Sítios Simbólicos de Zaoual (2003).

No artigo: “Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território”, publicado na Revista Sociedade e Estado em

2009, os autores Sérgio Ulisses Silva Jatobá, Lúcia Cony Faria Cidade e Glória Maria Vargas investigam diferentes perspectivas de tratar a temática territorial. Na sessão intitulada: “Resistência como estratégia de luta”, os autores fazem referência aos Sítios Simbólicos de Pertencimento de Hassan Zaoual (2003) para demonstrar o agir local de populações marginalizadas ou excluídas, ou seja, o agir a partir da cultura, procurando sobrevivência em decorrência da economia global.

Outro artigo que aborda o turismo situado, com base em Zaoual (2003), se chama: “Difusão do turismo no espaço rural e Sítios Simbólicos de Pertencimento: o protagonismo dos agricultores familiares”, escrito por Luciana Pinheiro Viegas, Roberta Leal Raye e Eliana M. V. Linhares e publicado na Revista Observatório Geográfico de América Latina em 2009. Neste, o turismo situado é proposto como alternativa de complementação de renda para agricultores do Sítio Nova Xavantina, Mato Grosso.

No artigo: “Modelos de desenvolvimento e meio ambiente: discursos e ordens de força determinante”, publicado nos anais do III Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS) em 2006, as autoras Jane Simoni Silveira e Doris Sayago analisam noções de desenvolvimento e de meio ambiente pela ótica global e local. As autoras utilizam a Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento de Zaoual (2003) para demonstrar o encontro das forças globais e locais que, segundo elas “existe de, um lado, uma tensão entre a ascensão da mundialização das economias e, de outro, a volta às identidades e aos territórios, o que faz com que exista uma decomposição-recomposição do pensamento social” (SILVEIRA; SAYAGO, 2006, p. 2).

Os Sítios Simbólicos de Pertencimento também foram abordados para o desenvolvimento local como resultado de arranjos produtivos locais (APLs), no artigo: “A alma do negócio: fatores identitários na base de iniciativas geradoras de trabalho e renda e da formação de arranjos produtivos locais”, publicado nos Anais do Simpósio de Engenharia de Produção (XIII SIMPEP) em 2006, de Maria de Fátima Ribeiro, Luiza Rosângela da Silva e Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa, por estes possuírem invisibilidades dos modos de coordenação entre os homens. Em uma passagem, os autores sugerem que o homem situado supera o homem econômico:

Assim, o *homo situs* integraria - e mesmo superaria - o *homo oeconomicus* e lhe daria vida, construindo racionalidades situadas, gerando relações e capital social, em arranjos complexos e dinâmicos, impregnados da realidade social e cultural. (RIBEIRO; SILVA; LESSA, 2006, p. 8).

O artigo: “Conhecendo a realidade da Economia Solidária: o mapeamento de empreendimentos”, apresentado no II Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social (ENEDS) em 2005, da autora Susana Iglesias Webering, possivelmente é um produto de sua dissertação de mestrado, defendida no Programa de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2005. A Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento de Zaoual (2003) permeia a discussão da Economia Solidária frente Economia de mercado e o seu modelo de desenvolvimento. Para a autora (2005, p.7) “a insuficiência desses pensamentos deixou espaços onde surgiram experiências de trabalho que geraram um outro tipo de economia e desenvolvimento, diferente daqueles pregados pelo pensamento capitalista dominante”.

2.2.5.2 Cultura

Na Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, Zaoual (2003; 2006) defende a diversidade cultural, argumentando que o modelo eurocêntrico de desenvolvimento a desrespeita. A diversidade e a singularidade dos lugares são consideradas por ele princípios de um Sítio. A diversidade é resultante das interações de um Sítio e com as escalas nas quais está inserido. O Sítio é ao mesmo tempo único, singular e plural, salvaguardando sua identidade.

A cultura, com base em Zaoual (2003; 2006), foi utilizada em nove estudos, sendo uma tese de doutorado, três dissertações de mestrado, um trabalho de conclusão de curso de especialização, dois artigos publicados em revistas científicas e dois artigos divulgados em anais de eventos.

A tese de doutorado é de Luci Tiho Ikari, sob orientação do professor Américo Pellegrini Filho, e foi apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo em 2007, intitulada “Lazer, educação informal e traços culturais do migrante brasileiro que permanece temporariamente no Japão: Diálogo de traços étnico-culturais e de lazer entre brasileiros no Japão e japoneses no Brasil”. Na pesquisa a autora argumenta com

base em Zaoual (2003) que: mesmo diante de um cenário globalizado os traços da cultura de origem da população são eternizados.

A valorização cultural, a partir da identidade local e do enraizamento, discutida a partir de Zaoual (2003), em sintonia com a natureza, forma o ser e integra às narrativas organizacionais, embasando a dissertação de Mestrado: “Da memória ao *storytelling*: em busca de novas narrativas organizacionais” apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo em 2012, por Rodrigo Silveira Cogo, sob a orientação de Paulo Roberto Nassar de Oliveira.

Mário Masaru Sakaguti Júnior, em sua dissertação de mestrado intitulada: “Significados das paisagens da microbacia do Ribeirão dos Sinos, Itapeúna, SP”, orientada pelo professor Antônio Ribeiro de Almeida Júnior, apresentada a Escola Superior de Agricultura da Universidade de São Paulo em 2010, discute cultura “a partir de uma investigação dos processos de transformação do espaço e de vivências e experiências nas paisagens” (p. 21), fundamentada na valorização cultural dos Sítios Simbólicos (ZAOUAL, 2003).

Na dissertação de mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi em 2007 (2007a): “Produção do Turismo e Sítios Simbólicos de Pertencimento: inserção da comunidade local como fator de hospitalidade”, Yara Silvia Marques de Melo Issa, sob orientação de Ada de Freitas Maneti Dencker, utiliza a Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento de Zaoual (2006) para fundamentar o papel do turismo na economia de São Luís do Paraitinga, em São Paulo. No ano da defesa da dissertação, a autora publicou um artigo (ISSA, 2007b) com o mesmo título na Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo, destacando a valorização cultural pelos atores do lugar:

[...] os luizenses valorizam e privilegiam o que é deles, o que lhes pertence: suas festas, suas crenças, seus eventos, seus monumentos, seus personagens ilustres. Sabem como filtrar, selecionar o que lhes convém; não são ingênuos pelo fato de serem simples, autênticos e diferentes (ISSA, 2007b, p. 9).

De autoria de Aparecida Camargo, sob orientação de Marcos Signorelli, o trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar, especialização, da Universidade Federal do Paraná em 2013, intitulado: “As práticas tradicionais de cuidados com a saúde em comunidades

em Áreas de Preservação Ambiental (APAs) do litoral do Paraná”, argumenta em defesa de um Turismo Situado (ZAOUAL, 2008) como uma possibilidade de valorização cultural dos saberes medicinais tradicionais.

A Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimentos também foi empregada no sentido de observar a valorização da cultura local e singularidades territoriais para dar suporte ao desenvolvimento local pelo turismo em Cabaceiras, Paraíba, no artigo: “*La cultura del macho cabrío (bode) y el desarrollo local: La invención de Cabaceiras (Brasil) como ciudad turística*”, publicado na Revista *Estudyos y Perspectivas en Turismo* em 2014, por Josélio dos Santos Sales, Maria Dilma Simões Brasileiro e Julio César Cabrera Medina.

No artigo, publicado nos Anais do XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP) em 2010: “Design, participação, associativismo e valorização em base territorial no artesanato Potiguar”, as autoras Juliana Donato de Almeida e Leiliam Cruz Dantas utilizaram a abordagem dos Sítios Simbólicos de Pertencimento de Zaoual (2006) para explicar o processo de valorização de produtos artesanais com base em aspectos simbólicos imateriais do território transferidos para os artefatos produzidos. Segundo as autoras, os artesanatos produzidos no local carregam: “a cultura, a história, a tradição, os costumes locais, a vivência dos seus habitantes, bem como suas práticas, seus saberes, sua maneira de resolver seus próprios problemas, entre outras coisas”. (ALMEIDA; DANTAS, 2010, p. 6).

A valorização cultural, tratada no artigo de Leiliam Cruz Dantas e Michel Thiollent: “Valorização de produtos sucroalcooleiros artesanais em base territorial: um estudo de caso”, publicado nos Anais do XXIV Encontro Nacional de Engenharia de Produção em 2004, decorre da produção agroalimentar artesanal de cachaça e rapadura do Brejo Paraibano, os quais carregam aspectos imateriais, possíveis de interpretar a partir da Teoria dos Sítios Simbólicos de Hassan Zaoual (1998, 1999a, 1999b). O artigo é resultado da pesquisa de doutorado da primeira autora, defendida em 2003, no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), orientada pelo segundo autor.

2.2.5.3 Pertencimento

Para Zaoual (2003; 2006), o *homo situs* adere às normas e regras de um Sítio Simbólico por se sentir pertencente a ele. O autor (2010) defende que: a aderência às crenças comuns do espaço vivido permite aos atores elevarem seu grau de pertencimento e o nível de transparência nas suas relações. O pertencimento, com base em Zaoual (2006), embasa a ética, a identidade e a racionalidade que os atores constroem *in situ*.

O pertencimento baseado em Zaoual (2003; 2006) foi utilizado em sete estudos, sendo: uma tese de doutorado, duas dissertações de mestrado, um trabalho de conclusão de curso de graduação, um capítulo de livro e dois artigos publicados em revistas científicas.

A tese de doutorado: “A expressão metafórica do sentido de existir na Literatura Cabo-verdiana contemporânea: João Varela, Corsino Fortes e José Luís Tavares”, apresentada no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo em 2013, por Maria de Fátima Fernandes, sob orientação de Simone Caputo Gomes, emprega Zaoual (2003) para evidenciar o reconhecimento de diferenças de comunidades a partir do pertencimento ao local.

Os conceitos de pertencimento de Zaoual (2003, 2010) e de identidade de Woodward (2004), que embasam a dissertação de mestrado do Programa de Desenvolvimento Territorial Sustentável da UFPR defendida em 2017: “Futebol além das quatro linhas: identidade e pertencimento no Rio Branco Sport Club – Paranaguá/ PR”, por Natali Calderari, sob orientação de Mayra Taiza Sulzbach, tinham como objetivo demonstrar que um time de futebol é a materialização de uma construção coletiva pelos envolvidos no esporte, as quais ultrapassam as fronteiras do clube para promover sentimentos de identidade e de pertencimento pelos moradores do local. Sendo um estudo de caso a partir do Rio Branco Sport Clube do município de Paranaguá - PR.

A dissertação de mestrado: “Profissional do turismo procura trabalho: os nós da rede de relacionamentos e a inserção social – um estudo de caso”, defendida no Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2014, por Maria Martha Maciel Alencastro de Souza, sob orientação de Roberto dos Santos Bartholo Junior, se embasa no Turismo Situado

(Zaoual, 2008) para argumentar sobre o fortalecimento do turismo como medida para “a ampliação das redes de relações sociais de profissionais recém-formados no nível técnico em turismo, como medida facilitadora de sua inserção no mercado de trabalho” (SOUZA, 2014, p. 51).

No trabalho de conclusão de curso de Tecnologia em Gestão de Turismo da Universidade Federal do Paraná (UFPR) defendido em 2018, intitulado: “Turismo cultural em Pontal do Paraná: a perspectiva dos moradores, gestores públicos e privados”, Alessandra Aparecida Raiser da Silva e Lais Silva Rosseti, sob orientação de Marcos Luiz Filippim, discutem o sentido de pertencimento de moradores e gestores do lugar, com base na Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento.

Fugindo um pouco do turismo, mas não do conceito de pertencimento a partir da Teoria dos Sítios Simbólicos de Zaoual (2008), o capítulo do livro: “Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores” publicado em 2005, denominado: “Coletivos Educadores”, dos autores Luiz Antonio Ferraro Júnior e Marcos Sorrentino trata um coletivo de educadores como “a união de pessoas que trazem o apoio de suas instituições para um processo de atuação educacional em um território” (FERRARO JÚNIOR; SORRENTINO, 2005, p. 59), o qual é “demarcado por um território de pertencimento, que pode ser geográfico, setorial ou simbólico” (p. 61), tal como Sítios Simbólicos de Pertencimento como definido por Zaoual (2003).

A Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento foi empregada no artigo: “Os Sítios simbólicos de pertencimento dos colonos e dos caboclos do Oeste de Santa Catarina”, publicado na Revista Grifos, em 2018 por Clóvis Dorigon e Arlene Renk para analisar a formação de dois Sítios Simbólicos de Pertencimento na Região Oeste de Santa Catarina: um formado por descendentes de imigrantes europeus e outro pelos caboclos. Identificados a partir de “dados empíricos relacionados aos hábitos alimentares e das festividades organizadas em torno do consumo de alimentos originários do saber-fazer dos agricultores” (DOREGON; RENK, 2018, p.140).

No artigo: “Técnicas e métodos tradicionais de processamento de produtos coloniais: de ‘miudezas de colonos pobres’ aos mercados de qualidade diferenciada”, publicado na Revista de Economia Agrícola em 2011, os autores Clóvis Dorigon e Arlene Renk utilizaram a Teoria dos Sítios Simbólicos de

Pertencimento de Zaoual (2003, 2006) para justificar a materialização de um produto com identidade, este realizado por um homem pertencido a um Sítio simbólico.

2.2.5.4 *Homo situs*

Zaoual (2002; 2003; 2006; 2010) propôs o conceito de *homo situs* como alternativo ao conceito de *homo oeconomicus*. O autor o definiu como um homem concreto que vive em um espaço, apresentando comportamento enraizado com multiplicidade de comportamentos humanos harmonicamente. Para o autor a ideia de *homo situs* é mais realista, visto que as pessoas da base combinam elementos distintos para a condução de empreendimentos nos seus campos de atuação.

O conceito de *Homo situs* de Zaoual (2003; 2006) foi utilizado em quatro estudos, sendo duas dissertações de mestrado, um artigo publicado em revista científica e um resumo expandido divulgado em anais de evento.

A Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento foi utilizada para fazer uma analogia entre o *homo oeconomicos* e o *homo situs*, analisando comparativamente personagens de obras literárias dos livros *Mayombe* e *Predadores* do autor angolano Pepetela, na dissertação de mestrado apresentada em 2012 no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo: “Do sonho à desconstrução: a nação em *Mayombe* e *Predadores*, de Pepetela”, por José Antonio Pires de Oliveira Filho, sob orientação de Mário César Lugarinho.

Em outra dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo, defendida em 2010: “Caminhos teóricos para a leitura literária de práticas de resistência subalterna”, esta realizada por Giselle Rodrigues Ribeiro, sob orientação de Mário César Lugarinho, faz uso da expressão *Homo Situs* e dos Sítios Simbólicos de Pertencimento de Hassan Zaoual (2006) para demonstrar as vozes dos indivíduos subalternos.

No artigo: “Turismo de Base Comunitária sob a perspectiva dos Sítios Simbólicos de Pertencimento: O caso da Praia do Sono”, publicado nos Anais do XI Seminário Internacional de Turismo em 2009, os autores Robson Pereira de Lima, Andreia Ribeiro Ayres e Roberto Bartholo apresentaram a extrapolação da abordagem economicista e a Racionalidade Situada dos atores que desenvolvem o

turismo situado (ZAOUAL, 2008) a partir do Turismo de Base Comunitária (TBC), como convergências entre a fundamentação teórica do TBC e a Teoria dos Sítios Simbólicos (ZAOUAL, 2003; 2006), devido a existência do *homo situs* em ambas.

No resumo expandido: “O *homo situs* e suas interações com o desenvolvimento sustentável”, divulgado nos anais do IV Encontro Universitário da Universidade Federal do Cariri (UFC) em 2012, os autores Guilherme Sawatani Guedes Alcoforado e Suely Salgueiro Chacon apresentaram uma pesquisa bibliográfica baseada no *homo situs* do Sítio Simbólico de Zaoual (2003, 2010) correlacionando-o com o desenvolvimento sustentável.

2.2.5.5 Síntese dos estudos que utilizaram a Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento

Uma síntese dos trabalhos científicos brasileiros que se embasaram na Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento pode ser visualizada no Quadro 3, que foi elaborado a partir das categorias analíticas desta Teoria: desenvolvimento local, cultura, pertencimento e o *Homo situs*.

As literaturas foram organizadas conforme o tipo: tese de doutorado, dissertação de mestrado, trabalho de conclusão de curso de especialização e graduação, capítulo de livro, artigo de revista científica, artigo publicado em anais de evento e resumo expandido. No quadro são descritos ainda o meio de divulgação e ano da publicação, grande área, área e subárea de classificação conforme a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), nome do(s) autor(es) e título do trabalho.

A produção do conhecimento baseada na Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento se volta à discussão do Desenvolvimento Local (19), da Cultura (9), do Pertencimento (7) e do *Homo Situs* (4), divulgada em artigos de revistas científicas (14), dissertações de mestrado (11), artigos de anais de evento (6), teses (3), capítulos de livro (2), TCC especialização (1), TCC graduação (1), resumo expandido de anais de evento (1).

A produção do conhecimento no Brasil, tendo Zaoual como autor de referência, é restrita a alguns Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*: Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFRJ (uma tese de doutorado e 2 dissertações de mestrado), Programa de Pós-Graduação em Estudos

Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da USP (uma tese de doutorado e 2 dissertações de mestrado), Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP (uma tese de doutorado e uma dissertação de mestrado), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da UFPR (2 dissertações de mestrado), Programa de Pós-graduação em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi (2 dissertações de mestrado), Programa de Pós-Graduação em Turismo da USP (uma dissertação de mestrado) e Programa de Pós-graduação em Ecologia Aplicada da USP (uma dissertação de mestrado).

Entre os pesquisadores brasileiros ligados aos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* que se dedicam ao tema e autor se destacam: Mayra Taiza Sulzbach, que orientou duas dissertações de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da UFPR; Roberto dos Santos Bartholo Júnior, que orientou duas dissertações de mestrado no Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da UFRJ; e Mário Cesar Lugarinho que orientou duas dissertações de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da USP.

A divulgação dos conhecimentos, por sua vez, é plural, dado que foram publicados em diferentes revistas e eventos científicos. Não houve registro de mais de uma publicação em uma mesma revista ou edição do evento.

O turismo foi a dimensão de pesquisa em que as categorias mais aparecem: treze estudos, sendo quatro em dissertações de mestrado, um em trabalho de conclusão de curso de graduação, seis em artigos de revistas científicas, um em ensaio teórico de revista científica e um em artigo de anais de evento. A dimensão foi tratada em sete pesquisas da categoria analítica do Desenvolvimento Local, três da Cultura, duas do Pertencimento e uma do *Homo Sítus*.

Ainda na dimensão do turismo, o conceito de Turismo Situado, proposto por Zaoual (2008), foi evidenciado em cinco estudos nas categorias de Desenvolvimento Local (4) e *Homo Sítus* (1): uma dissertação de mestrado, um ensaio teórico, dois artigos publicados em revista científica e um artigo publicado em anais de evento.

O Turismo Situado não foi considerado neste estudo como categoria analítica pelo interesse específico na Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento a qual é defendida pelo autor por ser promotora de um desenvolvimento local específico, por cultura singular, promovida por atores pertencidos ao Sítio, *homo sítus*.

QUADRO 3 - SÍNTESE DAS LITERATURAS QUE UTILIZAM A TEORIA DOS SÍTIOS SIMBÓLICOS E SEUS CONCEITOS

CATEGORIA ANALÍTICA	TIPO TRABALHO	ORIGEM	ANO PUBLICAÇÃO	GRANDE ÁREA	SUBÁREA	AUTOR(ES)	TÍTULO
Desenvolvimento local	Tese	Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Engenharia de Produção - UFRJ	2012	Engenharias	Engenharia de Produção	David Judson do Nascimento Azevedo	Gestão Situada de Incubadoras Sociais: um estudo de caso da Incubadora Afro Brasileira
	Dissertação	Programa de Pós-graduação em Turismo - USP	2018	Ciências Sociais Aplicadas	Turismo	Daniella de Souza Marcondes	Os conflitos decorrentes do veraneio e do turismo sobre o território tradicional caiçara na Praia de Castelhanos a partir da década de 1950
		Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da UFPR	2018	Multidisciplinar	Ciências Ambientais	Luís Fernando da Costa Júnior	Contramovimento, Economia Solidária, Organização Produtiva: os coletivos de artesanato do Litoral do Paraná
		Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção - UFRJ	2017	Engenharias	Engenharia de Produção	Bianca Mara da Costa Farias	Os surzeiros-capoeiristas: um estudo sobre as condições de trabalho dos marisqueiros na Lagoa Mundaú – Maceió
	Capítulo Livro	Programa de Pós-graduação em Hospitalidade - Universidade Anhembi Morumbi	2008	Ciências Sociais Aplicadas	Turismo	Nilton Henrique Peccioli Filho	Análise do processo de atuação do SEBRAE - SP no desenvolvimento do turismo na Área de Proteção Ambiental Capivari-Monos a partir da Teoria dos Sítios
		Turismo, Cultura e Desenvolvimento	2012	Ciências Sociais Aplicadas	Turismo	Maria Dilma Simões Brasileiro	Desenvolvimento e turismo: para além do paradigma econômico
	Artigo Revista	Revista Guaju	2018	Multidisciplinar	Ciências Ambientais	Jéssica Gislaíne das Neves e Mayra Taiza Sulzbach	O trabalho artesanal: cultura e pertencimento ao local
		Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales	2018			Andressa de Souza Santos Ferreira, Sócrates Jacobo Moquete Guzmán e Aniran Lins	Análise e comparação de três paradigmas teóricos sobre desenvolvimento local

		Simpósio de Engenharia de Produção - XIII SIMPEP	2006	Engenharias	Engenharia de Produção	Maria de Fátima Ribeiro, Luiza Rosângela da Silva e Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa	A alma do negócio: fatores identitários na base de iniciativas geradoras de trabalho e renda e da formação de arranjos produtivos locais
		II Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social - ENEDS	2005			Susana Iglesias Webering	Conhecendo a realidade da Economia Solidária: o mapeamento de empreendimentos
	Tese	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - USP	2003	Ciências Sociais Aplicadas	Comunicação	Luci Tiho Ikari	Lazer, educação informal e traços culturais do migrante brasileiro que permanece temporariamente no Japão: Diálogo de traços étnico-culturais e de lazer entre brasileiros no Japão e japoneses no Brasil
		Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação - USP	2010	Ciências Sociais Aplicadas	Comunicação	Rodrigo Silveira Cogo	Da memória ao storytelling: em busca de novas narrativas organizacionais
	Dissertação	Programa de Pós-graduação em Ecologia Aplicada - USP	2010	Ciências Biológicas	Ecologia	Mário Masaru Sakaguti	Significados das paisagens da microbacia do Ribeirão dos Sinos, Itapeúna, SP
		Programa de Pós-graduação em Hospitalidade - Universidade Anhembi Morumbi	2007	Ciências Sociais Aplicadas	Turismo	Yara Silvia Marques de Melo Issa	Produção do Turismo e Sítios Simbólicos de Pertencimento: inserção da comunidade local como fator de hospitalidade
	Tcc	Especialização em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar - UFPR	2013	Ciências Sociais Aplicadas	Serviço Social	Aparecida Camargo	As Práticas Tradicionais de Cuidados com a Saúde em Comunidades em Áreas de Preservação Ambiental (APAs) do litoral do Paraná
	Artigo Revista	<i>Revista Estudios y Perspectivas en Turismo</i>	2014	Ciências Sociais Aplicadas	Turismo	Josélio dos Santos Sales, Maria Dílma Simões Brasileiro e Julio César Cabrera Medina	<i>La cultura del macho cabrío (bode) y el desarrollo local: La invención de Cabaceiras (Brasil) como ciudad turística</i>
		Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo	2007	Ciências Sociais Aplicadas	Turismo	Yara Silvia Marques de Melo Issa	Produção do Turismo e Sítios Simbólicos de Pertencimento: inserção da comunidade local como fator de hospitalidade

Cultura

Artigo Anais Evento	XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção - ENEGEP	2010	Engenharias	Engenharia de Produção	Juliana Donato de Almeida e Leiliam Cruz Dantas	Design, participação, associativismo e valorização em base territorial no artesanato Potiguar
Tese	XXIV Encontro Nacional de Engenharia de Produção	2004	Engenharias	Engenharia de Produção	Leiliam Cruz Dantas e Michel Thiollent	Valorização de produtos sucoalcooleiros artesanais em base territorial: um estudo de caso
	Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa - USP	2013	Linguística, Letras e Artes	Outras Literaturas Vernáculas	Maria de Fátima Fernandes	A expressão metafórica do sentido de existir na Literatura Cabo-verdiana contemporânea: João Varela, Corsino Fortes e José Luis Tavares
Dissertação	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da UFPR	2017	Multidisciplinar	Ciências Ambientais	Natali Calderari	Futebol além das quatro linhas: identidade e pertencimento no Rio Branco Sport Club – Paranaguá/ PR
Tcc	Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção - UFRJ	2014	Engenharias	Engenharia de Produção	Maria Martha Maciel Alencastro de Souza	Profissional do turismo procura trabalho: os nós da rede de relacionamentos e a inserção social – um estudo de caso
	Tecnologia em Gestão de Turismo	2018	Ciências Sociais Aplicadas	Turismo	Alessandra Aparecida Raiser da Silva e Lais Silva Rosseti	Turismo cultural em Pontal do Paraná: a perspectiva dos moradores, gestores públicos e privados
Capítulo Livro	Encontros e Caminhos: Formação de Educador(es) Ambientais e Coletivos Educadores	2005	Ciências Biológicas	Ecologia	Luiz Antonio Ferraro Júnior e Marcos Sorrentino	Coletivos Educadores
Artigo Revista	Revista Grifos	2018	Ciências Sociais Aplicadas	Planejamento Urbano e Regional	Clóvis Dorigon e Arlene Renk	Os sítios simbólicos de pertencimento dos colonos e dos caboclos do Oeste de Santa Catarina
	Revista Economia Agrícola	2011			Clóvis Dorigon e Arlene Renk	Técnicas e Métodos Tradicionais de Processamento de Produtos Coloniais: de "miudezas de colonos pobres" aos mercados de qualidade diferenciada

Pertencimento

							Guilherme Sawatani Guedes Alcoforado e Suely Salgueiro Chacon	O homo situs e suas interações com o desenvolvimento sustentável
							José Antonio Pires de Oliveira Filho	Do sonho à desconstrução: a nação em Mayombe e Predadores, de Pepetela
							Giselle Rodrigues Ribeiro	Caminhos teóricos para a leitura literária de práticas de resistência subalterna
							Robson Pereira de Lima, Andreia Ribeiro Ayres e Roberto Bartholo	Turismo de Base Comunitária sob a perspectiva dos Sítios Simbólicos de Pertencimento: O caso da Praia do Sono
Homo situs	Resumo Expandido	IV Encontro Universitário da UFC	2012					
	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa – USP	2012	Linguística, Letras e Artes	Outras Literaturas Vernáculas			
		Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa – USP	2010	Linguística, Letras e Artes	Outras Literaturas Vernáculas			
	Artigo Anais Evento	Seminário Internacional de Turismo	2009	Ciências Sociais Aplicadas	Turismo			

FONTE: Elaborado pela Autora (2020).

2.3 O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Bernard Pecqueur (2009) ao apontar a emergência de novas estratégias para o desenvolvimento de sistemas produtivos em nível territorial propõe um modelo que denomina de desenvolvimento territorial. Tratam-se, com base no autor (2009), de configurações territorializadas construídas por atores locais que levam em consideração aspectos culturais e históricos da área onde vivem.

Um território, com base em Pecqueur (2009, p. 96-97):

Não é somente um espaço postulado e pré-delimitado, no qual se desenvolvem dinâmicas específicas sob a égide das autoridades locais. [...] é, também, e talvez, sobretudo, o resultado de um processo de construção e de delimitação efetivado pelos atores. Tal processo é eminentemente geográfico.

O território, para Pecqueur (2009), é constituído por um processo de discriminação dos atores locais que apresenta como função excluir agentes de fora. Esse processo de discriminação entre os atores de dentro e de fora funciona como um filtro cognitivo, limitando na medida do possível as incertezas que devem ser assumidas pelos indivíduos.

Para o autor (2009), quando indivíduos de um local organizam-se em função das dificuldades produtivas a serem solucionadas em escala econômica, diferente de se organizarem em escalas individual e/ou global, se constata um território que “não existe em todo lugar; podemos encontrar espaços dominados pelas leis exógenas da localização e que não são territórios” (2005, p. 13). Duas são as definições de território (2009; 2013): território dado e território construído.

Território dado corresponde a uma divisão do espaço, geralmente institucional: região, província, cantão ou círculo, delimitado para uma função específica *a priori*, não voltado a uma análise, em especial de desenvolvimento. A delimitação espacial – geográfica – dada pressupõe apenas a existência de uma área territorial, sem considerar as origens e as condições da construção local. O território construído, por sua vez, resulta de um processo de construção daqueles que agem no local. Trata-se da observação de um espaço postulado ou denominado *a posteriori* com base em características únicas, as quais corespondem a uma identidade daquela área territorial. (PECQUEUR, 2013).

A partir do entendimento da complexidade de um território, Pecqueur (2005) propõe a abordagem do desenvolvimento territorial: que “se caracteriza a partir da constituição de uma entidade produtiva enraizada num espaço geográfico” (p. 12).

A abordagem do desenvolvimento territorial, a partir de Pecqueur (2005), se baseia no tratamento integrado das questões locais. Na abordagem do desenvolvimento territorial, o local não é dado simplesmente pelas especificidades que ocorrem em uma determinada localidade, mas sim pela complexidade e identidade que dão fundamento ao local.

Para o autor, o desenvolvimento territorial corresponde aos processos de mobilização dos atores, a partir da identificação coletiva e da cultura que se forma no local, os quais direcionam a elaboração de estratégias de adaptação aos limites externos ao local dando sustentação ao território. (PECQUEUR, 2005).

Um território é fundamentado por um sistema territorial que, de acordo com Pecqueur (2005, p. 12), se dá pela:

Instalação de um processo inscrito na história longa, de construção pelos atores, e não, apenas, uma forma de otimizar dotações em fatores supostamente pré-existentes. Em outros termos, a dinâmica de desenvolvimento territorial visa revelar recursos inéditos, e é nisto que constitui uma inovação.

As inovações, na perspectiva de Pecqueur (2009), encontram-se enraizadas em práticas, no caso específico do desenvolvimento territorial, estão situadas no espaço e condicionadas ao local.

O autor (2005) defende que o desenvolvimento territorial não pode ser implantado por decreto, ainda que políticas públicas apropriadas possam incentivar a mobilização dos atores locais.

O Estado, de acordo com Pecqueur (2005), nem sempre é o ator mais apropriado para tomada de decisões em um território, apesar de ser um ator essencial para possibilitar ações descentralizadas. O autor (2005) defende que: o Estado deve atuar de forma conjunta com os atores locais de modo que permita assegurar três funções: a redistribuição, a mediação e a coordenação, dando sentido a um território construído.

A **redistribuição** se justifica, entre outros, porque todos os territórios não estão igualmente dotados; a **mediação** aplicar-se-á ao mesmo tempo às instâncias internacionais, às coletividades locais e aos atores locais; finalmente, a **coordenação** deve ser vertical – proveniente das coletividades territoriais – e horizontal, entre projetos e entre atores do território. (PECQUEUR, 2005, p. 19).

A construção de um território, além de encontrar-se embasada nos atores, de acordo com Pecqueur (2005; 2009) baseia-se no modelo produtivo de qualidade, fundamentado na especificação de ativos locais, buscando escapar do aspecto homogeneizante do modelo produtividade, global, que se fundamenta na concorrência via preços. O autor (2009) descreve que esses dois modelos se encaixam, ou ainda, coexistem em função da combinação estabelecida entre a proximidade organizacional e a proximidade geográfica.

Pecqueur (2009) sintetiza algumas oposições que caracterizam o modelo produtivo de produtividade e o de qualidade, que permite sustentar a defesa no modelo de qualidade.

QUADRO 4 - PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS MODELOS PRODUTIVOS BASEADOS NA PRODUTIVIDADE E NA QUALIDADE

Modelo de produtividade	Modelo de qualidade
Redução de custos e de preços	Manutenção de preços elevados
Individualização da produtividade	Globalização da produtividade
Caráter genérico dos produtos	Caráter específico dos produtos
Governança Global (na lógica empresarial)	Governança local (nas lógicas de atores pluri-dimensionais)
Concorrência como dinâmica dominante	Escapar da concorrência como estratégia
Lógica de firmas	Lógica de Territórios

Fonte: Pecqueur (2009).

O processo de especificação de ativos, com base em Pecqueur (2013), se refere ao processo de diferenciação de um território de outros territórios, ao contrário de tentar atender a padronizações impostas para se inserir no mercado de concorrência. Esse processo compreende desde a localização e identificação de recursos disponíveis, tais como mão de obra e recursos naturais ou raridade, até a ativação destes.

O processo de especificação, com base em Pecqueur (2013), é aquele que permite diferenciar recursos de ativos. Os ativos são fatores em atividade valorizados pelo mercado, enquanto os recursos constituem fatores a explorar,

organizar ou revelar (reserva ou potencial latente) que podem ser ativados caso as condições de produção ou criação permitam.

Recursos e ativos, por sua vez, podem ser genéricos ou específicos. Recursos e ativos genéricos, independente do lugar onde estejam, são totalmente transferíveis e sua valorização se dá apenas quantitativamente. Os ativos genéricos também se caracterizam por preços determinados pela oferta e demanda.

Os recursos específicos, ao contrário, não podem ser transferidos por decorrer da natureza ou de processos interativos enraizados num território, geralmente, correspondem a identidade de construção de um território. A exploração ou revelação de recursos específicos resulta da combinação da competência de diferentes atores, bem como da produção de novos conhecimentos a partir de saberes heterogêneos.

São os recursos específicos ou a combinação que permitem a um território se diferenciar de forma duradoura, criando uma identidade ao território. Os recursos específicos são únicos, não podendo existir sem as condições de sua geração.

A transformação de um recurso genérico para um ativo específico é denominada por Pecqueur (2009) de metamorfose, e corresponde a uma estratégia de desenvolvimento. Nela um recurso é transformado a partir dos atores pelo processo de produção, mudando a natureza, e a ativação de um recurso acontece pela criação de um mercado específico pela existência de demanda.

De um lado, têm-se ativos genéricos que têm seus preços fixados pelo mercado, e de outro, tem-se ativos específicos cujos preços dependem da produção. Com base em Pecqueur (2005, p. 13): “enquanto um ativo genérico é totalmente transferível, um ativo específico implica um custo de transferência mais ou menos alto e irrecuperável”.

Uma estratégia de desenvolvimento de um território é desafiada pela identificação e apropriação das condições locais. Condições, que dependem do contexto onde estão inseridas e resultam dos recursos específicos, não podem ser definidas no plano abstrato. (2009; 2013).

Com base na estratégia de desenvolvimento a partir da construção de um território, pelo processo de ativação de recursos de Pecqueur, elaborou-se o QUADRO 5 que sintetiza a coexistência do global com o local, e do modelo de produtividade e de qualidade.

QUADRO 5 – RECURSOS E ATIVOS DO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO

	Recursos	Ativos
Definição	Fatores latentes	Fatores em atividade
Genéricos	Potenciais fatores competitivos no mercado - São encontrados em diferentes locais	Fatores competitivos no mercado Global – São encontrados em diferentes locais
Específicos	Fatores únicos em potenciais	Fatores únicos em atividade. Identidade Territorial

FONTE: Elaborado pela Autora com base em Pecqueur (2005; 2009; 2013).

A ativação, com base em Pecqueur (2013), pode acontecer de duas formas: a partir de um mercado existente para ativação de um potencial recurso genérico e; a partir de um recurso específico que pode ser ativado após um processo específico. A ativação depende da constituição da dinâmica territorial, resumida por Pecqueur (2009, p. 101) como:

- a) a relação local/global é renovada numa lógica de ganhos diferenciais ao invés de comparativos;
- b) essas diferenças ou especificidades são construídas à montante da elaboração de recursos não comerciais, constitutivos da natureza dos territórios;
- c) e, finalmente, a dupla inserção setorial e territorial das firmas demonstra, ao mesmo tempo, que uma economia não situada é impensável, ou seja, a ancoragem territorial se tornou uma constante da organização econômica do mundo.

Para Pecqueur (2009), o desenvolvimento territorial, enquanto uma nova dinâmica de organização produtiva compreende articulação entre a economia, no sentido da produção e distribuição, e o espaço, após dois séculos de separação, destes do ponto de vista histórico e metodológico. Para o autor (2005; 2013), a economia informal representa evidência do desenvolvimento territorial decorrente de relações de proximidade entre os atores.

2.3.1 Diálogo sobre o Desenvolvimento Territorial, Desenvolvimento Local e o Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento territorial proposto por Pecqueur (2005; 2009; 2013) converge com o desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável de Zaoual (2002; 2003; 2006; 2008; 2010) e Leff (2001; 2003; 2009; 2010; 2015), respectivamente.

O desenvolvimento territorial, com base em Pecqueur (2005, p. 12) “se caracteriza a partir da constituição de uma entidade produtiva enraizada num espaço geográfico”, mobilizada por atores locais a partir da ativação de recursos específicos do território.

Zaoual (2003; 2006) ao criticar os modelos globais de desenvolvimento transposto de um lugar ao outro propõem a Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento. Para o autor, as bases do desenvolvimento devem ser locais, respeitando a diversidade cultural dos lugares e envolvendo os atores locais na elaboração e execução de projetos de desenvolvimento a partir de conhecimentos teóricos e empíricos enraizados.

Leff (2015, p. 57), por sua vez, escreve sobre desenvolvimento sustentável, e o tem como: “um projeto social e político que aponta para o ordenamento ecológico e a descentralização territorial da produção, assim como para a diversificação dos tipos de desenvolvimento e dos modos de vida das populações que habitam o planeta”. O autor defende o protagonismo dos atores locais a partir da autogestão e da autonomia.

Um ponto em comum das três abordagens de desenvolvimento é o protagonismo dos atores ou população local. Os atores de certa maneira estariam “enraizados” em um espaço determinado território, eles seriam detentores de conhecimentos técnicos e práticos para o empreendimento de ações que, realmente, atendam as necessidades de vida no local.

Na perspectiva do protagonismo dos atores locais Leff (2009; 2010; 2015), argumenta que deve ser estimulada a gestão participativa da população nas comunidades, o que contribui para a construção de um desenvolvimento endógeno.

Os desenvolvimentos territorial, local e sustentável se fundamentam num desenvolvimento a partir de dentro, endógeno, sendo este outro diálogo teórico entre os autores, na diversidade cultural, na equidade social, no equilíbrio regional, na autonomia e capacidade de autogestão das comunidades, na pluralidade de tipos de desenvolvimento e na reaproximação da natureza à esfera de produção.

Um objetivo em comum dos desenvolvimentos territorial, local e sustentável é fortalecer economias locais fundadas no uso de recursos produtivos locais, na conservação ambiental de diferentes ecossistemas e na integração de mercados, atuando de forma inovadora.

As inovações em um território, com base em Pecqueur (2009), são constituídas por recursos específicos e enraizadas em práticas locais, não podendo ser dissociadas do contexto em que se inserem.

O território enquanto construção de atores é composto por conhecimentos e saberes que compõe o aspecto cultural e, dessa forma, projetos de desenvolvimento implantados de forma vertical ignoram tais especificidades. Assim, restam aos atores sociais, os *homo situs*, empreender ações e mecanismos informais do local para o local para corrigir falhas dos projetos de atores externos.

Dentre as ações e mecanismos do local para o local, Zaoual (2003; 2006) e Pecqueur (2005; 2009; 2013), salientam que a economia informal apresenta-se com destaque nos Sítios ou territórios e é empreendida a partir dos saberes dos atores enraizados.

A representatividade da informalidade na escala local é consenso entre Pecqueur (2005; 2013) e Zaoual (2002; 2003; 2006). Pecqueur (2005; 2013) indica que a economia informal representa evidência do desenvolvimento territorial decorrente de relações de proximidade entre os atores. Zaoual (2002; 2003; 2006), por sua vez, argumenta que no extremo Sul do Planeta, dinâmicas informais corrigiram erros de projetos globais por disporem de raízes que as economias formais não possuíam.

O tratamento integrado de questões de um território proposto por Pecqueur (2005; 2009; 2013) pode ser visto de forma semelhante à abordagem interdisciplinar e intercultural que propõem Zaoual (2003; 2006) e Leff (2003; 2009; 2010; 2015), quanto à exigência de novos conhecimentos e o planejamento intersetorial do desenvolvimento.

Outro consenso entre Pecqueur (2005; 2009; 2013), Zaoual (2002; 2003; 2006; 2010) e Leff (2009; 2010; 2015) é que o desenvolvimento (territorial, local e sustentável) não pode ser implantado por decreto ou induzido por políticas públicas, pois as leis e relações econômicas são construções sociais dos territórios e Sítios e não podem ser separadas do seu contexto.

Nessa direção, as políticas públicas podem ser implementadas a fim de estimular o protagonismo dos atores locais para a participação na elaboração e execução de projetos relacionados ao desenvolvimento (PECQUEUR, 2005; 2009; 2013).

Na perspectiva da Racionalidade Ambiental, Leff (2003; 2009; 2010; 2015), propõe a adoção de um pacote de medidas políticas, científicas e ideológicas para atingir fins sociais, garantindo o direito de participação em tomadas de decisão de projetos de desenvolvimento em âmbito local e na gestão ambiental.

As características do território de Pecqueur (2005; 2009; 2013) e dos Sítios de Zaoual (2003; 2006) apresentam-se de forma semelhante. Um território é definido por Pecqueur (2005; 2009) como uma configuração territorializada construída por atores locais que levam em consideração aspectos culturais e históricos de um lugar. Um Sítio, de acordo com Zaoual (2003; 2006), pode ser definido como um local em sentido geográfico ou simbólico que remete a significados específicos definidos por seus atores que, de um lado, podem aceitar ou recusar o que lhes é proposto ou imposto e, de outro, buscam soluções originais para os problemas.

Os dois princípios de um território, com base em Pecqueur (2005; 2009), tendem a diferenciar um território de outro, tornando-o único. O princípio da qualidade objetiva a aquisição de uma oferta específica para escapar do modelo homogeneizante da concorrência de mercado, que é operacionalizado a partir do princípio da especificação de ativos, ou seja, a busca por fatores do território que não existem em outros territórios e que não possam ser transferidos de um território a outros, visto que, estes ativos específicos dependem do contexto em que estão inseridos para existir.

Os Sítios Simbólicos de Pertencimento, conforme definição de Zaoual (2003; 2006), também apresentam princípios entrelaçados que os diferenciam de outros Sítios. São quatro: a (1) diversidade, resultante da interação com outros Sítios e ainda assim, preservam sua (2) singularidade. A (3) prudência se refere ao cuidado com a implantação de modelos globalizados dadas as particularidades de cada Sítio e que dessa forma os mecanismos de (4) monitoramento também devem ser definidos de forma enraizada.

Um Sítio, com base em Zaoual (2003; 2006), é constituído por três Caixas: A Caixa Preta que contém aspectos simbólicos, a Caixa Conceitual composta por conhecimentos teóricos e/ou empíricos do local e a Caixa de Ferramentas que compreende o saber fazer, as técnicas e modos de organização de um Sítio. Cabe citar, que em cada Sítio, as Caixas se diferem, visto que cada Sítio, assim como cada território apresentam características que os tornam únicos.

A Racionalidade Ambiental, segundo Leff (2003; 2009; 2010; 2015) é resultado da articulação de quatro esferas da racionalidade: racionalidade substantiva, teórica, instrumental e cultural que, assim como os Sítios Simbólicos e os Territórios, se apresentam como um sistema complexo por considerarem aspectos materiais e imateriais, visíveis e invisíveis de um lugar, por abordar conhecimentos teóricos e empíricos, destacando durante todo o processo de planejamento, os atores locais e seus saberes.

A construção social de uma Racionalidade Ambiental, segundo Leff (2003; 2009; 2010; 2015), fundada nos princípios de sustentabilidade se dá de forma territorializada em espaços bioculturais, onde a cultura não só ressignifica e imprime valores culturais nos processos de intervenção da natureza, como também os direitos culturais à natureza se traduzem em movimentos sociais de reapropriação da natureza.

Assim, a Racionalidade Ambiental (LEFF, 2009; 2010; 2015) orienta grupos sociais para a geração de novas formas de relação entre sociedade e natureza e transformações nas relações de produção, objetivando promover novos potenciais para o desenvolvimento de forças produtivas baseadas na autogestão.

A Racionalidade Ambiental e a Racionalidade Situada, que conduzem, respectivamente, ao desenvolvimento sustentável (LEFF, 2009; 2010; 2015) e local (ZAOUAL, 2003; 2006), assim como o desenvolvimento territorial (PECQUEUR, 2005; 2009; 2013), mobilizam os atores de um local para participar da tomada de decisões que afetem suas condições de existência proporcionando energia e criatividade social para a geração de uma nova cultura política e distintas opções de organização da produção.

Os atores de um território, com base em Pecqueur (2005; 2009), se organizam em função das dificuldades produtivas a serem solucionadas em escala meso econômica, diferente das escalas individual e global. Nos Sítios, com base em Zaoual (2003; 2006), os *homo situs* atuam a partir das normas e regras do local, respeitando a diversidade circundante do Sítio Simbólico.

Esses novos protagonistas, com seus saberes locais, afirmam seus direitos à cultura e ao território. Assim, o processo de territorialização proporciona a perpetuação e reinvenção de práticas sociais culturalmente enraizadas e, conseqüentemente, a valorização do contexto ecológico, social e cultural situado.

Os modos de produção territorializados, empreendidos por atores locais, apontam para a descentralização da produção, para a diversificação dos tipos de desenvolvimento e dos modos de vida das populações que habitam o planeta. O Desenvolvimento Sustentável, de acordo com Leff (2009; 2010; 2015), aponta ainda, de forma mais enfática, para o ordenamento ecológico de um território.

Os desenvolvimentos territorial, local e sustentável oferecem novas bases para a construção de um novo modelo de produção alternativo, baseado no potencial ecológico local, na inovação tecnológica e na gestão participativa dos recursos. Trata-se, segundo Leff (2015, p. 61), de uma “nova racionalidade social que amalgama as bases democráticas e os meios de sustentabilidade do processo de desenvolvimento”.

As economias locais sustentáveis poderão, com base em Leff (2009; 2010; 2015), articular-se com a economia de mercado de forma estratégica, gerando sobreposição de princípios de Racionalidade Ambiental com princípios de Racionalidade Econômica.

De forma similar, Zaoual (2003; 2006) denomina a sobreposição de princípios da Racionalidade Situada com a Racionalidade Econômica como sistema misto e defende que, essa transição de racionalidades se apresenta como um grande desafio para as sociedades contemporâneas.

É a partir de um processo de territorialização, articulando-se atores locais, situados, e seus conhecimentos teóricos e práticos enraizados que criam-se, ou recriam-se, Racionalidades como a Ambiental e Situada, críticas à Racionalidade unicamente Econômica, que conduzem a modos de produção alternativos, conectados ao contexto em que se inserem e, conseqüentemente, a outros desenvolvimentos, sejam territorial, local ou sustentável que conduzem para um desenvolvimento humanitário em sua essência.

Considerando que cada território e cada Sítio apresentam valores e princípios distintos, as métricas de desenvolvimento que servem para um grupo irão diferir de outro. Assim, um modelo de desenvolvimento globalizado não dá conta de elaborar e executar projetos e ações para todos os lugares por desconhecer as particularidades e especificidades de um lugar.

O desenvolvimento é subjetivo e varia de ator para ator e de grupo para grupo. Assim, cada território ou Sítio possui a liberdade de definir seu entendimento sobre o desenvolvimento e de adotar tal definição e, posteriormente, de empreender

medidas para alcançar tal desenvolvimento. Deve-se, assim, evitar uma homogeneização do que se entende globalmente por desenvolvimento e a implementação de projetos e ações pautados em tal entendimento em nível local.

3 ÁREA DE ESTUDO - OS MUNICÍPIOS PRAIANOS DO LITORAL DO PARANÁ: PONTAL DO PARANÁ, MATINHOS E GUARATUBA

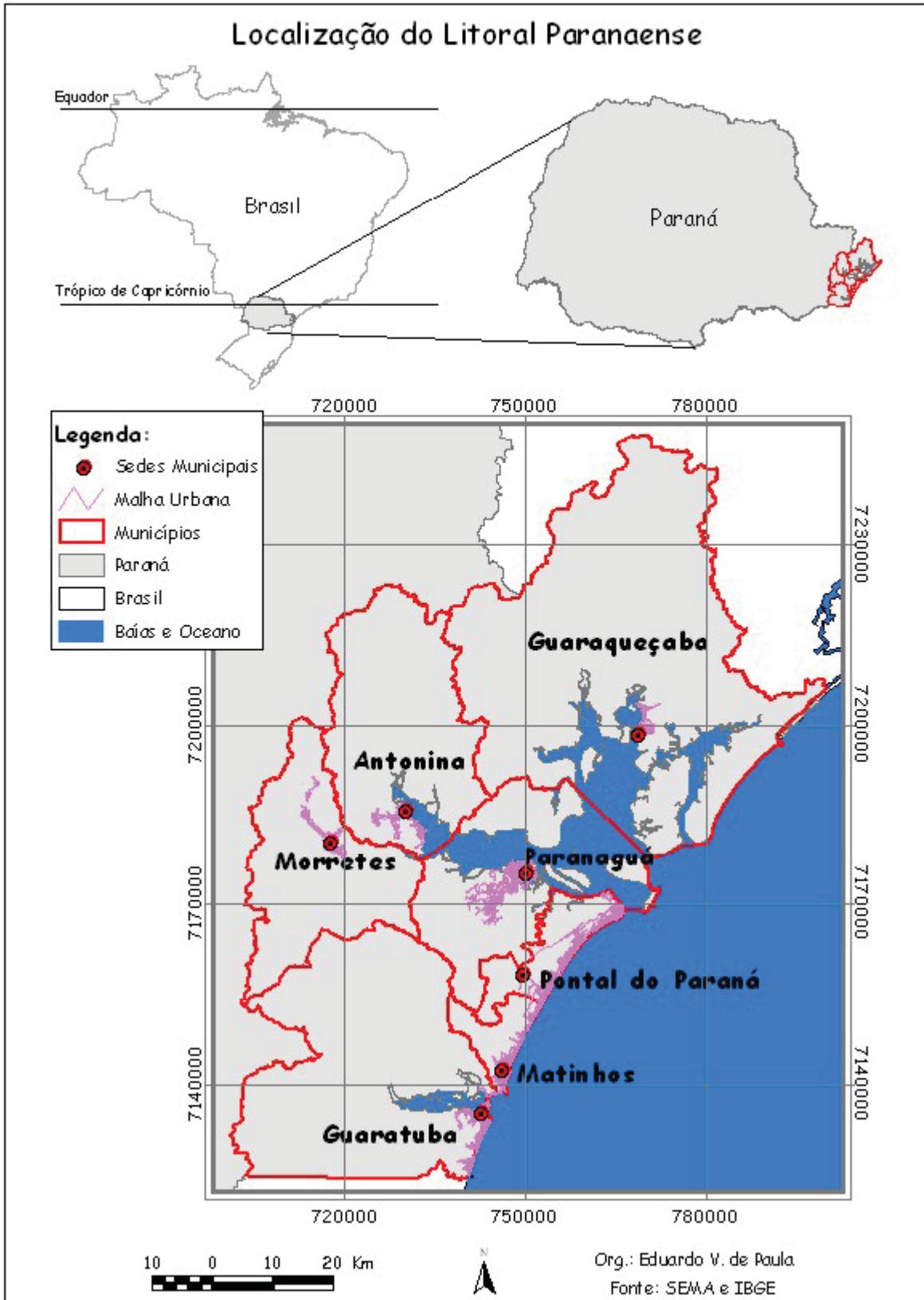
No presente capítulo apresenta-se a área de estudo que compreende os municípios Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, localizados na microrregião do Litoral do Estado do Paraná. Descrevem-se as características físicas (geográficas) e humanas (socioeconômicas) e, os marcos históricos que os definem como espaço onde se desenvolvem atividades turísticas relacionadas ao mar.

3.1 CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS

Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba estão geograficamente localizados no Sul do Brasil, abaixo do Trópico de Capricórnio, integrando a Planície Litorânea Paranaense (FIGURA 2).

Pontal do Paraná, com área de unidade territorial de 200,410 km², faz divisa com Paranaguá à Oeste e Matinhos ao Sul; é margeado pelo Oceano Atlântico a Leste e pela Baía de Paranaguá ao Norte. Matinhos, com área de unidade territorial de 117,899 km², faz divisa com Guaratuba a Sul e Oeste e Paranaguá e Pontal do Paraná ao Norte; e é margeado pelo Oceano Atlântico a Leste e, Guaratuba, com área de unidade territorial de 1.326,670 km², faz divisa com Morretes, Paranaguá e Matinhos ao Norte, com São José dos Pinhais à Oeste, com Itapoá e Garuva, Estado de Santa Catarina ao Sul, margeado pelo Oceano Atlântico a Leste. (IBGE, 2019).

FIGURA 2 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE PONTAL DO PARANÁ, MATINHOS E GUARATUBA



FONTE: SEMA E IBGE (2019).

A Planície Litorânea do Paraná, segundo Bhering e Santos (2008, p. 28) “estende-se desde o sopé da Serra do Mar até o Oceano Atlântico, com um comprimento de aproximadamente 105 km e uma largura máxima em torno de 55 km na região da Baía de Paranaguá”. Tem em geral uma altitude inferior a 20 metros sobre o nível do mar podendo chegar a 30 metros mais para dentro. Sua origem está relacionada às variações do nível relativo do mar nos últimos milhares de anos.

A configuração atual do sistema natural da Planície Litorânea Paranaense – arenosa fluvial e marinha de diferentes altitudes -, segundo Santos (2013), é uma resposta a processos que ocorreram sobre o embasamento cristalino, principalmente relacionado às variações do nível do mar, durante o período Quaternário¹⁰.

A zona litorânea, com base em Maack (2002):

É constituída por um bloco de falha do Complexo Cristalino do eo- e neoprecambriano. O aspecto fisiográfico da superfície desta paisagem fundamenta-se num complicado processo de tectonismo de falha, que abrange a maior parte da orla continental oriental da América do Sul. O aspecto morfológico dos degraus e blocos isolados foi modelado pela influência de um clima alternante seco e úmido. (MAACK, 2002, p. 387).

Ainda segundo Maack (2002, p. 389-390): “as baías de Paranaguá e Guaratuba dividem o litoral paranaense em três setores naturais. O setor norte é denominado ‘praia deserta’, o setor central ‘praia de leste’ e o setor sul ‘praia do sul’.

O revestimento vegetal da região litorânea do Paraná, segundo Maack (2002), é constituído de:

1. Vegetação halófito e psamófito da praia – 75 km²
 2. Formação de mangrove (manguezal) – 129 km²
 3. Formação de restinga halófito e subxerófito (sem zonas pantanosas) – 252 km²
 4. Formação de mata pluvial-tropical, incluindo uma zona com predominância de palmáceas. A formação de restinga penetra lentamente para o interior do continente, não havendo um limite nítido com a região da mata pluvial - 273 km²
- TOTAL - 729 km². (MAACK, 2002, p. 225).

Segundo Maack (2002), a vegetação da praia, fora do domínio das águas do mar:

¹⁰ De 2,6 milhões de anos até cerca de 10 mil anos atrás.

Compõe-se de plantas psamófitas e halófitas, que cobrem a superfície arenosa da planície litorânea, e xerófitas, que crescem sobre as cúpulas rochosas fora do alcance das marés. A vegetação diretamente na areia seca é uma formação de gramíneas, ciperáceas e plantas com raízes adventícias em caules rastejantes [...] Quando a planície litorânea arenosa se eleva de 5 a 7,5 metros, principiam as antigas dunas consolidadas pela vegetação de arbustos de folhas grossas, coriáceas ou carnudas. (MAACK, 2002, p. 230).

A planície litorânea que forma as praias em Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, de acordo com Bhering e Santos (2008), é formada por sedimentos arenosos de origem marinha.

As areias que o mar deposita na beira das encostas que formam as praias, e as dunas carregadas pelos ventos, com base em Lima, Lima e Melo (2007), não são consideradas solos, mas sedimentos que podem formar solos. Para os autores, a restinga, vegetação que ocorre no litoral paranaense, pode contribuir para a formação de solos, visto que acrescentam matéria orgânica que ajuda a juntar as partículas de areia.

O clima da planície costeira paranaense, com base em Vanhoni e Mendonça (2008), segundo a classificação de Koeppen, é do tipo CFA (Clima Subtropical Úmido – Mesotérmico), com média no mês mais quente do ano superior a 22°C e no mês mais frio inferior a 18°C. Não há estação seca definida, apresenta verão quente e geadas menos frequentes.

Este tipo de clima, segundo Caviglione *et al.* (2000) favorece o transporte e deposição de sedimentos provenientes da região montanhosa e da área marinha na planície costeira. No verão, a temperatura média das máximas situa-se entre 29° e 30° C na planície. O período mais quente compreende os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, sendo este o mais quente dos três. O período mais frio envolve os meses de junho, julho e agosto, sendo julho o mês que apresenta a menor média das temperaturas.

A pluviosidade nos municípios praianos, segundo Vanhoni e Mendonça (2008), é mais acentuada no verão, quando recebe a atuação predominante da Massa Tropical Atlântica. A média pluviométrica nesse período é de 800 mm. Na região, a chuva sofre influência de fenômenos externos como o *El Niño*.

Estas características geográficas de Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná propiciam à visitação e uso do mar durante os períodos mais quentes, desenvolvendo o turismo de sol e mar, organizado pela população local.

3.2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCS)

Em 1977, por meio da Lei Federal nº 6.513, o Governo Federal criou as Áreas Especiais de Interesse Turístico (AEIT), a serem preservados e valorizados no sentido cultural e natural, destinados à realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico (BRASIL, 1977, s.p.) e os Locais de Interesse Turístico destinados a adequação do desenvolvimento de atividades turísticas, e à realização de projetos específicos (BRASIL, 1977, s.p.). Ambas tinham por objetivo a preservação do patrimônio natural e cultural e a regulamentação da atividade turística nesses locais. Em 1998, a Lei Estadual nº 5.305 declarou Guaratuba, Matinhos, e Pontal do Paraná como AEITs e Locais de Interesse Turístico (IAP, 2017).

No âmbito da conservação ambiental, juntamente com a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) pela Lei nº 6.938/81, em 1981 foi criado o Parque Estadual (PE) Rio da Onça, em Matinhos. Em 1986, foi publicada a Resolução nº 001 que dispõe sobre o impacto ambiental e a necessidade de elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), em alguns tipos de obras, dentre elas, estradas e aeroportos. Em 1989, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), por meio da Lei nº 7.735, passou a ser o órgão responsável pela gestão ambiental das Unidades de Conservação - UC e, conseqüentemente, pelas visitas, sob incumbência da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior. Em Guaratuba, foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual em 1992 e o Parque Estadual do Boguaçu em 1996. (IAP, 2017).

Em 1997, a Resolução nº 237 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) incluiu as estradas, marinas, complexos turísticos, dentre outros como necessários ao Licenciamento Ambiental. (CONAMA, 1997).

No que se refere ao ecoturismo, em 2001 foi criado o Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange abrangendo os municípios Matinhos, Guaratuba, Morretes e

Paranaguá (ICMBIO, 2017b). A nível municipal foi criado, em Pontal do Paraná, o Parque Natural Municipal do Manguezal do Rio Perequê (IAP, 2017).

Em 2000 foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), pela Lei nº 9.985, que teve dentre seus objetivos a promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos bens naturais, a valorização econômica e social da diversidade biológica, bem como favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico (BRASIL, 2000c). Nesse sentido, a atividade turística é contemplada no referido instrumento jurídico. Com o SNUC definiu-se as UCs onde seria possível realizar visitas com fins de lazer.

Em 2007 foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), uma autarquia em regime especial, que retirou do IBAMA a gestão das UCs. Cabendo a esse órgão executar as ações do SNUC, tem como incumbência propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs federais (ICMBIO, 2017c) e, conseqüentemente, responsabilizou-se pelas visitas e atividades turísticas nessas áreas.

No âmbito público, foi criado em Pontal do Paraná, em 2013, o Parque Nacional Marinho Ilhas dos Currais, área onde, atualmente, se desenvolve a atividade de mergulho subaquático com fins recreativos (SCUBASUL, 2017).

Destaca-se também o novo Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), que caracteriza manguezais e restingas como Áreas de Preservação Permanentes (APPs) (ITCG, 2016), coibindo o uso e destruição desses ecossistemas, o que ocorre, por vezes, por meio do uso turístico, bem como pela ocupação para moradias.

3.3 OCUPAÇÕES E LOTEAMENTOS

Na segunda metade do século XIX, com base em Bigarella (1999), encontravam-se instaladas nas orlas das praias populações tradicionais, caboclos – caiçaras como são chamados - remanescentes da miscigenação da etnia carijó que habitavam a região desde a época do descobrimento do Brasil. Eles viviam em pequenas colônias ao longo da costa e dedicavam-se a pesca e a agricultura de subsistência.

Guaratuba foi o primeiro núcleo urbano próximo a orla da praia, por dispor de um porto natural logo na entrada da sua baía, condição geográfica que determinou sua localização (SAMPAIO, 2006a).

Em 1926 foi criado o primeiro assentamento balneário, Vila de Matinho, localizado há pouco mais de 3 km ao Norte da baía de Guaratuba, junto a um pontal rochoso. Em 1928 foi construído o loteamento Vila Balneária Praia de Leste, localizado no ponto de encontro da Estrada do Mar com a orla, e em 1930, a Vila Balneária do Morro do Cayobá¹¹, localizado na face Norte da baía de Guaratuba (BIGARELLA, 1999).

A Vila Balneária Praia de Leste não se desenvolveu na época devido a sua distância de nascentes de água potável, ao contrário das Vilas Balneárias de Matinhos e de Caiobá, localizadas próximas da Serra da Prata, único trecho da costa paranaense onde o complexo da serra do mar aproxima-se da orla oceânica, onde se encontravam nascentes de água potável. A Vila Balneária Praia de Leste só foi retomada nos anos de 1950 (SAMPAIO, 2006a).

De acordo com Sampaio (2006), durante as décadas de 1920 a 1940 não surgiram novos balneários na região litorânea do estado do Paraná e Matinhos e Caiobá progrediram lentamente, dada a quebra da bolsa de Nova York em 1929, que atingiu diretamente as exportações do café brasileiro, e em nível local, problemas sanitários, tais como malária e helmintíase e a precariedade para os deslocamentos.

A partir da década de 1940, com a erradicação da malária em nível local e nacional, de acordo com Esteves (2011), a visitação ao litoral passou a acontecer no verão, e não mais no inverno, pela menor incidência de mosquitos.

Em 1951, de acordo com Sampaio (2006b), após o lançamento da Cidade Balneária Pontal do Sul iniciou-se a ocupação do litoral Sul da baía de Paranaguá. No mesmo ano, conforme Bigarella (1999) foi lançado o loteamento da Cidade de Caiubá que unia Matinhos e Caiobá. Para Sampaio (2006a), esses dois projetos propiciaram apropriações expressivas por meio de loteamentos para o uso balneário da planície de Praia de Leste: de um lado a Cidade Balneária Pontal do Sul e do outro, a Cidade Balneária de Caiubá.

¹¹ As grafias Cayobá, Caiubá e Caiobá foram mantidas conforme escritas pelos referidos autores.

Após o lançamento dos balneários Pontal do Sul e Caiubá e a retomada da construção do balneário Praia de Leste, continuou-se um processo de loteamentos, abrangendo as orlas das duas planícies, as quais após três décadas estavam praticamente ocupadas (SAMPAIO, 2006a).

De acordo com Sampaio (2006b) a ocupação balneária no Estado do Paraná aconteceu de forma intensa. Em 1950, no trecho entre Pontal do Sul e Praia de Leste, foram lançados dez loteamentos, além da Cidade Balneária Pontal do Sul, sete deles até 1955.

Sampaio (2006a) e Esteves (2011) destacam que, a partir de 1950, verificou-se no litoral paranaense, tal como outras áreas litorâneas do Brasil, que o fenômeno da segunda residência das “camadas médias urbanas” de aglomerações próximas à costa passou a ser extensivo – o espaço da orla paranaense começou a adquirir sua conformação atual, ou seja, ocupação linear junto à praia. Além disso, as classes com menor poder aquisitivo estavam com certo poder de compra de bens duráveis e de financiamento de atividades de lazer. A raiz dessa situação remete ao contexto econômico da época, o denominado “estado de bem-estar” (PIERRI *et al.*, 2006).

Na década de 1970, a ocupação foi marcada pela verticalização das edificações nos Balneários. Em Caiobá e Guaratuba os primeiros edifícios podiam ter até quatro pavimentos, posteriormente, foram liberadas construções mais altas. (BIGARELLA, 1999).

Na década de 1980, a orla Sul da baía de Paranaguá encontrava-se inteiramente loteada de acordo com Sampaio (2006a), totalizando, em 1983, 110 mil lotes urbanos cadastrados nas prefeituras dos três municípios, mas com ocupação de menos de 18% destes.

Na década de 1990, a expansão de novos loteamentos balneários persistiu e surgiram ainda, ocupações irregulares nos balneários litorâneos paranaenses (ESTEVES, 2011). Essa conformação da ocupação consolidou o que foi chamado por Moura e Werneck (2000) como Área de Ocupação Contínua do Litoral do Paraná.

No ano de 2014 foram aprovados os Planos Diretores de Matinhos, através do Decreto Estadual nº 10.856 (PARANÁ, 2014a) e de Guaratuba, através do Decreto nº 10.855 (PARANÁ, 2014b) e em 2017, pelo Decreto Estadual nº 5.980 o de Pontal do Paraná (PARANÁ, 2017), instrumentos administrativos destinados a ordenar, promover e controlar o desenvolvimento urbano dos municípios.

3.4 MALHA RODOVIÁRIA E TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

A intensificação da população, segundo Bigarella (1999) ocorreu a partir de 1926, pelo acesso de veículos automotores à costa ou orla marítima Sul de Paranaguá, decorrente da construção da Estrada do Mar (atual PR-407), ligando este município até Praia de Leste.

Na década de 1940 houveram investimentos públicos na construção de canais de dragagem, pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) e a construção da estrada que ligava Matinhos a Caiobá, em 1942, que valorizou os dois balneários.

Em 1948 foi construída uma estrada ligando Praia de Leste a Matinhos, eliminando assim o trajeto até então realizado pela praia, bem como foi asfaltada a estrada de terra que ligava Guaratuba ao Estado de Santa Catarina, possibilitando o acesso de Curitiba a este balneário (BIGARELLA, 1999).

A partir da década de 1950, a construção e pavimentação de rodovias ligando o Planalto ao Porto de Paranaguá facilitaram o acesso às praias pela população procedente de Curitiba e de Paranaguá.

Na década de 1960 tem-se a inauguração do serviço de *ferry-boats* entre a ponte ao norte da baía de Guaratuba e o centro urbano do município homônimo (SAMPAIO, 2006a). No que tange à infra-estrutura de acesso, em 1966 foi inaugurada a Estrada das Praias (PR-407), sendo totalmente asfaltada, representou a “coqueluche dos paranaenses” (DER, 2017). Foi nessa década que ocorreu a construção das rodovias BR 277, ligando Paranaguá a Curitiba e ao Norte e Oeste do Estado, bem como construção da BR 116, ligando São Paulo, Paraná e Santa Catarina, além da PR 508 (Alexandra-Matinhos) (MACHADO, 2012; BORSATTO *et al.*, 2007). Em 1977, a PR-402, trecho asfaltado que liga Praia de Leste a Pontal do Sul foi inaugurada (SAMPAIO, 2006b).

Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba estão distantes da Capital Curitiba, 97 km, 110 km e 120 km, respectivamente. O acesso para Matinhos, saindo da Capital, pode ser feito pela BR 277, seguindo pela PR 408 - Rodovia Alexandra-Matinhos; para Guaratuba pela BR 376 sentido Santa Catarina, seguindo pela PR 412 e; para Pontal do Paraná pela BR 277, seguindo pela PR 407. Os três municípios são interligados pela continuidade das PRs, ou por *ferry-boat*, no caso de

Matinhos-Guaratuba (GUIA GEOGRÁFICO DO PARANÁ, 2019; LITORAL DO PARANÁ, 2019).

3.5 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS

Até meados do século XVIII, a área espacial de terras que compreende o litoral do Paraná pertencia ao estado de São Paulo. Paranaguá foi o primeiro município a se desmembrar politicamente, em 1648, e posteriormente os demais: Morretes em 1841, Antonina em 1857, Guaratuba e Guaraqueçaba em 1947, Matinhos em 1968 e Pontal do Paraná em 1997.

Na segunda metade do século XIX, os caiçaras eram os habitantes das áreas que compreendem os municípios Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, (BIGARELLA, 1999). Nas últimas décadas a microrregião atraiu pessoas de fora, principalmente da Região Metropolitana de Curitiba (DESCHAMPS; KLEINKE, 2000).

O crescimento populacional em Matinhos foi de 159,8% e, em Guaratuba 78%, entre 1991 e 2010. Em Pontal do Paraná, 46%, de 2000 a 2010. Os dados populacionais estimados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) indicam continuidade no crescimento populacional (QUADRO 6).

QUADRO 6 - POPULAÇÃO EM PONTAL DO PARANÁ, MATINHOS E GUARATUBA – 1991, 2000, 2010 E 2019 (ESTIMADA).

População em Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba – 1991, 2000, 2010 e 2019 (estimada)				
Município	1991	2000	2010	2019 (estimado)
Pontal do Paraná	0	14.323	20.920	27.284
Matinhos	11.325	24.184	29.428	34.720
Guaratuba	17.998	27.257	32.095	37.067

FONTE: Censos Demográficos de 1991, 2000, 2010; IBGE (2019).

Ainda com base no IBGE (1991, 2000 e 2010), o número de domicílios nos municípios praianos do Litoral do Paraná, incluindo os de uso ocasional ou segundas residências, aumentou 109,8% em Guaratuba, 114,7% em Matinhos, no período de 1991 a 2010 e 125,2% em Pontal do Paraná de 2000 a 2010. Salienta-se que o percentual de domicílios de uso ocasional, em 2010, correspondia a 50,9%

dos domicílios totais em Guaratuba, 64,7% em Matinhos e 64,9% em Pontal do Paraná. (QUADRO 7).

QUADRO 7 - NÚMERO DE DOMICÍLIOS E DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL EM GUARATUBA, MATINHOS E PONTAL DO PARANÁ, 1991, 2000 E 2010.

Município	Total de Domicílios			Domicílios de uso ocasional		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Guaratuba	11.429	19.253	23.973	6.655	10.389	12.178
Matinhos	15.416	27.890	33.100	11.676	17.828	21.411
Pontal do Paraná	-	21.768	27.264	-	16.275	17.695

FONTE: IBGE (1991, 2000, 2010).

A economia dos municípios praianos, de acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES/BDE, 2011), é baseada em atividades relacionadas ao turismo, durante a temporada de verão, que compreende os meses de dezembro a fevereiro, ocupando parte da população residente e atraem pessoas de outros municípios do Brasil.

As praias do litoral do Paraná, segundo o Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG, 2016), recebem alta população flutuante entre dezembro e fevereiro, chegando a aproximadamente 104.000 pessoas em Pontal do Paraná, 157.000 em Matinhos e 95.000 em Guaratuba, atraídos pelo turismo de sol e mar.

No período de baixa temporada, que vai de março a novembro, de acordo com o IPARDES (2011), a economia dos municípios praianos do Paraná gira em torno da pesca e da realização de pequenos e médios eventos.

Os equipamentos turísticos disponíveis nos municípios praianos do litoral do Paraná, com base nos dados da Secretaria de Estado do Turismo (SETU, 2010), em 2010, em sua maioria (97%) correspondiam à micro e pequenos empreendimentos, distribuídos entre meios de hospedagem, serviços de alimentação, comércio de artesanato, agências de turismo e postos de informação (QUADRO 8).

QUADRO 8 - EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS EM PONTAL DO PARANÁ, MATINHOS E GUARATUBA - 2010

Equipamentos turísticos em Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba - 2010						
Município	Meios de hospedagem	Serviços de alimentação	Comércio turístico (venda de artesanato)	Agências de Turismo	Posto de Informações	TOTAL
Pontal do Paraná	22	12	3	0	2	39
Matinhos	5	24	2	0	1	32
Guaratuba	33	23	7	2	2	67

FONTE: SETU (2010).

Observa-se que em Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba são criados micro e pequenos empreendimentos temporários para o atendimento aos turistas na alta temporada de verão. Dentre estes empreendimentos encontram-se o comércio ambulante de praia, organizado e regulamentado pelas Prefeituras Municipais.

Na primeira década dos anos 2000 as prefeituras de Pontal do Paraná e Matinhos regulamentaram a atividade comercial dos vendedores ambulantes, no primeiro pela Lei nº 621, de 18 de novembro de 2005 (PONTAL DO PARANÁ, 2005); e no segundo pela Lei nº 1.267/2009 (MATINHOS, 2009). Em Guaratuba, a regulamentação aconteceu pelo Decreto nº 19.831, de 30 de novembro de 2015 (GUARATUBA, 2015).

3.6 BREVE HISTÓRICO DO TURISMO

Na primeira metade do século XX, o turismo nos municípios praianos do Litoral do Paraná correspondia às temporadas de veraneio em segundas residências ou casas alugadas em locais próximos aos grandes centros urbanos, característica que ainda perdura. (ALBAN, 2006).

A ocupação dessa região para fins recreativos e de lazer teve início em 1920, década em que se vivenciou a democratização do lazer e, em especial, do lazer nos balneários (SAMPAIO, 2006a), motivado, em partes, pelo fim da I Guerra Mundial com a retomada de certa estabilidade econômica.

O desenvolvimento de estradas e transportes foram marcos importantes para o desenvolvimento das atividades turísticas nos balneários do Litoral do Paraná, pois facilitaram o acesso a estas localidades.

Na década seguinte, 1930, poucos dados se tem a respeito da ocupação do

litoral e o desenvolvimento das atividades de recreação e lazer, sabe-se que ocorreu uma onda de ocupação para fins turísticos na Ilha do Mel, por parte de famílias de classe alta de Curitiba, que adquiriram terrenos e construíram suas casas (ATHAYDE; BRITTEZ, 2005; PIERRI *et al.*, 2006).

Durante a II Guerra Mundial, mais especificamente entre os anos 1942 e 1945, quando o Brasil se envolveu mais intensamente no conflito, o fornecimento gratuito de energia elétrica foi interrompido em Caiobá, fazendo com que as atividades balneárias se tornassem precárias e impraticáveis (BIGARELLA, 2006). Além disso, conforme esse autor, toda costa brasileira foi considerada área de segurança nacional, ficando sujeita a uma série de condicionantes, como a ocupação de alguns imóveis em pontos estratégicos para vigilância militar, a exigência de salvo-conduto para viagens ao litoral, o impedimento da presença de estrangeiros da Itália e Alemanha e descendentes na área.

Sampaio (2006a) indica que, o quadro de instabilidade política, econômica e social no país e no mundo, desde o final dos anos 1920 até o término da II Guerra Mundial, não permitia investimentos em lazer, exceto em medidas pontuais. Com o fim desse grande conflito, as atividades econômicas foram restabelecidas e, com elas, as atividades de lazer e o turismo.

Segundo Bigarella (2006), em 1945 o serviço de diligência (caminhões com bancos e toldo, que transportavam pessoas e animais) foi substituído por pequenos ônibus saindo de Curitiba para Matinhos e Caiobá (BIGARELLA, 2006), embora uma publicação do jornal O Dia (1942), informava que o serviço de ônibus, diário, para Guaratuba, Matinhos e Caiobá iniciaria em maio de 1942.

Em Pontal do Sul, na década de 1960 foram implantadas diversas marinas ao longo das margens dos canais escavados pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) (PIERRI *et al.*, 2006). Isso vem ao encontro do fato de que, após 1950 ocorreu a construção de hotéis, resorts e restaurantes, destinados a atender as camadas mais privilegiadas da população brasileira (ESTEVEZ, 2011).

Na década de 1970, de acordo com Fonseca Neto (2007), teve fim a estagnação turística da Ilha do Mel, decorrente do desenvolvimento dos balneários e da II Guerra Mundial. A Ilha passou a ser procurada por turistas, em sua maioria jovens, que acampavam ou se hospedavam nas casas dos moradores em busca da beleza cênica e contato com a natureza.

Também na década de 1970, o litoral passou a contar com uma estrutura

turística destinada a população de menor renda, configurada pelas associações de trabalhadores, colônias de férias, campings e outros meios de hospedagem coletivos e de baixo custo, e também, a construção de equipamentos para as classes mais abastadas. (ESTEVES, 2011). Uma ação pontual em relação à estrutura para turistas foi a inauguração do Terminal Turístico de Massas em Matinhos, em 1977. Uma área de *camping* e estacionamento para *trailer*, vestiário, guarda-volumes e instalações com churrasqueiras.

De acordo com o Diário do Paraná (1971), em 1971 aconteceu o I Encontro Turístico do Litoral do Paraná e, em 1972, de acordo com a Folha de Londrina (1972), o II Encontro Turístico, ambos promovidos pela Folha de Londrina e destinados a tratar das problemáticas de infraestrutura até a integração regional, contando com a participação de autoridade do Estado e prefeitos dos municípios do Litoral e de outros do interior. As conclusões foram remetidas ao Ministério de Indústria e Comércio, ao Governo do Estado do Paraná e ao Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR). (DIÁRIO DO PARANÁ, 1971).

Na década seguinte, 1980, segundo Cavalcanti e Hora (2002), a EMBRATUR homologou convênios para implementação de terminais de turismo social, além de assinar um acordo com o Ministério do Trabalho com a finalidade de estimular os sindicatos a organizarem viagens de lazer em baixa temporada. Esteves (2011) destaca que foi nesta década que se consolidou o turismo de Sol e Praia no litoral do Paraná.

Paralelamente, em 1984, outra institucionalização importante para o turismo local na época foi a criação do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral do Paraná (COLIT), por meio do Decreto Estadual nº 4.605/1984.

Durante a década de 1990, a expansão das atividades e serviços associados ao turismo e lazer geraram crescimento populacional na região trazendo fluxos migratórios, principalmente dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba (DESCHAMPS; KLEINKE, 2000).

No âmbito das políticas públicas, em 1994, foi criado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), baseado na noção de desenvolvimento local sustentável. Com base nesse Programa os municípios passariam a ter mais autonomia política, administrativa e financeira no setor do turismo, em contrapartida, assumiriam mais responsabilidades na execução de Programas, e na formulação de políticas de promoção do desenvolvimento econômico e social local (MTUR, 2007).

No século XXI, as medidas a respeito do turismo no litoral foram de caráter normativo. Em 2003 foi criado o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil, pelo Ministério do Turismo (MTUR, 2007) a partir do qual foram definidas Regiões Turísticas Nacionais, entre elas a Região Turística do Litoral do Paraná. Para gerir estas regiões turísticas, foram criadas estruturas de governança, tal como a Agência de Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Litoral do Paraná (ADETUR), criada em 2007 (SETU, 2010). Em 2005, o governo do estado por meio da Secretaria de Estado do Turismo (SETU) criou o projeto “Turismo no Litoral do Paraná – Emoções o Ano Inteiro”, o qual buscava integrar os organismos oficiais de turismo dos municípios do Litoral e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) Paraná, com o objetivo de gerar fluxo turístico o ano inteiro e diminuir a sazonalidade na região, além de aumentar a competitividade empresarial nos sete municípios litorâneos. O projeto atuou na capacitação e qualificação, articulação e infraestrutura e *marketing*.

Em 2008, a Lei Federal nº 11.771 dispôs sobre a Política Nacional de Turismo (MTUR, 2008) e a Lei Estadual nº 15.973 dispôs sobre a Política Estadual de Turismo (SETU, 2010).

3.7 ZONA COSTEIRA, ORLA MARÍTIMA E PRAIA: ASPECTOS JURÍDICOS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS

A praia, espaço utilizado para o comércio ambulante nos municípios praianos do litoral do Paraná: Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, integra a orla marítima que se insere na Zona Costeira. Aspecto essencial para a compreensão do modo de vida da população local, gestores e população externa e a existência de outras racionalidades.

As Zonas Costeiras no Brasil são bens imóveis da União, como dispostos no Decreto-Lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946. Com base no Artigo 1º são bens imóveis da União: “a) os terrenos de marinha e seus acrescidos; [...] c) os terrenos marginais de rios e as ilhas nestes situadas, na faixa de fronteira do território nacional e nas zonas onde se faça sentir a influência das marés”.

Os terrenos de marinha são definidos no Artigo 2º do Decreto-Lei nº 9.760 de 05 de Setembro de 1946, na Seção II, intitulada “Da Conceituação”:

São terreno de marinha, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar-médio de 1831: a) os situados no continente, na costa marítima e nas margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés. (BRASIL, 1946).

Certamente a profundidade estaria sujeita a influencia de marés, assim, essa influência é “caracterizada pela oscilação periódica de 5 (cinco) centímetros pelo menos do nível das águas, que ocorra em qualquer época do ano”. (BRASIL, 1946).

Essa regulamentação, que definia este espaço geográfico como um bem da União é substituída quando o tema passa a integrar a nova Constituição Federal de 1988 (p. 17), em seu artigo 20:

As ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26.

O uso da Zona Costeira, designada patrimônio nacional pelo § 4º, artigo 225 que trata do meio ambiente na Constituição Federal de 1988, juntamente com a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, o Pantanal Mato-Grossense e a Serra do Mar, “far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”. O meio ambiente, por este artigo, é um bem de uso comum do povo essencial à sadia qualidade de vida o que exigindo do Poder Público e da Coletividade sua defesa e preservação.

Anterior a Constituição Brasileira de 1988, o Direito do Mar foi discutido em uma convenção das Nações Unidas, concluída em Montego Bay, na Jamaica, em 10 de dezembro de 1982, quando foi estabelecido:

uma ordem jurídica para os mares e oceanos que facilite as comunicações internacionais e promova os usos pacíficos dos mares e oceanos, a utilização equitativa e eficiente dos seus recursos, a conservação dos recursos vivos e o estudo, a proteção e a preservação do meio marinho.

No âmbito nacional, foi aprovada a Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) pelo Decreto nº 5.377 de 23 de fevereiro de 2005 e tem por finalidade:

Orientar o desenvolvimento das atividades que visem à efetiva utilização, exploração e aproveitamento dos recursos vivos, minerais e energéticos do Mar Territorial, da Zona Econômica Exclusiva e da Plataforma Continental, de acordo com os interesses nacionais, de forma racional e sustentável para o desenvolvimento socioeconômico do País, gerando emprego e renda e contribuindo para a inserção social.

No Decreto (s/p) definem-se como Recursos do Mar:

Todos os recursos vivos e não-vivos existentes nas águas sobrejacentes ao leito do mar, no leito do mar e seu subsolo, bem como nas áreas costeiras adjacentes, cujo aproveitamento sustentável é relevante sob os pontos de vista econômico, social e ecológico.

São objetivos da PNRM a formação de recursos humanos, com base no Decreto nº 5.377 de 23 de fevereiro de 2005, o estímulo ao desenvolvimento de pesquisa, ciência e tecnologia marinhas e o incentivo ao aproveitamento e exploração sustentável dos recursos do mar, águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo e áreas costeiras adjacentes.

As ações desta Política são executadas sob a orientação e coordenação de órgãos integrantes da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) que foi criada pelo Decreto nº 74.557 de 12 de Setembro de 1974 e é regida pelo Decreto nº 3.939 de 26 de setembro de 2001. À CIRM compete a coordenação dos assuntos relativos à consecução da PNRM, o acompanhamento dos programas e ações decorrentes da PNRM e respectivos resultados e a proposição de atualizações à PNRM.

No Brasil, como parte integrante da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) e da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), a união instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) pela Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, regulamentada pelo Decreto nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004 e complementada pelos Planos de Gerenciamento Costeiro Estaduais (PEGC) e Municipais (PMGC).

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro é um mecanismo que orienta a “utilização nacional dos recursos na Zona Costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população, e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural”. (Art. 2º, s/p).

A Zona Costeira, com base no PNGC é “o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre” (s/p).

A faixa da zona costeira abrange a orla marítima, porção marítima e terrestre, apresenta dois critérios de definição:

I - marítimo: isóbata de dez metros, profundidade na qual a ação das ondas passa a sofrer influência da variabilidade topográfica do fundo marinho, promovendo o transporte de sedimentos;

II - terrestre: cinquenta metros em áreas urbanizadas ou duzentos metros em áreas não urbanizadas, demarcados na direção do continente a partir da linha de preamar ou do limite final de ecossistemas, tais como as caracterizadas por feições de praias, dunas, áreas de escarpas, falésias, costões rochosos, restingas, manguezais, marismas, lagunas, estuários, canais ou braços de mar, quando existentes, onde estão situados os terrenos de marinha e seus acrescidos. (Art. 22 Decreto 5.300).

E pelo Artigo 3º do mesmo Decreto:

Considerada patrimônio nacional pela Constituição de 1988, corresponde ao espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e uma faixa terrestre, com os seguintes limites:

I - faixa marítima: espaço que se estende por doze milhas náuticas, medido a partir das linhas de base, compreendendo, dessa forma, a totalidade do mar territorial;

II - faixa terrestre: espaço compreendido pelos limites dos Municípios que sofrem influência direta dos fenômenos ocorrentes na zona costeira. (s/p).

Na Zona Costeira nacional, encontra-se a orla marítima, que com base no Plano de Intervenção da Orla Marítima (2004a, p. 7; 2004b, p. 6), é definida “como uma unidade geográfica delimitada pela faixa de interface entre a terra firme e o mar, possuindo uma porção marinha e uma porção terrestre”. É ainda definida, de forma mais específica, pelo Decreto nº 5.300/2004 (s/p):

Art. 22. Orla marítima é a faixa contida na zona costeira, de largura variável, compreendendo uma porção marítima e outra terrestre, caracterizada pela interface entre a terra e o mar.

Art. 23. Os limites da orla marítima ficam estabelecidos de acordo com os seguintes critérios:

I - marítimo: isóbata de dez metros, profundidade na qual a ação das ondas passa a sofrer influência da variabilidade topográfica do fundo marinho, promovendo o transporte de sedimentos;

II - terrestre: cinquenta metros em áreas urbanizadas ou duzentos metros em áreas não urbanizadas, demarcados na direção do continente a partir da linha de preamar ou do limite final de ecossistemas, tais como as caracterizadas por feições de praias, dunas, áreas de escarpas, falésias, costões rochosos, restingas, manguezais, marismas, lagunas, estuários, canais ou braços de mar, quando existentes, onde estão situados os terrenos de marinha e seus acrescidos. (s/p).

As praias, outro termo bastante utilizado na literatura e pela população de maneira geral, também apresentam duas definições, porém de origem epistêmicas distintas. Uma citada tanto na Lei (art. 10, Lei 7.661/1988) quanto no Decreto que a regulamenta (art. 21, Decreto 5.300/2004), de preceito do direito:

São bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse da segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica.

E outra, no § 3º do Artigo 10 da Lei nº 7.661 de 16 de maio de 1988, de preceito empírico:

A área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subsequente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde comece um outro ecossistema.

Dentre os municípios brasileiros abrangidos pela faixa terrestre da zona costeira, e “defrontantes com o mar”, e que integram a “listagem estabelecida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE” estão Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná (Artigo 4º, BRASIL, 2004, s/p).

O Decreto nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004, apresenta-se como um documento estruturante da zona costeira brasileira, para além de regulamentar a Lei 7.661/1988, ele: “define normas gerais visando a gestão ambiental da zona costeira do País, estabelecendo as bases para a formulação de políticas, planos e programas federais, estaduais e municipais”. (s/p), os quais devem priorizar à conservação e proteção dos seguintes bens:

I - recursos naturais, renováveis e não renováveis; recifes, parcéis e bancos de algas; ilhas costeiras e oceânicas; sistemas fluviais, estuarinos e lagunares, baías e enseadas; praias; promontórios, costões e grutas marinhas; restingas e dunas; florestas litorâneas, manguezais e pradarias submersas;
II - Sítios ecológicos de relevância cultural e demais unidades naturais de preservação permanente;

III - monumentos que integrem o patrimônio natural, histórico, paleontológico, espeleológico, arqueológico, étnico, cultural e paisagístico. (Art. Xxx, Lei 7.661/1988).

Dentre os objetivos da gestão da zona costeira, Artigo 6º, Decreto 5.300/2004 a serem contemplados na formulação de políticas, planos e programas, estão:

- I - a promoção do ordenamento do uso dos recursos naturais e da ocupação dos espaços costeiros, subsidiando e otimizando a aplicação dos instrumentos de controle e de gestão da zona costeira;
- II - O estabelecimento do processo de gestão, de forma integrada, descentralizada e participativa, das atividades socioeconômicas na zona costeira, de modo a contribuir para elevar a qualidade de vida de sua população e a proteção de seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural;

São previstos os seguintes instrumentos para gestão da zona costeira no Brasil:

- I - Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC: conjunto de diretrizes gerais aplicáveis nas diferentes esferas de governo e escalas de atuação, orientando a implementação de políticas, planos e programas voltados ao desenvolvimento sustentável da zona costeira;
- II - Plano de Ação Federal da Zona Costeira - PAF: planejamento de ações estratégicas para a integração de políticas públicas incidentes na zona costeira, buscando responsabilidades compartilhadas de atuação;
- III - Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC: implementa a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, define responsabilidades e procedimentos institucionais para a sua execução, tendo como base o PNGC;
- IV - Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro - PMGC: implementa a Política Municipal de Gerenciamento Costeiro, define responsabilidades e procedimentos institucionais para a sua execução, tendo como base o PNGC e o PEGC, devendo observar, ainda, os demais planos de uso e ocupação territorial ou outros instrumentos de planejamento municipal;
- V - Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro - SIGERCO: componente do Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente - SINIMA, que integra informações georreferenciadas sobre a zona costeira;
- VI - Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira - SMA: estrutura operacional de coleta contínua de dados e informações, para o acompanhamento da dinâmica de uso e ocupação da zona costeira e avaliação das metas de qualidade socioambiental;
- VII - Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira - RQA-ZC: consolida, periodicamente, os resultados produzidos pelo monitoramento ambiental e avalia a eficiência e eficácia das ações da gestão;
- VIII - Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro - ZEEC: orienta o processo de ordenamento territorial, necessário para a obtenção das condições de sustentabilidade do desenvolvimento da zona costeira, em consonância com as diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico do território nacional, como mecanismo de apoio às ações de monitoramento, licenciamento, fiscalização e gestão;

IX - macrodiagnóstico da zona costeira: reúne informações, em escala nacional, sobre as características físico-naturais e socioeconômicas da zona costeira, com a finalidade de orientar ações de preservação, conservação, regulamentação e fiscalização dos patrimônios naturais e culturais (art. 7).

O Plano de Ação Federal para a Zona Costeira – PAF-ZC, em sua quarta edição, que compreende ao triênio de 2017 a 2019, foi resultado de um processo de construção participativa de setores e grupos representados no Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro - GI-Gerco. O PAF-ZC (s/p):

visa o planejamento de ações estratégicas para a integração de políticas públicas incidentes na zona costeira, buscando responsabilidades compartilhadas de atuação. O Plano estabelece um referencial acerca da atuação da União na região, apresentando uma síntese das ações federais priorizadas para o planejamento e gestão da zona costeira.

No estado do Paraná, a Lei nº 13.164, de 23 de maio de 2001, institui como área de abrangência de zona costeira paranaense:

O espaço geográfico delimitado pelos Municípios de: Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Paranaguá, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba. Compreendendo a Planície de Inundação Flúvio-marinho, constantes dos ecossistemas de manguezais e de várzeas, da faixa marítima, até as 12 milhas náuticas da costa, incluindo as ilhas costeiras e os habitats rochosos, compondo um mosaico de ecossistemas de alta relevância ambiental, de diversidade marcada pela transição de ambientes terrestres e marinhos, com interações que lhe conferem o caráter de fragilidade (Art. 1º).

A mesma Lei (s/p) define o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (PEGC) como:

O conjunto de atividades e procedimentos institucionais que, através de instrumentos específicos, permitem a implantação da Política Estadual para a região, orientando o processo de ocupação e utilização racional dos recursos naturais da Zona Costeira do Estado do Paraná.

E esse tendo como objetivo geral:

Orientar o processo de ocupação e utilização dos recursos naturais da Zona Costeira, através de instrumentos próprios, visando a melhoria da qualidade de vida das populações locais e a proteção dos ecossistemas costeiros em condições que assegurem a qualidade ambiental.

São considerados instrumentos do PEGC, o macrozoneamento da Região do Litoral Paranaense¹², o Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro (SIGERCO), o programa de Monitoramento Ambiental e os planos de Gestão:

Art 7º O macrozoneamento da Região do Litoral Paranaense e instrumento de execução do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC, que tem por objetivo orientar a ocupação e uso do espaço, compondo um instrumento interativo da gestão ambiental, com vistas a subsidiar ações de planejamento governamental e não governamental capazes de conduzir ao aproveitamento, manutenção ou recuperação de sua qualidade ambiental e potencial produtivo, em benefício da população local.

Art 8º O Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro SIGERCO é o instrumento do PEGC que terá a função de armazenar, processar e atualizar dados georeferenciados e informações, servindo de fonte de consulta rápida e precisa para a análise e a tomada de decisões.

Art 9º O Monitoramento tem o propósito de acompanhar a evolução e condição ambiental da Zona Costeira, convergindo para a definição de indicadores e padrões de avaliação da qualidade ambiental.

Art 10º Os Planos de Gestão serão elaborados a partir dos conjuntos de projetos setoriais integrados e compatibilizados com as diretrizes estabelecidas no Macrozoneamento da Região do Litoral Paranaense, estabelecido pelo Decreto Estadual nº 5040, de 11 de maio de 1989, envolvendo a participação de representantes dos setores legalmente organizados, com envolvimento na Zona Costeira.

Para acompanhar a implantação do PEGC a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Paraná (SEMA) instituiu uma Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro (CT-GERCO) vinculada a Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense (COLIT).

O COLIT, de acordo com a Resolução SEMA nº 043, de 28 de Novembro de 2018 (s/p) é um:

Órgão normativo de deliberação coletiva instituído pelo Decreto nº 4.605, de 26 de dezembro de 1984, e alterações posteriores, tem por objetivo a orientação da política referente às questões econômicas, sociais e ambientais, além da orientação política referente ao uso, parcelamento e ocupação do solo na região do Litoral Paranaense.

Outro instrumento para a gestão da zona costeira instituído pelo governo do estado do Paraná foi o Zoneamento Ecológico-Econômico do Paraná (ZEE), que de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2006):

¹² O Macrozoneamento da Região do Litoral Paranaense foi definido pelo Decreto nº 5.040 de 11 de maio de 1989 (s/p) “tendo em vista a necessidade de compatibilizar as atividades produtivas com o potencial dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente, de forma a garantir o desenvolvimento da Região do Litoral Paranaense”.

Corresponde a um mecanismo integrador da realidade territorial cada vez mais complexa e dinâmica, que dispõe de um diagnóstico e de uma proposição de diretrizes que oriente os esforços de investimento do governo e da sociedade civil, considerando para tal as potencialidades e restrições das áreas definidas como zonas e tratadas como unidades de planejamento.

A Região Litorânea do estado do Paraná, de acordo com o MMA (2006), foi a primeira a receber a aplicação da metodologia do Zoneamento Ecológico-Econômico do estado do Paraná – Litoral por apresentar particularidades nos aspectos naturais e socioeconômicos quando comparado às demais regiões naturais do Estado: Primeiro, Segundo e Terceiro Planaltos.

O ZEE, com base no Decreto nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004, que regulamenta a o PNGC, é um dos instrumentos para a gestão da Zona Costeira e deve ser empregado de forma integrada e articulada para obtenção dos resultados almejados.

Aos Municípios da zona costeira, de acordo com o Decreto nº 5.300, de 7 de dezembro de 2004, caberia para a gestão a elaboração e execução do Plano de Intervenção da Orla Marítima de forma participativa, envolvendo o colegiado municipal, órgãos, instituições e organizações da sociedade civil interessados.

A orla marítima, com base no Plano de Intervenção da Orla Marítima (2004a, p. 7; 2004b, p. 6), é definida “como uma unidade geográfica delimitada pela faixa de interface entre a terra firme e o mar, possuindo uma porção marinha e uma porção terrestre”.

O Projeto Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla), uma ação nacional dos Ministérios do Meio Ambiente e do Planejamento, Orçamento e Gestão, que tem por objetivo o ordenamento dos espaços litorâneos sob domínio da União, aproximando as políticas ambiental e patrimonial. O projeto visa descentralizar a gestão da orla para as esferas municipais, repassando normas ambientais e arranjos institucionais-políticos para a realização de uma gestão costeira integrada, propondo um plano de intervenções que utiliza as potencialidades dos ecossistemas para o interesse social (PROJETO ORLA, 2004a; 2004b; 2004c). No Paraná, o projeto congregou os municípios de Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná. Realizaram-se Planos de Intervenção na Orla Marítima e Estuária para cada um, apontando impactos, conflitos e propondo ações e estratégias de ação (MMA, 2017).

Em Pontal do Paraná, com base no Projeto Orla (2004a), identificou-se como um dos conflitos, entre os balneários Pontal do Sul a Monções, a disposição de resíduos do comércio ambulante na alta temporada que contrastava com a conservação do ambiente natural e a balneabilidade da praia. Como cenário potencial para este conflito, o projeto indicou a atividade de ambulantes inadequada à preservação do ambiente natural e à manutenção da qualidade turística. A linha de ação para equacionar o conflito indicada foi o ordenamento e adequação da atividade, tendo como ações e medidas: definir/ aprimorar critérios para a regulamentação do comércio ambulante na praia e cadastrar os vendedores ambulantes.

Em Matinhos, um dos conflitos identificados pelo Projeto Orla (2004b) foi o comércio ambulante desordenado nas áreas da Praia Mansa e Praia Brava. Como cenário potencial para este conflito, o referido projeto indicou o comércio ambulante ordenado. Assim, o projeto indica a regulamentação e disciplina do comércio ambulante como linha de ação para equacionar o conflito, tendo como medidas e ações o cadastramento dos vendedores ambulantes e a regulamentação da atividade no Município.

Em Guaratuba, no Projeto Orla (2004c), identificou-se como um dos conflitos a disputa entre comerciantes formais e os em situação não regulamentada, incluindo-se os vendedores ambulantes. Tendo por cenário potencial a formalização do comércio na orla e minimização da disputa, o projeto indicou como ações para equacionar o conflito: a regulamentação e formalização do comércio ambulante, a partir das ações e medidas: realizar cadastro dos comerciantes e ambulantes que atuam na orla e praia e regulamentar/ regularizar o comércio na orla marítima e praia.

Sendo a praia um espaço comum e todos devendo zelar pelo meio ambiente, as gestões públicas dos municípios deveriam regulamentar o uso destes espaços, e assim o faz autorizando atividades produtivas sobre áreas comuns de patrimônio da União.

Em 2005, a Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná sancionou a Lei nº 621, de 18 de novembro de 2005 que “Dispõe sobre o exercício do comércio ambulante e de comércio ou prestação de serviço eventual, no Município de Pontal do Paraná, Durante o período considerado ‘Temporada de verão’”. (PONTAL DO PARANÁ, 2005, p. 1). A Prefeitura Municipal de Matinhos sancionou, em 2009, a Lei

nº 1267/2009 que “Dispõe sobre o exercício do comércio ambulante, atividades comerciais e de prestação de serviços, em caráter temporário ou sazonal, no âmbito do Município de Matinhos, e dá outras providências”. (MATINHOS, 2009, p. 1).

Em Guaratuba, observa-se a criação da Lei nº 1173 de 14 de Novembro de 2005 que “Estabelece o código de obras e posturas do município de dá outras providências”. Cabe destacar que em Guaratuba, a atividade do comércio ambulante é regulamentada desde 1988, a partir da Lei nº 524 de 14 de Outubro de 1988 que “Regulamenta as atividades do vendedor ambulante de Guaratuba”. (GUARATUBA, 1988, p. 1), e exigia para a atuação como vendedor ambulante no município, estar associado à Associação dos Verdadeiros Ambulantes de Guaratuba revogada pela Lei nº 578 de 08 de Dezembro de 1989, que tinha como Súmula: “Regulamentando as atividades de Vendedor Ambulante de Guaratuba” que considera como vendedor ambulante “aquele que faz pequeno comércio usando isopor, bandeja, tabuleiro, carrinho móvel ou embalagens plásticas ou térmicas”. (GUARATUBA, 1989, p. 1).

4 METODOLOGIA

O capítulo compreende a metodologia adotada para o estudo. São apresentadas características da pesquisa social e ambiental, abordagem, estratégias de investigação e, respectivos, instrumentos de coleta de dados e a escolha dos entrevistados e amostragem definida.

Uma pesquisa é definida por Minayo (2002, p. 17) como “a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo”. Assim, para a autora (2002, p. 17), a pesquisa “vincula pensamento e ação”, e exige um percurso metodológico. A decisão para a escolha da metodologia, com base em Creswell (2010), está baseada na natureza da questão ou problema de pesquisa, nas experiências pessoais dos pesquisadores e no público ao qual o estudo se dirige.

Minayo (2002, p. 16) entende por metodologia “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. A metodologia, na concepção da autora (2002, p. 16), “inclui concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”.

Neste contexto, a presente pesquisa se caracteriza como social e ambiental, de abordagem qualitativa. Foram empregadas como estratégias de investigação: bibliográfica e documental, entrevistas abertas e semi-estruturadas e observação direta.

4.1 PESQUISA SOCIAL E AMBIENTAL

A pesquisa social, com base em Minayo (2002), lida com seres humanos que, por razões culturais, de classe, de faixa etária ou por qualquer outro motivo que seja decorrente da relação entre homens têm substrato comum de identidade com o investigador, tornando-os solidariamente imbricados e comprometidos.

Esse tipo de pesquisa, segundo Minayo (2002), difunde interesses e visões de mundo construído historicamente, ainda que as contribuições e efeitos técnicos e teóricos excedam as finalidades de sua realização, pode não ser verdadeira quando a pesquisa visa contestar que só existe uma visão de mundo construído historicamente como destaca a autora.

Assim, para a autora citada, o objeto de estudo das ciências sociais apresenta consciência histórica. Para ela, além do sentido dado pelo pesquisador ao trabalho intelectual, os grupos e as sociedades dão significado e intencionalidade às construções e ações, considerando que estruturas sociais se caracterizam como ações objetivadas.

Nesse sentido, Flick (2013, p. 18) define a pesquisa social como:

A análise sistemática das questões de pesquisa por meio de métodos empíricos (p. ex., perguntas, observação, análise dos dados, etc.). Seu objetivo é fazer afirmações de base empírica que possam ser generalizadas ou testar essas declarações. Várias abordagens podem ser distinguidas e também vários campos de aplicação (saúde, educação, pobreza, etc.). Diferentes objetivos podem ser buscados, variando desde uma descrição exata de um fenômeno até sua explanação ou avaliação de uma intervenção ou instituição. (FLICK, 2013, p. 18).

A pesquisa ambiental, com base em Coimbra (2000), aborda a interação da sociedade humana com os ecossistemas terrestres e não pode ser vista a partir de uma lente disciplinar. O meio ambiente é um todo complexo, onde as partes estão inter-relacionadas.

4.2 ABORDAGEM DE PESQUISA

Godoy (1995) orienta que, para a escolha da abordagem de pesquisa adequada, deve-se levar em consideração a possibilidade de responder a questão de pesquisa.

Nas ciências sociais, com base em Minayo (2002), o objetivo é essencialmente qualitativo, assim como nas ciências ambientais. Para a autora (2002, p. 21-22), este tipo de abordagem se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, pois “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”.

Minayo (2002, p. 22) compreende ainda que: “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”.

A abordagem qualitativa, para Creswell (2010), é estruturada pelo uso das palavras ou do uso de questões abertas e caracteriza-se como “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano” (p. 26).

Nas ciências ambientais, Leff (2015) defende a abordagem interdisciplinar por entender que o meio ambiente é um todo complexo e que um olhar disciplinar seria uma análise parcial de uma realidade.

4.3 ESTRATÉGIAS DE INVESTIGAÇÃO

A estratégia de investigação de uma pesquisa, com base em Creswell (2010), envolve as formas de coleta, análise e interpretação dos dados propostos pelo pesquisador. Neste estudo são utilizadas as estratégias de investigação: revisão de literatura, pesquisa documental, entrevistas e observação direta.

4.3.1 Revisão sistemática da literatura

Ao realizar uma revisão de literatura, segundo Laville e Dionne (1999, p. 112), o pesquisador tenta “encontrar essencialmente os saberes e as pesquisas relacionadas com sua questão; deles se serve para alimentar seus conhecimentos, afinar suas perspectivas teóricas, precisar e objetivar seu aparelho conceitual”.

A revisão de literatura, com base em Laville e Dionne (1999, p. 113), “é um percurso crítico, relacionando-se intimamente com a pergunta à qual se quer responder [...] Deve-se fazer considerações, interpretações e escolhas, explicar e justificar suas escolhas”.

A principal vantagem da realização da revisão de literatura, segundo Gil (2008), consiste em permitir ao pesquisador uma cobertura mais ampla de fenômenos relacionados ao tema investigado do que seria possível pesquisar diretamente.

A revisão sistemática foi escolhida por, segundo Flick (2013), ser direcionada a aspectos de um tema geral de pesquisa e estar focada em documentos selecionados conforme critérios específicos.

Esta estratégia de investigação foi utilizada para alcançar o objetivo específico 1 - “Identificar, por meio de revisão teórica, dimensões que caracterizam

as Racionalidades Ambiental de Leff e Situada de Zaoual a fim de captá-las no campo empírico”, baseado em revisão de literatura realizada na Plataforma de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e nos Portais de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal do Paraná (UFPR), estes selecionados em decorrência da procedência dos autores dos Periódicos.

A partir dos estudos destes Portais identificaram-se os autores com maior número de publicações, os quais tiveram seu *curriculum* na Plataforma Lattes (<http://lattes.cnpq.br/>) consultados e investigaram-se outras publicações ou, em caso de professores universitários, trabalhos orientados relativos ao tema. A localização de arquivos, quando localizados títulos, também ocorreu no *site* Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>).

As palavras-chave utilizadas foram “Sítios Simbólicos de Pertencimento”, “Sítios Simbólicos”, e o nome e sobrenome do autor “Hassan Zaoual” ou “Zaoual”.

A leitura e análise de conteúdo foram realizadas sobre 39 (trinta e nove) publicações que atenderam os critérios, entre abril e julho de 2019. Dois estudos encontrados mencionavam “Sítios Simbólicos”, mas não estavam relacionados à Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento nem citavam seu autor, Hassan Zaoual, e por isso foram descartados.

4.3.2 Pesquisa documental

O termo documento, para Laville e Dionne (1999, p. 166), “designa toda fonte de informações já existente”. Flick (2009) aponta que, os documentos podem auxiliar na compreensão de uma realidade social em contextos institucionais.

Os documentos são úteis, para Yin (2010), mesmo que imprecisos ou imparciais. Assim, para o autor, o uso mais importante dos documentos em estudos de caso é corroborar e aumentar evidências de outras fontes de dados.

A pesquisa documental foi utilizada como instrumento de pesquisa do objetivo específico 2 - “Contextualizar o local de estudo, como um espaço regulamentado pela sociedade e um espaço da natureza”. Os documentos consultados foram as Legislações Municipais e Normativas que regulamentam a

atividade do comércio ambulante nos municípios praianos do litoral do Paraná: Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba.

Em Guaratuba foi localizado o Decreto nº 21.620, de 10 de novembro de 2017, que “Dá nova disciplina ao exercício da atividade de comércio ambulante no âmbito do Município de Guaratuba e dá outras providências”. Em Matinhos, consultou-se a Lei nº 1.267/2009 que “Dispõe sobre o exercício do comércio ambulante, atividades comerciais e de prestação de serviços, em caráter temporário ou sazonal, no âmbito do Município de Matinhos, e dá outras providências” e, em Pontal do Paraná, examinou-se a Lei nº 621, de 18 de novembro de 2005, que “Dispõe sobre o exercício do comércio ambulante e de comércio ou prestação de serviço eventual, no Município de Pontal do Paraná, durante o período considerado ‘temporada de verão’” e o Decreto nº 8.057, de 26 de julho de 2019, que regulamenta a Lei Municipal para a Temporada de Verão 2019/2020.

4.3.3 Entrevista não estruturada e semi estruturada

A entrevista é definida por Gil (2008, p. 109) como uma “técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam a investigação”. É, segundo o autor, uma forma de interação social, um diálogo, no qual uma das partes busca coletar dados enquanto a outra é a fonte de informação.

Essa estratégia de investigação, segundo Gil (2008, p. 109): “é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer ou fizeram, bem como acerca de suas explicações ou razões a respeito das coisas procedentes”.

Para Cruz Neto (2002, p. 57), por meio de entrevista, “o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais” [...] “Se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto de pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada”.

Para Creswell (2010), a entrevista é útil quando não é possível observar diretamente os participantes. A partir de entrevistas os participantes podem fornecer informações históricas que contribuam com o tema pesquisado, e no decorrer das entrevistas, o pesquisador pode controlar os questionamentos, acrescentando ou excluindo perguntas quando considerar adequado.

Quanto ao tipo, as entrevistas podem, segundo Cruz Neto (2002), se caracterizar como não estruturadas, semi estruturadas ou estruturadas. Neste estudo foram utilizadas as entrevistas não estruturadas e semi estruturadas.

Uma entrevista não estruturada, com base em Gil (2008, p. 111), é “menos estruturada possível e só se distingue da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados”. Para Laville e Dionne (1999, p. 190), a entrevista não estruturada é um tipo de entrevista que o “entrevistador apoia-se em um ou vários temas e talvez em algumas perguntas iniciais, previstas antecipadamente, para improvisar em seguida suas outras perguntas em função de suas intenções e das respostas obtidas de seu interlocutor”. Esse tipo de entrevista, para Laville e Dionne (1999) e Gil (2008), é recomendada em estudos de caráter exploratório, por abordar temas não conhecidos totalmente pelo pesquisador e/ou não abordados em outros estudos. Ela proporciona uma visão próxima do problema estudado.

A entrevista não estruturada foi utilizada para responder parcialmente o objetivo específico 2 – “Contextualizar o local de estudo, como um espaço regulamentado pela sociedade e um espaço da natureza”, no que se refere à entrevista com a Técnica de Relações no Mercado do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) de Matinhos, responsável pela organização das capacitações em conservação e manipulação de alimentos e higiene pessoal para os vendedores ambulantes do Município, em julho de 2019 e com os Presidentes das Associações de Vendedores Ambulantes de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba e o Ex-Presidente da Associação de Guaratuba¹³, entre julho de 2019 e fevereiro de 2020.

A entrevista semi estruturada, com base em Laville e Dionne (1999, p. 188), é composta por uma “série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento”.

Gil (2008) comenta que, a entrevista semi estruturada se compõe de uma relação de pontos de interesse que o pesquisador vai explorando ao longo da realização. Nesse tipo de entrevista o entrevistador faz perguntas diretas e deixa o entrevistado responder livremente.

¹³ O Ex-Presidente da Associação de Vendedores Ambulantes de Guaratuba deixou o cargo em Dezembro de 2019 (após ser entrevistado) por motivos de saúde e por isso, entrevistou-se também o atual Presidente. Optou-se por manter as duas entrevistas dado o curto período de tempo.

Esse tipo de entrevista permite ao pesquisador intervir caso o entrevistado se afaste dos objetivos do questionamento e pela possibilidade de um contato mais próximo entre entrevistador e entrevistado, favorecendo a investigação em profundidade de seus saberes, representações, crenças e valores. (LAVILLE E DIONNE, 1999).

A entrevista semi estruturada foi utilizada para alcançar o objetivo específico 3 – “Capturar Racionalidades Ambiental e Situada, indicadas a partir da matriz teórica nos discursos dos atores locais”, conforme roteiro integrante desta tese (ANEXO 1).

Foram entrevistados informantes-chave das Prefeituras Municipais. Em Pontal do Paraná, o entrevistado foi o Diretor Tributário Municipal, em Matinhos, o Diretor Geral de Fiscalização Municipal e em Guaratuba, também, o Diretor Geral de Fiscalização Municipal e o Coordenador de Fiscalização Municipal. As referidas entrevistas foram realizadas em julho de 2019.

Para a realização das entrevistas com os atores locais, utilizou-se como instrumento para coleta de dados um roteiro de entrevistas baseado na matriz apresentada no QUADRO 9. O roteiro está dividido em três partes. A primeira aborda questões pessoais sobre o entrevistado, objetivando traçar seu perfil. A segunda parte aborda questões referente à Racionalidade Situada, compreendendo perguntas sobre as Caixas Preta, Conceitual e de Ferramentas e, a terceira parte, contempla perguntas referentes à Racionalidade Ambiental.

QUADRO 9 – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM ATORES LOCAIS

Município: () A () B () C
Aspectos pessoais: <ul style="list-style-type: none">• Nome, Idade, Cidade de Origem;• Até que série estudou?• Em qual balneário mora? Há quanto tempo mora no município?• E sua família?• Você costuma viajar, ir, para outros lugares? fazer o que? para onde? com que regularidade? Qual época do ano?• Há quanto tempo é vendedor ambulante e por quê? Só você na sua família• Essa atividade garante seu sustento durante o ano? Como se sustenta? (mito)• O que significa ser vendedor ambulante para você? (mito - identidade)
Racionalidade Situada
Caixa Preta <ul style="list-style-type: none">• O que é a temporada para você? E a baixa temporada?• Qual a contribuição dos seus representantes políticos municipais, estaduais e federais para com o seu município?

- O que você acha e como contribui para o desenvolvimento?

Caixa Conceitual

- Como se estabelece a comunicação da Prefeitura com você para o licenciamento? qual o meio de comunicação que utiliza para informações locais e de fora? e o que lhes chama atenção?
- Quais as suas experiências como vendedor ambulante?
- Como é sua relação com os turistas (clientes)? Equidade? Diversidade e Singularidade? Identidade?

Caixa de Ferramentas

- No que o processo de licenciamento nas prefeituras contribui para o desempenho das suas atividades? (capacitação, exigências sanitárias)
- No que você se diferencia de outros ambulantes?
- Você faz parte da Associação? (sim) Como vocês se organizam? (sim) Há cooperação? (não) como se relaciona com outros ambulantes?

Racionalidade Ambiental

- O que significa o uso deste espaço para você? (pertencimento)
- Você toma banho de mar e de sol? Usa de outra forma? Quando? (pertencimento)
- Como você contribui com a sustentabilidade ambiental? (desenvolvimento local)
- Qual a origem dos produtos que comercializa? Gera resíduos? Qual o destino deles?
- Como a natureza interfere nas vendas?

FONTE: Elaborado pela Autora (2020).

Foram entrevistados onze vendedores ambulantes: quatro de Pontal do Paraná, três de Matinhos e quatro de Guaratuba. As entrevistas foram empreendidas de julho de 2019 a fevereiro de 2020 durante a prática do comércio ambulante na praia ou na casa do ator local, conforme agendamento.

A amostragem empregada para definição do número de entrevistas com atores locais foi por saturação, que segundo GIL (2008), só termina quando novos dados nada mais acrescentam aos dados já coletados.

4.3.4 Observação direta

A observação apresenta como principal vantagem, em relação a outras técnicas, segundo Gil (2002, p. 100), “a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação. Desse modo, a subjetividade, que permeia todo o processo de investigação social, tende a ser reduzida”. O autor (2002) indica outras vantagens deste tipo de observação:

- a. Possibilita a obtenção de elementos para a definição de problemas de pesquisa.
- b. Favorece a construção de hipóteses acerca do problema pesquisado.

- c. Facilita a obtenção de dados sem produzir querelas ou suspeitas nos membros das comunidades, grupos ou instituições que estão sendo estudadas. (GIL, 2002, p. 101).

Os pontos fortes da observação direta, com base em Yin (2010), compreendem o fato de se tratar de acontecimentos em tempo real e no contexto do evento. O autor considera também que há pontos fracos quanto a escolha desta técnica de coleta de dados: consomem muito tempo, o acontecimento pode ocorrer de forma diferenciada por estar sendo observado e há um alto custo para a realização devida à necessidade de horas de pesquisa pelos observadores humanos.

Na observação simples ou direta, com base em Gil (2002), o pesquisador alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de forma espontânea os fatos que ocorrem. Ela é útil quando dirigida ao conhecimento de situações ou fatos de caráter público.

Laville e Dionne (1999) argumentam que para a utilização da observação estruturada o pesquisador deve elaborar um plano delimitado de observação, adaptado ao objeto e às circunstâncias do estudo, o qual deve permitir ordenar os dados antecipadamente dentro o fluxo de informações e selecionar as pertinentes ao estudo.

Esta estratégia de investigação foi utilizada para responder parcialmente os objetivos específicos: 3 – “Capturar Racionalidades Ambiental e Situada, indicadas a partir da matriz teórica nos discursos dos atores locais”.

As observações foram empreendidas com base em roteiro para observação dos atores locais (QUADRO 10).

QUADRO 10 - ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO DOS ATORES LOCAIS

Roteiro para observação dos atores locais:

- Dias e horários da atividade;
- Produtos comercializados;
- Uso dos equipamentos;
- Disposição no espaço;
- Individual ou não;
- Quem vai até quem? Ambulante ao turista ou turista ao ambulante?
- Resíduos gerados;
- Fiscalização.

FONTE: Elaborado pela Autora (2020).

Para realização das observações de campo caminhou-se nas areias da praia entre Dezembro de 2019 e Fevereiro de 2020 (QUADRO 11), temporada de verão, período de exercício do comércio ambulante.

Uma limitação encontrada para a realização da observação de campo foi a condição climática chuvosa que impossibilitou o comércio ambulante de praia em alguns dias na temporada e, especialmente, no feriado de Carnaval em 2020.

QUADRO 11 – LOCAIS, DIAS E HORÁRIOS DAS OBSERVAÇÕES DE CAMPO

Município	Balneários	Dia	Horário
Pontal do Paraná	Balneário Atami Norte e Balneário Pontal do Sul	26/12/2019	15:00h às 18:00h
		27/12/2019	08:00h às 13:h/ 15:00h às 18:00h
		28/12/2019	09:00h às 14:00h
		29/12/2019	15:00h às 19:00h
		30/12/2019	08:00h às 14:h/ 16:00h às 18:00h
		31/12/2019	08:00h às 10:h/ 14:00h às 18:00h
		01/01/2020	07:30h às 12:00h
		02/01/2020	15:00h às 18:00h
		03/01/2020	15:00h às 18:00h
		04/01/2020	15:00h às 18:00h
	05/01/2020	15:00h às 18:00h	
	Balneário Pontal do Sul	25/02/2020	16:00h às 18:00h
	Balneário Pontal do Sul e Atami Norte	26/02/2020	16:00h às 18:00h
	Balneário Praia de Leste	18/01/2020	16:00h às 18:00h
Balneário Atami Norte a Barrancos	27/02/2020	16:00h às 19:00h	
Matinhos	Balneário Caiobá	28/02/2020	16:00h às 18:00h
		14/12/2019	10:00h às 18:30h
Guaratuba	Praia do Brejatuba à Praia Central de Guaratuba	18/01/2020	08:00h às 15:00h
		20/01/2020	13:00h às 19:00h
		15/02/2020	11:00h às 18:00h
		16/02/2020	08:00h às 17:30h

FONTE: Elaborado pela Autora (2020).

4.4 A ANÁLISE DOS DADOS

As entrevistas realizadas com os Presidentes das Associações de Vendedores Ambulantes e com os vendedores ambulantes foram analisadas seguindo as orientações de Bardin (2010) para a análise de conteúdo. Foram transcritas na íntegra e sistematizadas a partir de categorias analíticas comuns aos entrevistados.

As categorias analíticas definidas para as Associações foram: criação e percurso das Associações, adesão dos vendedores ambulantes, relação com o

poder público, parcerias e participação política; e para os vendedores ambulantes: Racionalidade Econômica, Ambiental e Situada.

A partir da análise de conteúdo, preencheu-se a Matriz Analítica que contempla as Racionalidades Econômica, Ambiental e Situada (QUADRO 12).

QUADRO 12 - MATRIZ ANALÍTICA – RACIONALIDADES ECONÔMICA, AMBIENTAL E SITUADA

		Matriz Analítica – Racionalidades Econômica, Ambiental e Situada									
		Racionalidade econômica			Racionalidade Ambiental			Racionalidade Situada			
		Regulamentação	Comunicação	Natureza (input)	Natureza (output)	Sociedade (propriedade)	Mito – Caixa Preta	Conhecimento – Caixa Conceitual	Técnica – Caixa de Ferramentas		
Mercado											
Racionalidade Econômica	Mercado										
	Regulamentação										
	Comunicação										
Racionalidade Ambiental	Natureza (input/output)										
	Sociedade (propriedade)										
	Associação/pares										
	Mito – Caixa Preta										
Racionalidade Situada	Conhecimento – Caixa Conceitual										
	Técnica – Caixa de Ferramentas										

FONTE: Elaborado pela Autora (2020).

4.5 MATRIZ METODOLÓGICA DA TESE

No QUADRO 13 apresenta-se uma matriz metodológica da tese.

QUADRO 13 - MATRIZ METODOLÓGICA DA TESE

Fixo da pesquisa	Campo teórico	Objetivo	Categorias/ dimensões	Instrumentos de coleta dos dados	Dados	Procedimento metodológico
CONCEPTUAL	DA CRISE AMBIENTAL ÀS NOVAS RACIONALIDADES E SABERES	Apresentar a Crise Ambiental e a Consciência Ambiental, elencando as Racionalidades Ambiental e Situada como respostas à Crise.	Crise Ambiental; Consciência Ambiental e Ambientalismo; Racionalidades Econômica, Ambiental e Situada; Saber Ambiental.	Revisão da literatura	Leff (2001, 2003, 2009, 2010, 2015); Dupas (2008); Guimarães (2003); Gonçalves (2004); Santos (2000); Boff (2003); Bernardes e Ferreira (2012); Oliveira Filho (2010); Castells (2006); Oliveira e Machado (2004); Viola (1987); Arendt (2007); Zaoual (2003, 2006, 2008, 2010)	Descritivo
CONCEPTUAL	A TEORIA DOS SÍTIOS SIMBÓLICOS DE PERTENCIMENTO	Descrever a Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento identificando categorias analíticas	Desenvolvimento local; Cultura; Economia não violenta; Trabalho informal; <i>homo situs</i> ; Pertencimento; Caixas Preta, Conceitual e de Ferramentas.	Revisão da literatura	Zaoual (2002, 2003, 2006, 2008, 2010); Panhuys (2006)	Descritivo
CONCEPTUAL/ EMPÍRICO	ESTUDOS QUE UTILIZARAM A TEORIA DOS SÍTIOS SIMBÓLICOS DE PERTENCIMENTO	Analisar os estudos brasileiros que utilizaram a Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento e a aplicação de categorias analíticas implícitas	Desenvolvimento local; Cultura; Pertencimento; <i>Homo situs</i> .	Pesquisa documental	Autores dos estudos	Descritivo, Analítico.

EMPIRICO	ORGANIZAÇÃO DA ATIVIDADE DOS VENDEDORES AMBULANTES NOS MUNICÍPIOS BALNEÁRIOS DO LITORAL DO PARANÁ: GUARATUBA, MATINHOS E PONTAL DO PARANÁ	Analisar as normas, regras e instituições relacionadas a organização do comércio ambulante em Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná	Organização da atividade pelas Prefeituras Municipais e Associações de Vendedores Ambulantes (quando houver).	Contato telefônico (Pré-campo) Entrevistas não estruturadas; Análise documental.	Dirigentes das Prefeituras Municipais envolvidos com a atividade dos vendedores ambulantes	Análise documental; Realização das entrevistas, transcrição e análise do discurso com base nas categorias analíticas.
EMPIRICO	EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DOS VENDEDORES AMBULANTES	Descrever o exercício da atividade dos vendedores ambulantes	Vendedores Ambulantes.	Entrevistas Observação Direta	Dados de Entrevistas e diário de campo das observações diretas <i>in loco</i>	Análise dos discursos com base nas categorias/dimensões teórico-conceituais; Descrição do diário de campo.
EMPIRICO	OS VENDEDORES AMBULANTES DO LITORAL DO PARANÁ E AS CAIXAS DA TEORIA DOS SÍTIOS SIMBÓLICOS DE PERTENCIMENTO	Analisar as Caixas Preta, Conceitual e de Ferramentas presentes na atividade dos vendedores ambulantes	Vendedores Ambulantes.	Entrevistas História de Vida; Observação Direta.	Dados de Entrevistas e diário de campo das observações diretas <i>in loco</i>	Análise textual discursiva com base nas categorias/dimensões teórico-conceituais; Descrição do diário de campo.

FONTE: Elaborado pela Autora (2020).

5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISES

Nesse capítulo são apresentados os resultados obtidos a partir da pesquisa de campo. Apresentam-se as normas, regras e instituições relacionadas a organização do comércio ambulante em Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba e, posteriormente, a criação e percurso das Associações de Vendedores Ambulantes, adesão dos vendedores à estas, relação com o poder público, parcerias e participação política. É apresentada a relação do comércio ambulante com os percursos e trajetórias dos vendedores e os resultados referentes a existência das Racionalidades Econômica, Ambiental e Situada analisados a partir da matriz.

5.1 NORMAS, REGRAS E INSTITUIÇÕES RELACIONADAS A ORGANIZAÇÃO DO COMÉRCIO AMBULANTE EM PONTAL DO PARANÁ, MATINHOS E GUARATUBA

Apesar dos inúmeros instrumentos existentes em nível nacional, estadual e municipal para a gestão da zona costeira no Brasil, regulamentando o uso do patrimônio público, a Zona Costeira do Litoral Paranaense, mais especificamente dos municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba tem sido executada com outros instrumentos com fins distintos dos previstos nas normativas de regulamentação.

O uso da zona costeira, areia da praia, está sendo definido pelo microzoneamento de maneira a atender o “turismo sazonal”, ou seja, para uso de uma atividade de mercado para atender temporariamente os demandantes externos pela população local.

Os diferentes instrumentos para o uso do bem público praia tem ocorrido sem a observância dos Planos, em especial os de direito a natureza para futuras gerações como previsto pela Constituição.

As prefeituras dos municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, vêm atuando como instituições que regulamentam o uso de um bem público (praia) por meio de licenciamento de uso temporário para fins de produção (comércio) privada (ambulante) com um bem público nacional (praia). Raras vezes os ambulantes ou sua representação de classe participam como protagonistas.

5.1.1 O Comércio Ambulante em Pontal do Paraná

Em Pontal do Paraná, o bem público “praia” para uso produtivo/privado “comércio ambulante” foi regulamentado pela Lei nº 621, de 18 de novembro de 2005, que “Dispõe sobre o exercício de comércio ambulante e de comércio ou prestação de serviço eventual, no Município de Pontal do Paraná, durante o período considerado ‘Temporada de Verão’”. Para a Temporada de Verão 2019/2020, algumas alterações para o processo de licenciamento foram adotadas pelo Decreto nº 8.057, de 26 de julho de 2019.

A atividade produtiva “comércio ambulante” que trata a Lei nº 621/2005 identifica: o homem – pessoa física, individual; o local onde ocorre – vias e logradouros públicos, inclusive na área sob domínio e controle da União, itinerante; tipo de equipamentos – sem estabelecimento, sem veículo automotor ou equipamento para transporte:

A atividade individualmente exercida por pessoa física, de maneira itinerante, em vias e logradouros públicos, inclusive na área sob domínio e controle da União, sem estabelecimento, instalação ou localização fixos, com ou sem o uso de veículo automotor ou qualquer outro meio ou equipamento utilizado para transporte dos produtos oferecidos.

As renovações de cadastros e realização de novos cadastros para a candidatura ao licenciamento para o comércio ambulante que até 2016 eram realizadas na sede da Associação dos Vendedores Ambulantes de Pontal do Paraná (AVAPAR), de acordo com o Diretor Tributário Municipal, passaram em 2017 a ser realizadas na Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, no Departamento de Cadastro e Tributação, nos meses de julho e agosto de cada ano. Em 2019, o período foi de 1º a 30 de agosto, de acordo com o Decreto nº 8.057 de 2019.

Para o recadastro ou cadastro os candidatos precisam provar sua residência em Pontal do Paraná, bem como ser eleitor no Município, apresentando os seguintes documentos (Lei nº 621, 2005):

- I – originais e fotocópias do documento de identidade, do título de eleitor e do comprovante de residência;
- II – uma foto tamanho 3 x 4 recente;

III – fotocópia do certificado de participação em cursos ou palestras ministrados pelos órgãos municipais responsáveis pela vigilância sanitária e/ou pelo setor relacionado a ação social e relações trabalho.

As licenças visam atender as temporadas de verão, por isso são expedidas para um período do ano com horários também definidos em Lei, de 1º de dezembro a 31 de março do ano seguinte, das 8h às 20h.

As licenças são pessoais e intransferíveis, havendo necessidade de pagamento pelo candidato apto, no valor de 1,33 Unidades Fiscais do Município (UFM) de taxa de licença e de 0,80 UFM de taxa da Vigilância Sanitária. Para a temporada 2019/2020 as taxas totalizam R\$ 209,65.

Anualmente é estabelecido um número de licenças a serem concedidas, distribuídas nos diferentes Setores (conjunto de balneários) e produtos a serem comercializados. Para a Temporada de Verão 2019/2020 foram 520 licenças, distribuídas em quatro setores: Praia de Leste, Ipanema, Shangri-lá e Pontal do Sul. O critério para distribuição nos setores é a proximidade do local de residência do licenciado. No momento do cadastro os candidatos também indicam os produtos a serem comercializados conforme disposição: “amendoim, bebidas, churros e crepes, coco verde, espetinho, milho verde, pastel, pipoca, pizza, raspadinha, salada de fruta, salgados, doces tapiocas e pães, aluguel de cadeiras e guarda sol e sorvetes”.

De acordo com o Diretor Tributário Municipal, todos os anos o Departamento Municipal de Vigilância Sanitária e Epidemiológica oferece um treinamento sobre manipulação de alimentos e higiene pessoal, dado que este é obrigatório para o licenciamento.

O Departamento Municipal de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, seguindo o Código de Saúde do Paraná, o qual recebe a taxa para vistoria nos carrinhos e equipamentos, fornece o selo de vistoria aos licenciados aptos. Em caso de necessidade de adaptação de algum item do carrinho ou equipamento, os candidatos são convocados para uma nova vistoria e caso, ainda assim, não sejam aprovados, ficam impedidos de desenvolver as atividades nas areias.

Em caso de utilização de botijão de gás (GLP), o candidato deverá apresentar, no ato da inscrição, o Certificado de Vistoria e Segurança Contra Incêndio, fornecido pelo Corpo de Bombeiros.

As informações relativas ao licenciamento, de acordo com o Diretor Tributário Municipal, acontecem pelo *site* da Prefeitura Municipal, pelo “boca a boca”

e pela carteira de licenciado, na qual consta o período de renovações das licenças para o ano seguinte.

A entrega da carteira de licença e vestuário que identifica o licenciado geralmente ocorre em novembro de cada ano. Em 2019, a entrega aconteceu entre os dias 25 a 29 de novembro.

A fiscalização do comércio ambulante durante a temporada é realizada pela fiscalização do Município, que verificam documentação, a qualidade e conservação dos produtos, o estado de conservação dos carrinhos e equipamentos e a higiene pessoal do vendedor ambulante.

5.1.2 O Comércio Ambulante em Matinhos

Em Matinhos, não diferente de Pontal, o bem público “praia” é regulamentado para uso pelo poder municipal. O comércio ambulante em Matinhos passou a ser regulamentado pelo Município em 2009, com a aprovação da Lei nº 1.267, de 2009 (s/p) que “Dispõe sobre o exercício do comércio ambulante, atividades comerciais e de prestação de serviços, em caráter temporário ou sazonal, no âmbito do município de Matinhos, e dá outras providências”.

A caracterização do comércio ambulante pela Lei nº 1.267/ 2009 de Matinhos apresenta elementos para além dos constantes na de Pontal do Paraná: especifica a via ou logradouro de domínio e controle da União, ou seja, a orla marítima; admite o exercício realizado por pessoa jurídica Micro Empreendedor Individual (MEI); estabelece o controle no tempo do exercício da atividade; e demanda “capacidade civil”.

Toda a atividade de natureza comercial de venda a varejo regularmente exercida em caráter eventual ou transitório em logradouros públicos e na orla marítima; por pessoa física, civilmente capaz, ou por empresário individual caracterizado como microempreendedor individual (MEI), nos termos desta Lei.

O licenciamento da atividade do comércio ambulante em Matinhos, somente é fornecido a residentes há pelo menos um ano. De acordo com a Lei nº 1.267/2009, para o cadastro na Prefeitura Municipal, que acontece anualmente de 01 a 30 de agosto, os candidatos devem apresentar um número mais amplo de documentos que em Pontal do Paraná, entre os quais: a certidão negativa de antecedentes

criminais, comprovante de matrícula escolar de filhos menores de idade e atestado de saúde e capacidade física:

- a) 02 fotos 3 X 4, recentes;
- b) cópia do documento oficial de identidade;
- c) cópia do cartão do CPF ou do CNPJ, quando se tratar de microempreendedor individual (MEI), em situação regular;
- d) cópia do título eleitoral comprovando domicílio eleitoral no Município há mais de 01 (um) ano;
- e) cópia do comprovante de domicílio no Município que ateste tempo mínimo de 01 (um) ano de moradia;
- f) cópia do comprovante de matrícula dos filhos menores em idade escolar, em estabelecimento de ensino da rede pública municipal, quando os houver;
- g) certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Vara Criminal da Comarca de Matinhos;
- h) atestado de saúde e capacidade física habilitando-o a exercer a atividade de comércio ambulante, firmado por médico da rede pública de saúde ou particular;
- i) declaração contendo a natureza e origem da mercadoria que pretende comercializar.

Durante a inscrição os candidatos indicam os produtos que pretendem comercializar, tendo esta a aprovação condicionada ao Departamento de Vigilância Sanitária e Epidemiológica Municipal. De acordo com o Diretor de Fiscalização Municipal, os candidatos a renovação de licenciamento costumam comercializar os mesmos produtos de uma temporada para outra, por apresentarem experiência e a estrutura sobre o produto.

A licença para o exercício do comércio ambulante no Município é comprovada por um cartão de identificação com nome, fotografia, número de inscrição, endereço, indicação das mercadorias objeto da licença, local e setor onde será desenvolvida a atividade.

As licenças, como em Pontal do Paraná, são pessoais e intransferíveis, porém em caso de alguma dificuldade física que dificulte a realização do trabalho, segundo o Diretor Geral de Fiscalização Municipal, poderá ter um ajudante, autorizado pela Prefeitura e a informação constar na carteira de identificação.

O período da licença é de 1º de dezembro a 1º de março, no período diurno, das 08h às 18h, mas, segundo o Diretor de Fiscalização da Prefeitura Municipal de Matinhos, os licenciados podem desenvolver as atividades em feriados e finais de semana fora deste período.

As inscrições, protocoladas no Departamento de Fiscalização da Prefeitura Municipal, são analisadas no mês de setembro, e após, os candidatos aprovados,

iniciam uma qualificação pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), geralmente realizada em outubro. Os carrinhos e equipamentos dos aprovados passam por uma vistoria pela Vigilância Sanitária Municipal, sendo necessário o pagamento de uma taxa de 0,1 UFM, que em 2019 correspondeu a R\$ 20,00.

De acordo com o Diretor de Fiscalização Municipal, a distribuição das licenças nos setores: Caiobá, Praia Mansa, Balneários, Santa Etienne e Praia Central ocorre por tempo de dedicação a atividade em Matinhos. Os vendedores ambulantes mais antigos do município são distribuídos nos dois primeiros setores, que são considerados com maior fluxo de turistas.

Segundo informação do Diretor de Fiscalização Municipal, em média 800 pessoas são licenciadas anualmente, mas nem todas as vagas são preenchidas, pela falta de comprovação dos documentos solicitados.

O treinamento sobre manipulação de alimentos e higiene pessoal, obrigatório para os candidatos a vendedores ambulantes, realizado em anos anteriores pelo Departamento Municipal de Vigilância Sanitária da Prefeitura Municipal, em 2017, 2018 e 2019 foi realizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e subsidiado pela Prefeitura Municipal de Matinhos.

De acordo com a Técnica de Relações no Mercado do SENAC, em 2017, primeiro ano da parceria entre a Prefeitura Municipal e o SENAC, a capacitação de título: “Produção e Comercialização de alimentos seguros” foi ministrada por uma nutricionista e uma consultora de boas práticas na manipulação de alimentos e uma palestra sobre atendimento ao turista e vendas, totalizando nove horas, certificando 450 participantes.

Em 2018, sob o título: “Qualidade no atendimento ao turista, motivação em vendas, foco em vendedores ambulantes” a capacitação foi ministrada por uma nutricionista e *coach* de vendas e teve duração de uma semana, no período noturno em novembro, com certificados por participação diária. Em uma das noites o tema foi manipulação e conservação de alimentos e técnicas de vendas, quando foram certificados 345 participantes, em outra noite foram realizados atendimentos de cuidados com a saúde e higiene pessoal, e no encerramento o tema foi: “Criatividade e qualidade no preparo de alimentos e bebidas”, quando o destaque foi

o preparo de pastel com produtos do litoral e preparo de *drinks* e coquetéis, certificando 612 participantes.

A proposta para a realização da capacitação para 2019 encontrava-se em análise pela Prefeitura Municipal de Matinhos na data de realização da referida entrevista, com realização prevista para outubro. A Técnica de Relações no Mercado do SENAC comenta sobre a importância da capacitação para este público, destacando a relevância do comércio ambulante para a sociedade local:

O ambulante aqui não é um bico que eles fazem no final do ano. É a renda do ano todo e eles acabam fazendo bico durante o ano, período que eles ficam mais ociosos, para cobrir. Tem ambulantes que tem 28 anos de trabalho na areia. Construíram casas, construíram famílias. A maioria deles os filhos já trabalham, alguns trabalhavam só na areia e hoje já tem quiosques. É um meio de vida. É um trabalho bem importante.

A vistoria dos carrinhos e equipamentos dos candidatos é realizada por fiscais do Departamento de Vigilância Sanitária e Epidemiológica da Prefeitura Municipal de Matinhos, geralmente no mês de novembro, seguindo-se a legislação municipal de vigilância sanitária. Em caso de não aprovação, o candidato tem a oportunidade de adequação e de passar por nova vistoria. Os candidatos que, ainda assim, não forem aprovados, ficam impedidos de desenvolver as atividades na areia da praia.

Além do selo de vistoria em local visível do carrinho, de acordo com o Diretor de Fiscalização Municipal, é obrigatório o uso de álcool em gel e torneiras para higienização das mãos durante o trabalho na praia. Quando da utilização de botijão de gás, é obrigatório o extintor de incêndio (Lei nº 1.267/2009). Os locais onde ocorrem a manipulação dos alimentos são inspecionados e certificados por agentes sanitários da Prefeitura Municipal.

A fiscalização do comércio ambulante durante a temporada, segundo o Diretor Geral de Fiscalização Municipal, é realizado por servidores públicos da Prefeitura Municipal de Matinhos em equipes denominadas “arrastões”, que compreendem as verificações de documentação, equipamentos, higiene do vendedor ambulante e qualidade e condições de armazenamento dos produtos comercializados.

O acesso as informações pela Prefeitura Municipal aos candidatos a vendedores ambulantes, segundo o Diretor de Fiscalização Municipal, ocorrem

através do *site* da Prefeitura Municipal, “boca a boca”, rádio local e a carteira de licença, na qual consta o período de renovações das licenças para o ano seguinte.

A Associação dos Verdadeiros Vendedores Ambulantes de Matinhos (AVERVAM), de acordo com o Diretor de Fiscalização da Prefeitura Municipal de Matinhos, foi criada em 2010 e declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto nº 1.452/2011.

A AVERVAM, de acordo com o Diretor de Fiscalização Municipal, recebe doações para sorteio entre os ambulantes para estimular a participação de mais associados e para realização de bingos e rifas visando arrecadar recursos para a manutenção da mesma.

5.1.3 O Comércio Ambulante em Guaratuba

De acordo com o Diretor Geral de Fiscalização de Guaratuba, a fiscalização do comércio ambulante no Município já acontecia em 1996, ano em que passou a integrar o quadro de funcionários da Prefeitura Municipal e em 2008, foi criada uma comissão de análise para a temporada, constituída por um presidente e um representante de cada departamento da Prefeitura Municipal, para analisar os pedidos que não se enquadram na legislação geral, dando legitimidade a tomada de decisões, que era realizada por uma pessoa.

A legislação em vigor que “Dá nova disciplina ao exercício da atividade de comércio ambulante no âmbito do Município de Guaratuba e dá outras providências” é o Decreto nº 21.620, de 10 de Novembro de 2017 que considera comércio ambulante como “a atividade temporária de venda a varejo de mercadorias, realizada em logradouros públicos, por pessoa física, sem vínculo de terceiros, pessoa jurídica ou entidade, em locais e horários previamente determinados”. E o comércio ambulante realizado na praia em Guaratuba é ainda denominado de “comércio ambulante específico”:

A atividade de venda de mercadorias devidamente autorizadas pelo Poder Público nas praias e logradouros públicos do Município, conforme os locais permitidos para tanto, excetuando-se as atividades que necessitam de licenças especiais.

A primeira definição é bastante genérica e assemelha-se a de Pontal do Paraná, e a segunda, por sua vez, é confusa por ser específica, mas em seu corpo tratar de exceções.

O período para realização da atividade como nos demais municípios é de cento e vinte dias, no período entre dezembro e abril, no horário das 08h às 20h, e nos locais conforme definidos pelo Decreto:

- I - Em toda a orla da Av. Atlântica (das pedras do Morro das Caieiras ao Morro do Cristo);
- II - Em toda a orla da Praia Brava até a Barra do Saí;
- III - Em toda a orla da praia das Caieiras;
- IV - Em toda a orla da praia da Prainha;
- V - Fora da área de domínio da Concessionária "Travessia de Guaratuba S.A.", domínio este estabelecido em 200 (duzentos) metros antes das bilheterias da empresa.

Distintamente de Pontal do Paraná e Matinhos, o uso da área pública "praia" para realização de atividades produtivas individuais em Guaratuba não é reservada para residentes, mas de acordo com o Diretor Geral de Fiscalização de Guaratuba, o Município busca criar mecanismos para priorizar os moradores do Município ou pessoas que já foram habilitadas anteriormente:

- Art. 5º. Os ambulantes que exerceram a atividade na temporada de verão do ano anterior, poderão ter prioridade na classificação e autorização para exercício da atividade na temporada de verão atual, desde que apresentem:
- I – o crachá utilizado ou o comprovante de pagamento do alvará de licença da temporada anterior;
 - II – certidão negativa de débitos Municipais;
 - III – certidão emitida pelo Departamento de Fiscalização em conjunto com o Departamento de Saneamento e Vigilância Sanitária Municipal, que demonstre a inexistência de infrações e penalidades em nome do requerente.

O Diretor Geral de Fiscalização destaca que, as últimas três gestões municipais buscaram priorizar e valorizar o trabalho dos residentes que exercem o comércio ambulante no Município de Guaratuba por reconhecerem a importância socioeconômica da atividade que se caracteriza como um modo de vida local.

Para o cadastro, junto a Prefeitura Municipal, o comprovante de residência emitido em nome do candidato é um dos requisitos, acompanhado de fotocópia de Carteira de Identidade ou Registro Geral (RG), do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e duas fotos 3x4. As licenças emitidas são pessoais e intransferíveis.

O período de cadastramento, segundo o Diretor Geral de Fiscalização, é realizado em outubro de cada ano e inicia com o recadastramento dos que já tinham cadastros e, posteriormente, novos cadastros. No momento do cadastro é emitida uma Guia de Recolhimento da União (GRU) referente à taxa de cadastramento no valor de 37 Unidades Fiscais Municipais (UFM) no valor de R\$ 3,01 cada, totalizando assim a taxa no valor de R\$ 111,37.

O número de vagas de vendedores ambulantes em Guaratuba é de 300 vagas rotativas entre os “ambulantes de caixinha”, como são conhecidos os vendedores ambulantes mais antigos do município e que se recadastram anualmente, acrescidas de 20% de novas vagas.

Os produtos autorizados para o comércio ambulante, definidos no Artigo 21 do Decreto nº 21.620, são: bebidas, salgadinhos, doces, sanduíche natural, salada de fruta, sorvetes e picolés, coco verde, amendoim torrado, castanha-do-pará, cachorro quente, chapéu e bolsa de palha, cangas de praia, óculos de sol, rede de descanso e manta de sofá, pipa, batata frita, pipoca, brinquedos luminosos e balões.

A setorização do comércio ambulante em Guaratuba, de acordo com o Diretor Geral de Fiscalização Municipal, iniciou após um incidente na emissão das guias de recolhimento para as renovações de cadastro e novos cadastros no mesmo prazo. A solução foi a setorização, onde os vendedores ambulantes recadastrados foram encaminhados para atuar na Praia Central, local do município com maior movimento de turistas e veranistas.

Em Guaratuba compete anualmente ao Departamento de Saneamento e Vigilância Sanitária Municipal realizar a capacitação obrigatória em manipulação e conservação de alimentos e práticas de bom atendimento e a vistoria dos carrinhos e equipamentos e das cozinhas onde são manipulados os alimentos, não sendo permitida a manipulação de alimentos na praia.

A fiscalização do comércio ambulante durante a temporada de verão, De acordo com o Decreto Municipal 21.620/2017 é “efetuada pelos agentes fiscais da Prefeitura Municipal, pelos agentes do Departamento de Saneamento e Vigilância Sanitária Municipal e por agentes devidamente credenciados pela Prefeitura Municipal para o exercício desta função”.

A Prefeitura Municipal de Guaratuba, de acordo com o Diretor Geral de Fiscalização Municipal, proibiu a utilização de caixa de isopor pelos riscos de proliferação de bactérias, devendo ser utilizadas caixas térmicas, porém não no

ombro, devido ao risco de lesão física, conforme reivindicação do Ministério Público do Estado. Tais medidas de segurança acabaram por normatizar os instrumentos de trabalho do comércio ambulante:

Para realizar a venda, os ambulantes poderão trabalhar com sua mercadoria acomodada em carrinhos especiais (semelhantes aos utilizados para compras em feiras), com duas rodas, com dimensões que não ultrapassem 50 (cinquenta) centímetros de comprimento, 50 (cinquenta) centímetros de largura e 1 (um) metro de altura.

Igualmente aos demais municípios praianos do Litoral do Paraná, os instrumentos para divulgação de informações que tem sido utilizado pela Prefeitura Municipal são, segundo o Diretor Geral de Fiscalização Municipal, o *site* da Prefeitura Municipal, o “boca a boca” e a carteira de ambulante do ano anterior, na qual consta o período de renovações das licenças para o ano seguinte.

De acordo com o Diretor Geral de Fiscalização Municipal, em 2015 e 2016 o recadastramento e cadastramento foram realizados pelo *site* da Prefeitura Municipal. Em 2017 foram realizadas oito reuniões com vendedores ambulantes do Município que se declararam prejudicados com o cadastro digital que permitiu com mais facilidade o cadastro e conseqüentemente a seleção de não residentes. Com isso, em 2018 a Prefeitura Municipal retornou o cadastramento presencial, realizando um mutirão de três dias para a renovação de cadastros e novos cadastros, priorizando os candidatos que exerceram o comércio ambulante na temporada anterior.

A Associação dos Vendedores Ambulantes de Guaratuba, segundo o Diretor geral de Fiscalização Municipal, está se reestruturando. O Diretor defende a importância da Associação para fortalecer a representatividade dos vendedores ambulantes do Município em tomadas de decisões e pela possibilidade de recebimento de doações que venham a beneficiá-los, como o da doação de 1000 camisetas em anos anteriores que foram utilizadas como uniformes durante a temporada de verão, facilitando a fiscalização.

5.1.4 Síntese da organização do comércio ambulante de praia em Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba no litoral do Paraná

As normas, regras e instituições que regem a organização do comércio ambulante de praia em Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba no Litoral do Paraná, de forma geral, são semelhantes, no entanto, apresentam algumas particularidades em cada um dos municípios (QUADRO 14).

QUADRO 14 - SÍNTESE DA ORGANIZAÇÃO DO COMÉRCIO AMBULANTE EM PONTAL DO PARANÁ, MATINHOS E GUARATUBA

Síntese da organização do comércio ambulante de praia em Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba no Litoral do Paraná			
	Pontal do Paraná	Matinhos	Guaratuba
Legislação	Lei nº 621 de novembro de 2005 e Decreto nº 8057/2019	Lei nº 1267/2009	Lei nº 21.620 de 10 de Novembro de 2017
Departamentos responsáveis	Departamento de Cadastro e Tributação e Vigilância Sanitária e Epidemiológica	Setor de Fiscalização e Departamento de Saneamento e Vigilância Sanitária	Departamento Municipal de Fiscalização e Vigilância Sanitária
Número de vagas	520 vagas	800 vagas rotativas + 100 novas vagas	300 vagas rotativas + 20% novas vagas
Quem pode ser ambulante?	Apenas residentes	Apenas residentes	Residentes e não residentes
Tipo de licenças	Pessoais e intransferíveis	Pessoais e intransferíveis	Pessoais e intransferíveis
Período inscrições	Julho a agosto	Agosto	Outubro
Escolha dos produtos	Definidos na legislação	Definidos na legislação	Definidos na legislação
Setorização	Balneário de residência	Mais antigos trabalham nos setores de maior fluxo de turistas	Mais antigos trabalham nos setores de maior fluxo de turistas
Treinamentos	Manipulação de alimentos e higiene pessoal	Manipulação de alimentos e higiene pessoal	Manipulação de alimentos e higiene pessoal
Comunicação	Site Prefeitura/ Carteirinha/ boca a boca	Site Prefeitura/ Rádio local/ carteirinha/ boca a boca	Site Prefeitura/ Carteirinha/ boca a boca
Período de atividades	01/12 a 31/03	01/12 a 01/03	Dezembro a abril
Horário de atividades	08:00h as 20:00h	08:00h as 18:00h	08:00h as 20:00h
Associações	AVAPAR - desarticulada	AVERVAM - em processo de reestruturação	Em processo de constituição

FONTE: Elaborado pela Autora (2020).

Na abordagem dos Sítios dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, de acordo com Zaoual (2003; 2006), as relações econômicas são construções sociais dos Sítios que integram ao contexto onde elas se desenvolvem, tal como parece ocorrer com o comércio ambulante de praia, atividade singular aos três municípios praianos do Litoral do Paraná. As regulamentações municipais para o funcionamento do comércio ambulante de temporada, nos três municípios parecem ser construções do local para o local, até porque privilegiam a população local e muitas vezes têm a representação da mesma no processo organizativo, no entanto só aparentam ser.

O que ocorre no local é a regulamentação do uso da natureza para fins de produção (apropriação material) já regulamentados para fins de apropriação, porém não ocorre a regulamentação para o lazer (apropriação imaterial), o que é diferente de uma construção social.

A praia, um bem tido como público (federal), regulamentado para uso do comércio ambulante (local) não se justificaria caso a via pública não fosse utilizada pelo comprador, ou seja, a norma está para a atividade produtiva e não para a de lazer sobre a mesma via pública.

Enquanto a praia é uma área pública para o vendedor ambulante licenciado atuar na produção, esta mesma área pública também é usada pelo turista para acessar o mar, outro bem público, e o sol, um bem comum.

A regulamentação do comércio ambulante aparece, como indica Zaoual (2003, 2006), como construções sociais, não separadas do contexto moral e social no qual acontecem.

Dois departamentos são responsáveis pela organização da atividade em cada Município. Os Departamentos de Cadastro e Tributação de Pontal do Paraná, o Setor de Fiscalização Municipal de Matinhos e o Departamento Municipal de Fiscalização de Guaratuba são responsáveis pelo processo de licenciamento dos vendedores ambulantes. Já o Departamento de Vigilância Sanitária e Epidemiológica de Pontal do Paraná e o Departamento de Saneamento e Vigilância Sanitária de Guaratuba são encarregados de realizar a capacitação obrigatória sobre conservação e manipulação de alimentos e a vistoria dos carrinhos e equipamentos. Ao Departamento de Saneamento e Vigilância Sanitária de Matinhos compete à vistoria dos carrinhos e equipamentos dos vendedores ambulantes. Em Matinhos, a capacitação obrigatória de conservação e manipulação de alimentos, higiene pessoal e vendas é realizada, desde 2017, pelo SENAC.

Em Pontal do Paraná e Matinhos somente os residentes fixos, mediante comprovação, podem exercer o comércio ambulante de praia. Em Guaratuba, após a renovação das licenças dos “ambulantes de caixinha”, pessoas não residentes no município podem se candidatar a uma vaga de vendedor ambulante. Destaca-se que os que exerceram a atividade no ano anterior possuem a informação da data de recadastramento para o próximo ano.

Outra forma de demonstrar que a política é de direcionamento à população local, priorizando-a, é por meio da definição dos setores de atuação do comércio ambulante, em Matinhos e Guaratuba, os vendedores ambulantes mais antigos na atividade são direcionados aos setores considerados de maior fluxo de turistas durante a temporada de verão. Em Pontal do Paraná, o critério para definição do setor de atuação comercial é o balneário de residência do vendedor ambulante, que será encaminhado ao setor mais próximo de sua casa.

As informações apresentadas quanto às determinações locais para o exercício do comércio ambulante de praia no litoral do Paraná corroboram com Zaoual (2006), que nos diz que os Sítios carregam o conjunto de dimensões dos territórios da vida: relação ao tempo, à natureza, ao espaço, ao habitat, à arquitetura, ao vestuário, às técnicas, ao saber fazer, ao dinheiro, ao empreendedorismo, ou seja, adaptam-se as características do local onde se inserem.

A comunicação emitida pelas Prefeituras dos Municípios, em especial por meio das carteiras, e pelo “boca a boca” também auxiliam como mecanismos de aproximação, que colaboram com a valorização do local pelo local.

Os três municípios contam com Associações de vendedores ambulantes, que estão em diferentes estágios de atividades, a de Pontal do Paraná está desarticulada, a de Matinhos está se reestruturando e a de Guaratuba encontra-se em fase de constituição.

A forma com que a regulamentação do comércio ambulante de praia no Litoral do Paraná integra a *Caixa de Ferramentas* da comunidade, fazendo com que os atores locais se organizem, utilizando seus conhecimentos, mitos e técnicas promovendo localmente um Sítio Simbólico de Pertencimento. Esta caixa é formada pelo saber-fazer, técnicas, modos de organização, modos de exploração do ambiente e modelos de ação próprios do contexto.

5.2 ASSOCIAÇÕES DE VENDEDORES AMBULANTES

A partir das entrevistas com os Presidentes das Associações de Vendedores Ambulantes de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba obtiveram-se informações referentes à: criação e percurso das Associações, adesão dos vendedores ambulantes, relação com o poder público, parcerias, as quais permitem compreender a participação **social** daqueles que se enquadram (classe de trabalhadores) na organização da atividade produtiva (**econômica**) e participação **política** desses.

5.2.1 Associação dos Vendedores Ambulantes de Pontal do Paraná - AVAPAR

A Associação dos Vendedores Ambulantes de Pontal do Paraná (AVAPAR) foi fundada em 07 de outubro de 1997, com sede própria situada no Balneário Ipanema em Pontal do Paraná.

Referindo-se à adesão de vendedores ambulantes na AVAPAR, o Presidente (2019) induz a pensar que para participar há necessidade de algo em troca: “Se eu quiser colocar 200 (ambulantes) aqui (Associação) eu consigo, mas tem que ter alguma coisa para oferecer. [...] A gente tem que ter alguma coisa pra dar para cobrar anuidade”. De acordo com o Presidente da AVAPAR uma das ações da Associação é o conserto de carrinhos dos vendedores ambulantes com preço mais acessível que os ofertados pelo mercado local. A relação da AVAPAR com a Prefeitura Municipal é justificada pelo Presidente como uma necessidade política: “A gente não pode andar sozinho. É uma linha. A gente tem que fazer um círculo”.

5.2.2 Associação dos Verdadeiros Ambulantes de Matinhos - AVERVAM

A Associação dos Verdadeiros Vendedores Ambulantes de Matinhos (AVERVAM) foi criada em 2010 e declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto nº 1.452/2011.

De acordo com o Presidente da AVERVAM há mais de 750 ambulantes cadastrados em Matinhos, porém aproximadamente 200 estão associados. De acordo com o entrevistado falta confiança entre os ambulantes e entendimento da necessidade de trabalho coletivo em uma Associação. Destaca que quanto maior a

adesão dos ambulantes na Associação torna-se mais fácil conseguir patrocínio. A Associação, na figura de seu Presidente, em defesa dos associados auxilia a Prefeitura Municipal na fiscalização do comércio ambulante durante a temporada de verão, informando os fiscais municipais de possíveis irregularidades nas praias.

Algumas das conquistas da AVERVAM, de acordo com seu Presidente, que ocupava o cargo de Presidente Interino desde 2019, foram: rampas de madeira e de PVC (policloreto de vinila) para acesso à praia, doação de guarda sol e camisetas que serviram de uniforme e entre as metas está conquistar carrinhos melhores para os vendedores ambulantes do Município e, inclusive, a padronização destes.

5.2.3 Associação Comunitária dos Ambulantes de Guaratuba – ACAG

A Associação Comunitária dos Vendedores Ambulantes de Guaratuba (ACAG) encontrava-se, na etapa de registro do Estatuto em fevereiro de 2020, após a constituição da diretoria, contando com o apoio da Prefeitura Municipal. Segundo o Presidente constituído, a Associação nunca foi formalizada.

De acordo com o Ex-Presidente, participavam da Associação, aproximadamente 200 dos 300 a 350 ambulantes cadastrados na Prefeitura, avaliando como um bom número.

A ACAG atua em conjunto com a Prefeitura Municipal de Guaratuba. De acordo com o Ex-Presidente da Associação: “A associação é uma ponte entre os ambulantes, é onde eles trazem as reivindicações e a gente leva até a Prefeitura. São feitas reuniões com todos os ambulantes”, considerando-se um canal direto de comunicação da Prefeitura Municipal com os vendedores ambulantes residentes no Município, para tal realiza anualmente reuniões:

Todo ano são feitas reuniões com os ambulantes para saber como foi a temporada anterior, o que deu certo, o que não deu, quais as reivindicações, se isso é possível, se a Prefeitura pode fazer isso ou não pode. Se a Prefeitura pode atender o pedido dos ambulantes ou não. (EX-PRESIDENTE ACAG, 2020).

As quais variam em termos de participação dos vendedores ambulantes:

Essas reuniões que começam em agosto, as vezes você não consegue um número grande de ambulantes, mas quando vai chegando mais próximo à temporada, em novembro, digamos assim, começo de dezembro, aí já

começa a aparecer mais ambulante. As primeiras reuniões, geralmente, são mais fracas. (EX-PRESIDENTE ACAG, 2020).

Os quais fazem reivindicações direcionadas à Prefeitura Municipal:

Um dos pedidos dos ambulantes sempre foi diminuir o número de ambulantes. Tentar de alguma forma diminuir o número de ambulantes em Guaratuba. Sempre teve muito. A gente tem tentado fazer isso. (EX-PRESIDENTE ACAG, 2020).

Uma das reivindicações dos ambulantes era quanto aos banheiros. Ter um banheiro na praia para que eles pudessem usar. Isso foi resolvido. Todos os quiosques tem banheiro, então, um dos quiosques o banheiro foi destinado aos ambulantes, para que a Associação possa explorar aquele banheiro não será cobrado nada dos ambulantes para a utilização do banheiro. Em contrapartida, a Associação vai cobrar de turistas, assim como os quiosques cobram. (EX-PRESIDENTE ACAG, 2020).

Outra reivindicação dos ambulantes foi a antecipação do período de licenciamento pela Prefeitura Municipal. Antes começava em novembro e agora começa em setembro priorizando os moradores locais que trabalham como ambulantes. (EX-PRESIDENTE ACAG, 2020).

O atual Presidente da ACAG comenta sobre a necessidade de apoio também dos ambulantes associados: “Precisa de apoio não só da Prefeitura, mas dos próprios associados. Tem que ter uma união. Se não tiver união, não vai em frente mesmo”. (PRESIDENTE ACAG, 2020).

A ACAG possui parceria com uma rede de televisão aberta que todo ano doa camisetas e bonés para uso dos vendedores ambulantes. As camisetas são repassadas aos ambulantes associados, ou seja, considerados associados em decorrência do pagamento de uma taxa para manutenção de despesas da Associação. Outra parceria é com uma rede de farmácias que doa *kit* contendo protetor solar e óculos escuros para ser repassado aos ambulantes.

5.3 O LOCAL DO COMÉRCIO AMBULANTE DE PRAIA

Em Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, no período temporal do feriado de Natal até o primeiro final de semana de Janeiro, os vendedores ambulantes exercem a atividade todos os dias da semana no período considerado diurno, ou seja, enquanto o sol ilumina o céu (natureza). No mês de fevereiro, dependendo do número de pessoas, o fluxo é similar, após estes meses, a atividade concentra-se nos finais de semana no período diurno. Nos dias chuvosos a atividade não é

exercida, e, em dias nublados a prática é exercida, igualmente nos dias de garoa ou de chuva fraca, desde que possibilite o fluxo de pessoas.

Na praia, local aonde os ambulantes precisam de autorização das prefeituras municipais para realizar suas atividades produtivas, também se observa o uso para o lazer, ou seja, sem autorização, e até mesmo sendo estimulado pelo Governo do Estado do Paraná para a realização de atividades esportivas, recreação e dança em seis pontos fixos do litoral do Paraná: Guaratuba, Matinhos, Caiobá, Praia de Leste, Ipanema e Shangrí-la (BEM PARANÁ, 2020). Neste espaço também se observa o uso por outras instituições do poder público estadual, tal como pela Secretaria Estadual de Saúde, com a instalação de tendas para aferição de pressão arterial, testes rápidos de HIV, sífilis e hepatite B e ouvidoria itinerante do Sistema Único de Saúde (SUS).

A praia é utilizada também por empresas privadas para divulgação de seus produtos e serviços, como uma rede de televisão que patrocina as camisetas utilizadas como uniformes pelos vendedores ambulantes de Guaratuba e uma rede de farmácias que patrocina os vendedores ambulantes de Matinhos com guarda-sóis para utilização durante a atividade.

O uso da praia para o trabalho é realizado por vendedores ambulantes; por garçons uniformizados e portando cardápios de restaurantes e lanchonetes das orlas de Caiobá e da Praia Central de Guaratuba; por pescadores nas praias de Pontal do Sul, Praia Central de Ipanema, Praia de Leste e Praia Central de Guaratuba e, também por pesquisadores, tal como eu, com a finalidade de trabalho intelectual.

O uso da praia por vendedores ambulantes se concentra nas áreas próximas a banhistas, próximas a Postos de Guarda-Vidas do Corpo de Bombeiros e próximas as entradas principais de cada balneário. Na Praia Central de Guaratuba há poucos vendedores ambulantes ou ausências destes nas proximidades dos quiosques da orla, visto que os quiosques possuem autorização municipal para comercializar na areia em áreas próximas.

Quanto à disposição no espaço praia (areia) pelos vendedores ambulantes, nos balneários de Praia de Leste e Pontal do Sul, em Pontal do Paraná, e de Caiobá, em Matinhos, observou-se que os vendedores ambulantes que comercializam alimentos, coco verde e bebidas se fixam em um local para a comercialização desses, já outros vendedores ambulantes que comercializam

bebidas, coco verde e sorvetes circulam na areia. Na Praia Central de Guaratuba, observou-se a presença de vendedores ambulantes, que não os quiosques, fixados em um ponto no calçadão, comercializando coco verde, bebidas, entre elas *chopp* que se diferencia dos ambulantes que circulam. Os ambulantes que ficam na areia, não fixam pontos, ficam circulando para comercializar bebidas, sorvetes, casquinhas, aviões de isopor, salgados embalados entre outros.

Observou-se no Balneário de Pontal do Sul em Pontal do Paraná que em dias de maré cheia os vendedores ambulantes circulam próximos às dunas, onde a areia é mais solta se comparada à proximidade com o mar e dividem a estreita faixa de areia com as pessoas que utilizam a praia para lazer e descanso.

Em Pontal do Paraná e Matinhos, os vendedores ambulantes quase nunca estão sós, possuem ajudantes em seus carrinhos, principalmente nos carrinhos de alimentos. Em Guaratuba os ambulantes trabalham sozinhos.

Em Pontal do Paraná e Matinhos observa-se que são os compradores que vão até os vendedores, como no caso do comércio de alimentos, assim como os vendedores vão até os compradores, no caso do comércio de bebidas, sorvetes e cocos verdes. Em Guaratuba, por estarem circulando são os vendedores que vão até os compradores.

Em Pontal do Sul e Praia de Leste, em Pontal do Paraná e em Caiobá, em Matinhos, observou-se que os carrinhos de vendedores ambulantes possuem pequenas lixeiras ou sacos plásticos pendurados os quais são utilizados para resíduos, o que despertou a atenção para observar outro tipo de trabalho que ocorre na areia: a presença de catadores de materiais recicláveis “latinhas”, que é muitas vezes recolhido pelo ambulante, como no caso de uma vendedora ambulante de Guaratuba.

5.4 A RELAÇÃO DA ATIVIDADE DOS AMBULANTES SEUS PERCURSOS E TRAJETÓRIAS

Os entrevistados de Pontal do Paraná, em número de quatro, são nascidos em Paranaguá, Curitiba (2) e Guarapuava e residem atualmente nos Balneários Itatiaia e Ipanema (3), já os entrevistados de Matinhos, em número de três, são nascidos em Virgem da Lapa (MG), Pitanga e Colombo (PR), nenhum do local, e residem atualmente nos Balneários Caiobá (2) e Vila Nova. Os entrevistados de

Guaratuba, em número de quatro, são nascidos em Ponta Grossa, Guaratuba, União da Vitória e Curitiba e residem nos Bairros Mirim, Cohapar, Figueira e Paraguaiois. Assim, do total de onze entrevistados, apenas um nasceu no local onde reside e um no município pólo do litoral: Paranaguá.

O Ambulante 11 é o que reside a menos tempo no Litoral do Paraná: dois anos, e desde então é vendedor ambulantes. Os Ambulantes 1 e 10 são nascidos no Litoral do Paraná e outros entrevistados (exceto 11) residem há pelo menos 15 anos no Litoral do Paraná, exercendo o comércio ambulante. O Ambulante 5, que reside a 22 anos em Matinhos, disse exercer o comércio ambulante de praia há 30 anos, pois já desempenhava a atividade no litoral do Estado de São Paulo antes de se deslocar para o Litoral do Paraná:

Sou ambulante desde 90 no litoral de São Paulo. Do Litoral de São Paulo eu vim pra cá. Aqui desde 98. Trabalhei três temporadas em Pontal e depois eu comprei meu terreno aqui (Matinhos). (AMBULANTE 5).

O comércio ambulante não é uma atividade desenvolvida deslocada das relações familiares. Esposa, filhos, irmãos, sobrinha, netos, residentes ou não no litoral do Paraná, também trabalham no comércio ambulante:

Eu e minha esposa. (AMBULANTE 2).

Minha esposa e minha filha também são ambulantes. (AMBULANTE 3).

Eu, minha esposa e meu menino (filho). (AMBULANTE 4).

Minha esposa trabalha com meu cunhado, o meu menino trabalha com a menina da faculdade que vem ajudar e eu trabalho com a minha irmã. (AMBULANTE 4).

Minha sobrinha também vai trabalhar. (AMBULANTE 5).

Eu, minha esposa e meu piá (filho). (AMBULANTE 7).

Eu trabalho com meu neto. (AMBULANTE 8).

E que não trabalham sozinhos na atividade:

Minha esposa trabalha com meu cunhado, o meu menino trabalha com a menina da faculdade que vem ajudar e eu trabalho com a minha irmã. (AMBULANTE 4).

Eu trabalho com meu neto. (AMBULANTE 8).

Apesar de o comércio ambulante decorrer de um licenciamento temporário pelo poder público municipal ele é para a Ambulante 7 sua única fonte de renda: “Sim, consigo. No primeiro ano não. No primeiro ano foi mais difícil, mas depois eu fui me controlando” , já que o mesmo não exerce outras atividades remuneradas fora do período de temporada: “Não tenho (outra atividade) e nem vou procurar também”. (AMBULANTE 7).

O que não é regra, já que os demais entrevistados exercem outra atividade fora da temporada de verão:

Eu trabalho, sou **construtor**. (AMBULANTE 2).

Eu **sou serralheiro ou trabalho em construção também**. (AMBULANTE 4).

Eu comecei a **trabalhar de servente de pedreiro**. Hoje eu sou **profissional na carpintaria**. (AMBULANTE 7).

Eu trabalho com pescaria. A renda de ambulante paga algumas despesas, mas não é suficiente. **Fora da temporada eu vou pescar**. (AMBULANTE 10).

Eu trabalho com roçadas e fretes. (AMBULANTE 11).

Trabalho na parte administrativa de um plano de saúde. [...] **eu trabalho de garçom a noite nos bares**. (AMBULANTE 12).

Os aspectos pessoais dos vendedores ambulantes entrevistados podem ser observados no QUADRO 15.

QUADRO 15 – ASPECTOS PESSOAIS DOS ENTREVISTADOS

Ambulante	Sexo M (masculino) F (feminino)	Idade (anos)	Escolaridade	Estado Civil	Balneário/ Município de Residência	Cidade de Origem	Tempo Residência no município	Familiares	Há quanto tempo é ambulante (anos)	Produtos comercializados	Outra fonte de renda
1	M	30	Superior completo	Casado	Itatiaia/ Pontal do Paraná	Paranaguá	Natural do Município	Residem no balneário	4	Bebidas	Servidor Público Municipal
2	M	47	Ensino Médio Incompleto	Casado	Ipanema/ Pontal do Paraná	Curitiba / PR	15 anos	Residem no Município	15	Crepes e mini pizzas	Construção Civil
3	M	67	Ensino Médio incompleto	Casado	Ipanema/ Pontal do Paraná	Guarapuava / PR	22 anos	Residem no Município	22	Bebidas	Aposentado
4	M	46	Ensino Fundamental incompleto	Casado	Ipanema/ Pontal do Paraná	Curitiba/ PR	24 anos	Residem no Município	20	Churros e crepes	Serralheiro e construção civil
5	M	54	7ª Série	Casado	Caioabá / Matinhos	Virgem da Lapa / MG	21 anos	Reside em MG	30	Roupas	Comissionado na Prefeitura Municipal
6	M	58	Primário	Casado	Caioabá / Matinhos	Pitanga / PR	25 anos	Residem no Município	25	Bebidas	Carpinteiro
7	F	61	6º ano do fundamental	Solteira	Vila Nova / Matinhos	Colombo / PR	20 anos	Residem em Matinhos e Colombo	15	Tapioca	-
8	M	52	Pós- graduação	Casado	Mirim / Guaratuba	Ponta Grossa / PR	19 anos	Residem no Município	19	Bebidas e coco verde	Serv. Público Estadual
9	M	52	Segundo ano Ensino Médio	Casado	Cohapar / Guaratuba	Guaratuba / PR	Natural do Município	Residem no Município	9	Coco verde e água mineral	Pescador.

10	M	59	Ensino Médio Incompleto	Casado	Figueira / Guaratuba	União da Vitória / PR	2 anos	Residem em Curitiba	2	Aviões de Isopor	Roçadas e frete
11	M	44	Ensino Médio Completo	Casado	Paraguaios / Guaratuba	Curitiba / PR	15 anos	Residem no município	8	Coco verde e água mineral	Administrativo plano de saúde/ Garçom

FONTE: Elaborado pela Autora (2020).

5.5 RACIONALIDADE ECONÔMICA, AMBIENTAL E SITUADA PELO OLHAR DOS ATORES LOCAIS

Nessa sessão apresentam-se os resultados referentes a existência das Racionalidades Econômica, Ambiental e Situada obtidos a partir das entrevistas com os vendedores do comércio ambulante de praia de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba e as análises.

5.5.1 Racionalidade Econômica

A Racionalidade Econômica, uma concepção teórica que fundamenta o modo de agir socialmente em um tempo definido, foi observada e analisada por meio de indivíduos que exercem a atividade produtiva de vendedor ambulante de praia nos três municípios praianos do Litoral do Paraná.

A renda, concebida como dinheiro, é o fim último do trabalho nas sociedades mercantis, ou seja, onde o trabalho faz parte da divisão social, tendo o dinheiro como remuneração, o qual é destinado às trocas mercantis. Para além da divisão social do trabalho, o dinheiro assume nas sociedades de mercado um importante papel para a acumulação e reprodução capitalista. Concepção de dinheiro e trabalho que variam em função das diferentes sociedades, em especial daquelas em que a produção de bens e serviços, trabalho, é destinada à subsistência humana. A Racionalidade Econômica assim é uma característica das sociedades de mercado. Neste quesito renda, a partir das entrevistas observa-se que o dinheiro da venda das mercadorias pelo comércio destina-se à manutenção familiar no sentido da troca para a subsistência, ou seja, os ambulantes não produzem os bens necessários para sua sobrevivência, trabalham para obter renda e realizar a troca por bens necessários à manutenção familiar.

A Ambulante 7 tem o comércio ambulante como única fonte de renda desde o segundo ano (13 anos) de atividade, não estando em busca de outra atividade ou fonte de renda: “Não tenho outro trabalho e nem vou procurar”. (AMBULANTE 7).

A renda obtida com o comércio ambulante, em algumas temporadas, não é suficiente para a manutenção anual, necessitando ser complementada com a limpeza de casas, como no caso do Ambulante 5:

Alguns anos a renda do comércio de praia (temporada) é suficiente para manutenção familiar durante um ano, em outros, **é necessário complementar a renda com limpeza de casas.**

A necessidade da realização de outra atividade produtiva fora da temporada para complementar à renda é influenciada pelas condições climáticas, ou seja, do tempo, no sentido natureza, conforme os entrevistados:

A temporada em si depende do tempo. **Se você pega uma temporada chuvosa, ganha menos. Se tá muito sol também é ruim porque o turista não fica na praia.** (AMBULANTE 3).

O nosso problema é o tempo. **Se nós pega uma virada de ano ruim....** (AMBULANTE 4).

Pelo perfil dos turistas e veranistas que frequentam as praias do litoral do Paraná:

Nós aqui na nossa praia **nós precisamos muito do argentino, do povo do Mato Grosso que vem e tem dinheiro para gastar.** (AMBULANTE 5).

Pelos hábitos dos veranistas/ turistas:

Quando comecei a trabalhar como ambulante era bem rentável. Tanto que a maior parte das contas eram resolvidas com o que conseguia ganhar da areia. (AMBULANTE 8).

Hoje a dificuldade é bem maior porque **todo mundo traz o que vai consumir na areia.** Elas trazem o que beber e o que comer. Elas não conseguem trazer o coco e o sorvete. (AMBULANTE 8).

Pela quantidade de dinheiro que necessita para a manutenção em sociedade:

Depende do gasto que você tem. Minha água e luz que vem é um absurdo. (AMBULANTE 3).

A Racionalidade Econômica também é observada quando a atividade produtiva parece justificar e/ou conformar aspectos da vida em sociedade (sustento, posse, dívida), como aparece no discurso dos Ambulantes 3, 4 e 5:

Meio de vida, **sustento.** (AMBULANTE 3).

Significa muito. **A gente conseguiu tudo aí como ambulante.** Faz parte da caminhada da gente. Construí meu sobrado com o dinheiro do trabalho de ambulante. (AMBULANTE 4).

Muito sofrimento, muita luta. Já começa a temporada **preocupado por estar devendo para os fornecedores.** Já aconteceu de não conseguir pagar os fornecedores após a temporada e ficar devendo para a próxima temporada. (AMBULANTE 5).

Bem como justificar a propriedade privada:

Significa muito. **A gente conseguiu tudo aí como ambulante.** Faz parte da caminhada da gente. **Construí meu sobrado com o dinheiro do trabalho de ambulante.** (AMBULANTE 4).

Apesar da acumulação do dinheiro não aparecer como objetivos dos ambulantes, a acumulação material é tida pelos ambulantes como sinônimo de aumento, crescimento, e até mesmo desenvolvimento, e no sentido de que sejam coisas boas:

O desenvolvimento tá crescendo muito. A população tá aumentando. (AMBULANTE 3).

Guaratuba desenvolveu bastante. Você vê na **estrutura da cidade**, nas pessoas, **tem bastante construções, prédios que tem sido construídos.** Então o desenvolvimento é muito bom, muito grande. Uma das coisas que a gente sente e a gente vê bastante é a possibilidade de morar em outra cidade, em outro balneário e acabei não saindo porque eu vi que alguns dos balneários não desenvolveram tanto quanto Guaratuba. (AMBULANTE 8).

Aqui tá caminhando para um destino melhor. Dependendo de quem entra na política e quem sai da política. Um faz até aqui, o outro faz mais um pouco, entendeu? **A cidade tá crescendo**, há 50 anos atrás era bem pior. Tá cada vez melhor. Precisa da ponte. (AMBULANTE 9).

Essa cidade cresceu. Cresceu bastante porque se você for no museu, você vai ver como era antes, como era até há três, quatro anos atrás e o que foi feito. (AMBULANTE 10).

Guaratuba deu um up aí de uns anos pra cá muito bom. Sem politicagem, mas é o que tá acontecendo, tá evoluindo tanto na infra estrutura, na parte de saúde, parte das escolas que é referência em inclusão e **tá crescendo muito a cidade. Muitas obras aqui, se você dá uma volta em Guaratuba tem muita construção, muita obra mesmo.** Isso tá alavancando mais a cidade, né? Tá bem interessante. (AMBULANTE 11).

Os ambulantes relatam contribuir com o “desenvolvimento do município”, pelo dinheiro que ganham no local onde trabalham e residem, o qual faz parte de um discurso a partir da Racionalidade Econômica, de que o desenvolvimento é promovido pelo dinheiro:

Eu contribuo com o que eu gasto aqui neste município. O dinheiro fica tudo aqui. Não saio para fora gastar. Meu gasto é tudo aqui. (AMBULANTE 2).

Minha contribuição é gastando aqui. Morando aqui e gastando aqui para o município crescer. (AMBULANTE 3).

Eu ganho o dinheiro aqui **eu só invisto aqui.** É mercado, é material de construção, tudo aqui. (AMBULANTE 5).

Pelo trabalho:

A gente contribui com o trabalho, né? (AMBULANTE 4).

Só contribuo no serviço porque no financeiro eu não tenho. (AMBULANTE 6).

Principalmente tratando bem o turista, tentando trazer mais desenvolvimento para a cidade, mais pessoas que morem dentro de Guaratuba, que venham trazer receita para Guaratuba. (AMBULANTE 8).

E pelo cumprimento de “obrigações cívicas” (eleitorais e tributárias), de uma sociedade pautada na divisão social do trabalho:

Eu faço a minha parte. **Eu voto pra eles.** Pra que eles façam o melhor pra gente. Eu sou uma eleitora de Matinhos, né? Eu voto aqui e eles têm que trabalhar pra isso. Eles têm que fazer o melhor pra nós. (AMBULANTE 8).

Eu contribuo pagando os meus impostos. (AMBULANTE 10).

A atividade produtiva, vendedor ambulante, não é observada pelos ambulantes apenas para atender ganhos de dinheiro, necessários ao pacto social brasileiro, ela assume outra racionalidade, ou seja, outros sentidos, inclusive o de vida:

Meio de vida, sustento. Para mim é um complemento de renda. (AMBULANTE 3)

Significa muito. A gente conseguiu tudo aí como ambulante. **Faz parte da caminhada da gente.** (AMBULANTE 4)

Muito sofrimento, muita luta. Já começa a temporada preocupado (AMBULANTE 5).

A Racionalidade Econômica relaciona-se principalmente a obtenção de renda para o sustento familiar e é conciliada com outras formas de obtenção de renda, na

maioria informais. O comércio ambulante faz parte da trajetória dos entrevistados que conquistaram bens materiais com o dinheiro obtido a partir das vendas. Os entrevistados não apresentam como objetivo a acumulação material, mas a vêem como sinônimo de crescimento e desenvolvimento, designando-a como boa.

5.5.2 Racionalidade Ambiental

A Racionalidade Ambiental, com base em Leff (2010), emerge da necessidade de uma nova forma de ser no mundo, movendo as ações humanas para novos processos relativos a natureza finita com novos sentidos existenciais tendo em vista a construção de um futuro sustentável. Nessa perspectiva, os entrevistados indicaram que, para além dos ganhos financeiros, utilizam a praia para passeios e banho de mar, ou seja, há uma racionalidade substantiva por parte deste em relação ao uso da natureza, a qual, segundo Leff (2015), compõe a Racionalidade Ambiental:

Uma das coisas que a gente mais faz com a minha esposa é **caminhar na beira da praia. A gente toma banho de mar.** (AMBULANTE 8).

Só depois da temporada. **Vou pra pescar e pra tomar banho.** (AMBULANTE 9).

O sol eu pego aqui. O banho de mar as vezes quando dá tempo na temporada e fora do trabalho. Onze horas da noite eu pego minha bicicleta junto com a minha esposa e venho aqui no Morro do Cristo **tomar um banho.** Pensa que delícia, aquele calor e você entrar na água sossegado. (AMBULANTE 10).

Tomo banho de mar. Eu levo o meu filho. Sempre que possível **a gente dá um mergulho.** A água fica quente até abril, início de maio que a água tá morninha, quentinha, daí dá para aproveitar e aí acaba o ferveo da temporada porque na temporada não tem nem como, ou trabalha ou se diverte. (AMBULANTE 11).

A Racionalidade Ambiental intrínseca nas ações de novos processos relativos à natureza é observada no discurso dos entrevistados, quando estes demonstram preocupação com os resíduos gerados pela atividade produtiva, buscando minimizar os impactos ao ambiente:

Não gosto que jogue lixo ali perto. (AMBULANTE 2).

Tem resíduo: o palito e guardanapo. Algumas pessoas deixam os palitos na areia. **Quando eu vejo, eu recolho. Aí eu tiro o lixo da praia e coloco na lata de lixo da Prefeitura.** (AMBULANTE 2).

Não jogo lixo na praia. Procuro colocar em sacola e na lixeira. (AMBULANTE 3).

A gente procura **manter limpo**, organizado e **separado os resíduos.** (AMBULANTE 4).

A gente se preocupa em **separar o lixo, em jogar o lixo no lugar certo.** Em **não deixar o lixo jogado na praia.** (AMBULANTE 5).

O reciclável, o que a gente puder pegar, mas a maioria é os catadores de lata. Eu também vendo. (AMBULANTE 6).

Não trabalho mais com o canudinho de plástico. Evitando copo plástico. Abro o coco a pedido de clientes para plantar flores e plantas. (AMBULANTE 8).

Separando o lixo que não é lixo. As vezes eu tô indo e **encontro lixo na praia e vou juntando.** Dá dó de ver o pessoal jogar. Tem copo, latinha. Isso dá tristeza de ver isso. Isso que eles estão jogando aqui é como se tivesse jogando na frente da minha casa, mas eu faço a minha parte limpando. (AMBULANTE 10).

Agora pelo outro lado, as vezes dá dó porque **você vê uma sujeira tão grande.** É tão fácil **pegar uma sacolinha e guardar o lixo** e eles não conseguem. Infelizmente **eles vão embora e deixam a sujeira pra nós.** (AMBULANTE 10).

Buscando soluções relativas aos resíduos de alguns produtos comercializados por eles na praia:

O coco é um desperdício. Se for coletado, dá para fazer cada trabalho. A **fibra do coco dá pra fazer muita coisa. Dá vaso, xaxim, botão.** (AMBULANTE 3).

A equidade social, que faz parte da Racionalidade Ambiental, dentro de um novo sentido existencial tendo em vista um futuro sustentável, parece que ainda não foi apropriada pelos vendedores ambulantes, dado que os mesmos não vêm a separação de classe: trabalhador e turista/ veranista como negativa, observando os veranistas como alguém que pode por meio das aquisições promover a manutenção de sua vida e de seus familiares:

Tenho uma boa relação com os turistas. Uma vez um grupo me segurou na praia e fiquei até 21:30h vendendo para eles. (AMBULANTE 3).

Quando a temporada tá boa **você fica torcendo para não acabar.** (AMBULANTE 5).

Eles (turistas e veranistas) que me dão de comer. (AMBULANTE 9).

Muita gente faz o pé de meia pra poder aguentar depois que não tem, que não consegue emprego fixo e vive só de bico pra cima e pra baixo. (AMBULANTE 10).

Eles (turistas e veranistas) que garantem o sustento da minha família. Então eu sou muito prestativo. (AMBULANTE 10).

A Racionalidade Ambiental está presente na ação do comércio ambulante, para além do uso do espaço natural sem transformar e em determinado período do tempo, os entrevistados revelam que a natureza é o determinante da atividade:

É bem difícil quando vem chuva na praia, ventania. Aí não dá para vender. (AMBULANTE 1).

Já peguei **chuva de pedra** na cara, vento. **No dia do vento, todo mundo saiu correndo da areia.** Começou a pretear (ficar nublado), começou a querer rodar, pode sair da areia. Se você começar a querer insistir ali na areia não compensa. Se cair muito raio também pode sair. Uma que o pessoal também sai da areia. (AMBULANTE 2).

Uma que começa a escurecer. Ali é um espaço aberto. Dá um medo na gente. **Todo mundo sai.** Parece aquele formigueiro". (AMBULANTE 2).

Tendo sol você tem venda, nublado você vende, tendo chuva você não vende. Nós dependemos do sol. Tendo sol, tem venda. Não tendo a gente só vê o pessoal gastando pra cima (orla). (AMBULANTE 2).

Quando chove, quando venta muito aí não dá venda. A gente depende de tempo bom. **Muito calor também é ruim.** O turista não fica na areia. E a gente sofre muito. Eu cheguei a pegar uma temperatura de 38 graus na areia. Era seis horas da tarde e não tinha jeito, ardia, ardia. É uma vida sofrida. (AMBULANTE 3).

Do que **nós dependemos é da virada do ano fazer sol.** Do dia 26 de dezembro até o dia 10 de janeiro tem que fazer sol. A chave da temporada é não chover na virada de ano. (AMBULANTE 3).

Na hora que **sobe a maré fica complicado,** né? porque o turista se espreme com o vendedor ali. Quando a maré tá baixa não tem problema nenhum. A praia fica bem mais extensa. Quando a maré sobe duas horas da tarde aí dá sofrimento, principalmente o carrinho de roupa que você tem que andar dentro da areia e tem que andar contra o vento. (AMBULANTE 5).

Enquanto tá chovendo, tá bom. **O problema é a ventania.** Na hora que começa a ventania o turista já sai tudo correndo e os vendedor, tudo junto. (AMBULANTE 5).

O maior sofrimento que eu tive foi quando eu trabalhava em Praia de Leste que eu tinha que ir com o carrinho de roupa até Santa Terezinha. Aí veio um **temporal e o vento** não sei o que lá que o povo fala que é o mais brabo, Noroeste, sei lá. Acho que é isso. Eu saí com esse carrinho da areia. Os turista ajudou eu a tirar o carrinho. A hora que eu cheguei a ventania era tanta que eu saí de Santa Terezinha e fui parar lá em casa sem descansar.

O vento me levando. Eu só seguro o carrinho e o vento que leva. (AMBULANTE 5).

Aqui em Caiobá já tomou. **Uma ventania**. Não é só o carrinho de roupa, é tudo. Você sair da praia e o carrinho virar na água, molhar roupa. Aí vira um desespero, né? Tem umas que não dá nem pra salvar porque mancha. (AMBULANTE 5).

Quando chove eu não trabalho porque ninguém vem para praia. (AMBULANTE 6).

Conforme o vento vem eu vou ajustando o carrinho. Só se vir aquele vento forte que derruba tudo daí eu tenho que sair fora, né? Se vir chuva, chuva forte eu tenho que sair pra esperar passar. Se for chuva fraca eu fico. Com chuva até o povo fica. O problema é a chuva de vento. (AMBULANTE 7).

Ela (natureza) só me ajuda. Na região onde eu trabalho existe restinga. Existe uma escada para descer e ter acesso à praia e eu costumo falar para as pessoas: '**pessoal, por favor. Venham pelas escadas. Procure não atingir a restinga, não pisar na restinga**'. É isso que a gente sempre fala. A gente tem um pouco de consciência ambiental e procura levar isso para os turistas. (AMBULANTE 8).

Mais é **chuva**. O Sol faz brilhar a praia. A gente tem que conviver com o sol e a chuva ao mesmo tempo. Se tiver pouca chuva eu venho, se tiver muita chuva não. Se tiver pouca chuva o pessoal não fica em casa, eles vem caminhar. (AMBULANTE 9).

Tempo de **chuva**, muito **vento** esse já não posso trabalhar. (AMBULANTE 10).

Quando tem as **intempéries**, quando a natureza não tá legal, dificulta pra nós, mas nós, pelos menos os ambulantes somos sempre parceiros pra cuidar, né? (AMBULANTE 11).

A Racionalidade Cultural, outra esfera da Racionalidade Ambiental, que faz referência à consciência ecológica, pelo reconhecimento de especificidades da natureza do local, também parece presente no discurso da prática dos vendedores ambulantes de praia entrevistados:

Na região onde eu trabalho existe **restinga**. Existe uma escada para descer e ter acesso à praia e eu costumo falar para as pessoas: "pessoal, por favor. Venham pelas escadas. Procurem **não atingir a restinga, não pisar na restinga**". É isso que a gente sempre fala. (AMBULANTE 8).

Nós sempre estamos fazendo trabalho com a Associação de Surf que cuida da restinga. Nós **somos os defensores da restinga** e sempre estamos contribuindo com o pessoal do Meio Ambiente (Secretaria), fazendo parcerias. (AMBULANTE 11).

O comércio ambulante de praia nos municípios praianos do litoral do Paraná corrobora com as premissas da Racionalidade Ambiental de Leff (2009) quanto a relação harmônica entre ações que são desenvolvidas em sociedade e à disposição da natureza e na constituição de relações de trabalho sustentáveis, visto que os vendedores ambulantes trabalham numa condição de autonomia, ou seja, não produzem riqueza para outro apropriar, e por vez encontram cooperação dos membros da família (conforme relatos anteriores) e entre si, os membros da “classe”.

O comércio ambulante de praia é uma ação produtiva de atores locais que utiliza o espaço natural, a praia, onde é exercida a atividade, para a obtenção de recursos financeiros, porém sem provocar transformações da natureza, e ainda, ocorre num período temporal determinado meses de verão, “temporada”. Teoricamente esta ação pode ser interpretada como o uso da racionalidade substantiva ambiental, dado que os vendedores ambulantes (homens situados) promovem sua subsistência sem destruir o meio, promovendo a sustentabilidade futura.

5.5.3 Racionalidade Situada

A Racionalidade Situada, que permeia um Sítio Simbólico de Pertencimento, segundo Zaoual (2003), pode ser um local em sentido geográfico ou em sentido simbólico como a adesão a uma cultura, religião ou ideologia e é composta por três Caixas que dão sentido a ela: Caixa Preta, Caixa Conceitual e Caixa de Ferramentas. No caso, os ambulantes do comércio de praia revelam a existência de um Sítio de Pertencimento pelos entrevistados no sentido simbólico aderindo ou construindo por meio de uma atividade produtiva situada numa microrregião geográfica - litoral do Paraná -, específica pela natureza, onde estão localizados os Municípios Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba.

Um Sítio Simbólico de Pertencimento sendo, com base em Zaoual (2003, 2006), estruturado a partir de um conjunto integrado, singular e aberto por múltiplos ambientes: local, regional, nacional e mundial, recebe influência de ocorrências globais, sejam elas decorrentes da natureza ou institucionais, macro ou micro, tal como o cancelamento do horário de verão pelo Governo brasileiro para o verão 2019-2020, as quais estiveram presentes nos desafios dos atores sociais locais:

Agora não tem horário de verão. Sem o horário de verão acaba a temporada. Seis horas já acaba. Ainda mais no nosso que é a parte de alimento e chega seis horas e o pessoal quer comer. Das cinco, seis, sete que o povão tá ali, todo mundo sentadinho. Agora seis horas já começa cair a noite. (AMBULANTE 2).

O “home” (Presidente Jair Bolsonaro) falou que não precisa mais horário de verão. Pra nós faz diferença. Amanhece cedo. Eu chego oito, oito e meia. O povo começa a chegar oito, nove horas. Eu começo a vender as onze, meio dia. Aí eu vendo pouco. (AMBULANTE 2).

Os discursos acima demonstram que os entrevistados tem domínio do saber fazer suas atividades produtivas, sendo estas adequadas a um local específico, assim, as decisões exógenas afetam a “normalidade”, como conhecimento dominado.

O pertencimento a um local - Sítio Simbólico - foi observado no discurso dos entrevistados quando falam com apreço sobre as relações construídas, para além das determinadas pela racionalidade econômica, definindo um Sítio (praia - sentido da natureza):

(Ser ambulante) é um meio de vida para mim e **é o espaço que a gente divide com o turista.** É um encontro de turista com vendedor. **É uma confraternização ali.** A gente confraterniza também com eles. A gente ajuda eles também, orienta. É uma família, uma grande família. É um local onde alguns vão para se divertir e outros vão para trabalhar. (AMBULANTE 3).

Aqui é melhor. Já pensou na praia, trabalhando na praia... (AMBULANTE 6).

Eu acho lindo, **amo esse lugar.** Olha que natureza. Tudo de bom, né? (AMBULANTE 7).

Um Sítio, com base em Zaoual (2003, 2006), é constituído de três Caixas: a Caixa Preta, a Caixa Conceitual e a Caixa de Ferramentas.

5.5.3.1 Caixa Preta do Sítio Simbólico de Pertencimento

A Caixa Preta dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, com base em Zaoual (2003, 2006), é composta de crenças, mitos fundadores, valores, revelações, revoluções, sofrimentos e experiências passadas pelo grupo, conscientes ou inconscientes, ritualizadas entre outros com as mesmas conotações. Consiste no aspecto simbólico, imaterial, geralmente oculto, das práticas do Sítio. Panhuys (2006, p. 79) se refere a esta caixa como o “universo das crenças e das divindades”.

Um mito nos municípios de praia do Litoral do Paraná, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba pode-se dizer que é a “temporada”, uma expressão muito utilizada pelos entrevistados para referir-se aos meses de verão, e que assume uma Racionalidade Situada, a qual às vezes aparece materializada no “dinheiro”:

É um **lucro** a mais. É o que você pode **ganhar um dinheiro a mais**. São dois ou três meses que você consegue **ganhar um dinheiro mais rápido** que na baixa **temporada**. (AMBULANTE 2).

A temporada é a época de **arrecadar alguma coisa**. (AMBULANTE 4).

A temporada é tudo. **Se não ganhar um dinheirinho na temporada**, depois você fica sem. (AMBULANTE 6).

... É o meu **sustento**, né?! (AMBULANTE 7).

Um alívio nas contas, um aumento do caixa. Você consegue ganhar um dinheirinho e pagar as contas do mês tranquilo, as contas do início do ano IPVA, IPTU. (AMBULANTE 8).

É um **meio de ganhar um dinheiro extra**. (AMBULANTE 9).

De um lado é muito bom porque **gera, circula bastante dinheiro aqui**. Muita gente faz o “**pé de meia**” pra poder aguentar depois que não tem, que não consegue emprego fixo e vive só de bico pra cima e pra baixo. Pro pessoal do litoral a temporada é uma beleza. Agora pelo outro lado, as vezes dá dó porque você vê uma sujeira tão grande. É tão fácil pegar uma sacolinha e guardar o lixo e eles não conseguem. Infelizmente eles vão embora e deixam a sujeira pra nós. (AMBULANTE 10).

É o **sustento**. (AMBULANTE 11).

Imaterializada, no espaço do tempo:

É **gostoso**. Todo mundo fica **se preparando** para a **temporada**. Mas você tem que ganhar e guardar para manter a casa. (AMBULANTE 2).

A gente nem vê a **temporada passar**. Quando vê já **acabou. Nem no mar você não entra**. (AMBULANTE 4).

Você fica esperando e a hora que termina você já fica triste. Quando a **temporada** tá boa você fia torcendo para não acabar. Agora quando a **temporada** tá ruim você **passa o inverno rezando para chegar logo a próxima temporada**. Passar o inverno sem dinheiro, ninguém merece. (AMBULANTE 5).

A temporada é tudo. Se não ganhar um dinheirinho na temporada, **depois** não consegue. (AMBULANTE 6).

É o que alimenta não só o bolso, mas **espiritualmente fica mais alegre**, que movimenta e Guaratuba virou um point de uns dez anos pra cá. (AMBULANTE 11).

A temporada também aparece como um mito imaginário de trabalho e descanso no discurso dos ambulantes que atuam nas praias do litoral do Paraná sem se ater sobre o imaginário do outro sobre seu posicionamento durante os demais meses do ano: “Descanso para uns e trabalho para outros. Quem vem **descansar é o turista e o ambulante trabalha**”. (AMBULANTE 3).

Se a temporada se apresenta como um mito, a baixa temporada também é. A expressão baixa temporada ou fora da temporada é utilizada para se referir aos meses fora do verão, de março a novembro, sendo esta considerada negativa para alguns entrevistados, alinhada ao dinheiro:

Digamos que fosse a **temporada das vacas magras**, onde você tem que cortar custos, é mais ou menos nesse sentido. **A baixa temporada seria assim o período de sofrimento**. (AMBULANTE 8).

A baixa temporada para o morador daqui é um sofrimento, porque é **difícil emprego**. (AMBULANTE 3).

A **baixa temporada**, eu como tenho um emprego fixo eu consigo dar uma diferenciada, eu e minha esposa. **Muita gente que luta e reluta aí e tem que sair fora da cidade pra procurar emprego**. (AMBULANTE 11).

E positiva para outros, dada a tranquilidade e a não realizar atividades laborais:

É bom pra viver. A gente vive bem. Eu gosto da baixa temporada. Adoro o **sosego**. (AMBULANTE 3).

A baixa temporada é uma delícia. Eu **vou pra praia, passear, vou pra academia**. (AMBULANTE 7).

A baixa temporada também é imaterializada no período do tempo:

A baixa temporada é o **inverno**. (AMBULANTE 4).

Bem como foge de qualquer mito, o local faz parte da sociedade de mercado, da divisão social do trabalho, na qual os vendedores ambulantes não usufruem de férias ou renda para o lazer:

A baixa temporada é normal porque eu **tenho que correr atrás do mesmo jeito**. [...] Eu trabalho, sou construtor. (AMBULANTE 2).

Eu **sou serralheiro ou trabalho em construção também.** (AMBULANTE 4).

Eu comecei a **trabalhar de servente de pedreiro.** Hoje eu sou **profissional na carpintaria.** (AMBULANTE 6).

Eu trabalho com pescaria. A renda de ambulante paga algumas despesas, mas não é suficiente. **Fora da temporada eu vou pescar.** (AMBULANTE 9).

Eu trabalho com roçadas e fretes. (AMBULANTE 10).

Trabalho na parte administrativa de um plano de saúde. Não sou registrado. É uma parceria. Eu tenho que ter flexibilidade por causa do meu filho que é autista. Meu filho é prioridade. Eu já saí de uns três empregos por causa disso. Se eu tiver que cumprir horário não dá. Eu que levo pra escola, eu que busco, meu filho é meu coração fora do peito. Meu filho é em primeiro lugar. Tanto é que **eu trabalho de garçom a noite nos bares.** A gente reveza, minha esposa fica com ele e eu vou a noite pra trabalhar a noite. Agora me encaixei em uns horários bons nessa empresa, uns horários alternativos, daí dá pra conciliar. Eles foram bem compreensivos nesse caso. (AMBULANTE 11).

Na Caixa Preta dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, com base em Zaual (2003, 2006), estão contidos os sofrimentos implícitos ou explícitos relacionados à trajetória de vida dos ambulantes entrevistados:

Você já entra na temporada devendo. (AMBULANTE 2).

Agora não tem horário de verão. **Sem o horário de verão acaba a temporada.** Seis horas já acaba. Ainda mais no nosso que é a parte de alimento e chega seis horas e o pessoal quer comer. Das cinco, seis, sete que o povão tá ali, todo mundo sentadinho. Agora seis horas já começa cair a noite". (AMBULANTE 2).

O "home" (Presidente Jair Bolsonaro) falou que não precisa mais horário de verão. Pra nós faz diferença. Amanhece cedo. Eu chego oito, oito e meia. O povo começa a chegar oito, nove horas. Eu começo a vender as onze, meio dia. Aí eu vendo pouco. (AMBULANTE 2).

Eu sou meio medroso em matéria de mar. Já vi muitas mortes no mar. Já vi criança morrer, adulto. (AMBULANTE 3).

Muito sofrimento, muita luta. Tem hora que você até chora na praia de tanto sofrimento. É muita luta, né? Você sabe que você já entra praia, falo no meu caso, né? Devendo e aí vem a semana que é só chuva. Eu já passei temporada sem tirar o preço da mercadoria, sem tirar o custo. Aí você sabe o que é ir para próxima temporada devendo ao fornecedor. Então a gente sofre muito. (AMBULANTE 5).

A gente vê tanta alegria na praia... e tanta tristeza quando a gente vê uma criança se afogando. A gente até reza na hora pra não deixar morrer. Porque tem uma família ali que te compra sempre. Aí você vê um filho dele afogando na praia. Se pode até correr o risco de perder a família, né? De não querer voltar naquela praia ali. É isso. Tem muita alegria e muita tristeza. (AMBULANTE 5).

O maior sofrimento que eu tive foi quando eu trabalhava em Praia de Leste que eu tinha que ir com o carrinho de roupa até Santa Terezinha. Aí veio um temporal e o vento não sei o que lá que o povo fala que é o mais brabo, Noroeste, sei lá. Acho que é isso. Eu saí com esse carrinho da areia. Os turista ajudou eu a tirar o carrinho. A hora que eu cheguei a ventania era tanta que eu saí de Santa Terezinha e fui parar lá em casa sem descansar. O vento me levando. Eu só seguro o carrinho e o vento que leva. (AMBULANTE 5).

Outro elemento que integra a Caixa Preta dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, com base em Zaoual (2003, 2006), é a identidade de um *homo situs*, como pode ser percebido quando os vendedores ambulantes falam sobre a atividade de vendedor ambulante de praia:

É um prazer ser ambulante. Porque você fica na beira da praia. **Ali você monta praticamente um escritório para você.** Praticamente dois a três meses você fica trabalhando ali. São poucos que conseguem ficar trabalhando ali. Então ali é um prazer trabalhar ali. São poucos. **Eu gosto de trabalhar na beira do mar.** Tem uns pegadas ali, mas quando você senta, você relaxa, você vê o mar. Então é gratificante, só que é corrido. (AMBULANTE 2).

Faz parte de caminhada da gente. (AMBULANTE 4).

O ambulante vicia no trabalho na praia. Não quer mais parar de trabalhar na praia. (AMBULANTE 4).

Eu sempre trabalhei na praia. (AMBULANTE 5).

Eu gosto de ser ambulante. (AMBULANTE 6).

Eu trabalho no lugar mais especial do mundo. **Eu trabalho na praia porque gosto.** Para mim é **prazer.** Mais que um trabalho, pra mim aquele especo significa um prazer, um lazer. Eu e a minha esposa, a gente sempre fala sobre isso. O que a gente quer mais do que isso? Estar trabalhando em um lugar lindo, maravilhoso como esse e ainda está ganhando dinheiro. Mais do que o trabalho é o prazer de estar naquele lugar. (AMBULANTE 8).

Eu gosto de tá em contato com o público. A gente aprende com eles e eles aprendem com a gente. É uma troca. (AMBULANTE 9).

É uma terapia. Uma que você sai, você conversa com o pessoal. (AMBULANTE 10).

Eu amo essa profissão. É melhor do que você ficar preso num lugar, só no computador. Você sai, você se diverte, toma uma ar fresco. (AMBULANTE 10).

Pra mim, eu que sou meio elétrico e gosto de fazer amizade é interação. (AMBULANTE 11).

O ambulante pra mim é uma terapia. (AMBULANTE 11).

E a identidade ultrapassa a atividade produtiva para se alinhar as pessoas (público). No discurso, o trabalho não é um sacrifício, mas uma terapia, algo feito com prazer e relacionado à natureza do local (lugar, praia, mar), ou seja, um homem ligado a sua própria natureza e com sentido de pertencimento, independente do município dos entrevistados:

Uma das coisas que a gente sente e a gente vê bastante é a **possibilidade de morar em outra cidade, em outro balneário e acabei não saindo** porque eu vi que alguns dos balneários não desenvolveram tanto quanto Guaratuba. (AMBULANTE 8).

Eu adoro essa cidade. (AMBULANTE 9).

É uma cidade que me abraçou e eu abracei a cidade. (AMBULANTE 11).

As relações de reciprocidade, inerentes à valorização do homem nas relações sociais, elemento da Caixa Preta dos Sítios Simbólicos de Pertencimento (Zaoual, 2003; 2006), fazem parte das motivações que levam os vendedores ambulantes a continuar a desempenhar o comércio ambulante e foram observadas pela satisfação pessoal, apreço pela atividade, vivenciar com o desconhecido:

Tem os **clientes que me vê**, mesmo quando eu não to trabalhando na praia, **e cumprimenta.** (AMBULANTE 5).

São os clientes mesmo. **Passa um para vender, mas ele não compra de outro, deixa pra comprar em sua mão.** É a clientela mesmo, os clientes que cumprimentam quando não estamos trabalhando. A gente vira amigo, vira uma família. Isso ajuda muito. **Tem ambulante que tem os mesmos clientes há 30 anos.** Isso é muito especial. É uma família. **É o turista que quando chega a temporada traz um presente.** (AMBULANTE 5).

Tem turista que é cliente há 20 anos. A gente cria uma **amizade tão grande.** Isso que é a coisa bonita da praia. **A importância do ambulante é ser reconhecido.** É o turista te ajudar. É ver que está vindo um temporal e o turista ficar mais preocupado que o ambulante. O próprio turista ajuda o ambulante a entrar e sair da praia. (AMBULANTE 5).

Além do trabalho você quase vira turista. Praticamente é uma **família. Tem gente aí que a gente viu praticamente nascer e hoje tá casado.** (AMBULANTE 6).

O que mais marca a gente é **a amizade que a gente faz com o povo.** (AMBULANTE 6).

Eu gosto. Significa que eu gostei. Eu gosto do povo, gosto de conversar, tenho bastante clientes. **Eles chegam aqui e vem dá abraço na gente, vem dar beijo na gente.** (AMBULANTE 7).

Já aconteceu de eu **encontrar pessoa chorando e eu chegar e conversar com a pessoa e conseguir levantar o astral.** Eu vou e já conto da minha

vida que eu já passei muito na minha vida. Eu já tive dois enfartes e fui pra UTI. (AMBULANTE 10).

Óbvio que o dinheiro é fundamental, mas **conhecer pessoas de vários lugares do Brasil e do mundo e tentar se esforçar no espanhol, no inglês, conhecer pessoas de 70, 75 anos de idade que não conheciam o mar e entrar no mar e vir contar pra você a história.** Nossa, muitas e muitas histórias. Tem histórias variadas. **Ver pessoas especiais que nunca entraram na água, cadeirantes, pessoas com deficiência múltiplas que entram no mar é muito interessante.** (AMBULANTE 11).

As revelações também apoiam no entendimento sobre como um sujeito cria e se sente pertencido ao Sítio por ele mesmo criado, tal como é possível observar no discurso do Ambulante 7, que se atribui como melhor o trabalho autônomo:

Trabalhar por conta é muito melhor. Eu era empregado, eu era gerente comercial do mercado e larguei mão pra trabalhar de ambulante. Nessa vinda eu comecei a trabalhar de servente de pedreiro. Hoje eu sou profissional mais na carpintaria. (AMBULANTE 6).

Neste discurso é possível observar a contraposição do trabalho da Racionalidade Econômica, pois nesta, Situada, o trabalhador é autônomo, não recebe renda ou salário, controla seu tempo e renda.

As contribuições dos representantes políticos também foram objeto de escuta, proporcionando espaço para revelações ou destaques relacionados a estrutura da sociedade, a importância das representações na estruturação dos Sítios, no entanto o espaço de fala tornou-se um local de crítica, as quais serão somente apresentadas, mas não avaliadas:

(A contribuição) no meu ver é **bem pouco**. Bem pouco. Pra mim não fazem nada. **Não vejo melhoria para os ambulantes.** Olha o jeito que é a nossa orla. Você vai para outro litoral aí, a orla é a coisa mais bonita. Olha a nossa o jeito que é: bem acabada. Vai lá para você ver agora o lixo que tá lá. Até a limpeza chegar. Isso aí eu acho que tinha que ter direito. Não é só na temporada. **Pra mim tinha que ter direito a limpeza porque vem um turista fora da temporada chega lá aquela sujeira.** Não sei o que acontece com a limpeza que só acontece na temporada. Tinha que ter direito. (AMBULANTE 2).

Já foi melhor. **Tem bastante salva vidas, tem bastante policiamento, mas recreação falta.** Fora da temporada vem verba, não muito, mas vem. Só não sei onde que usam. (AMBULANTE 3).

O governador lá em cima, pra nós, **não ajuda em nada.** Se não é o prefeito correr atrás das coisas pra fazer alguma coisinha pro ambulante, se dependesse de lá de cima... (AMBULANTE 5).

Pode ser que até (es)teja contribuindo, mas **eu não tô vendo.** (AMBULANTE 6).

Eu não to gostando muito não. **Poderia ser melhor. Tudo precisa melhorar.** Os impostos são caros, dinheiro tem, então vamos melhorar. (AMBULANTE 7).

Nos acessos para os banhistas e turistas que vai facilitar para os ambulantes. Eu vejo que existe uma responsabilidade da Prefeitura e do Estado quanto à temporada. (AMBULANTE 8).

As revoluções também integram a Caixa Preta do Sítio de um Sítio Simbólico de Pertencimento de Zaoual (2003, 2006). Uma delas é a inclusão social:

Eu fomento que **sou divulgador da cidade na questão da inclusão.** Como meu filho é autista, **eu divulgo Guaratuba como uma cidade inclusiva e uma cidade que aceita as diferenças.** Por meu filho ser autista a qualidade de vida por ser uma cidade litorânea, não tem aquele trânsito caótico, mas tem a qualidade de vida, aqui tem participação. O comércio é inclusivo. É uma cidade que me abraçou e eu abracei a cidade. (AMBULANTE 11).

5.5.3.2 Caixa Conceitual do Sítio Simbólico de Pertencimento

A Caixa Conceitual dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, com base em Zaoual (2003, 2006), faz referência a conhecimentos que guiam práticas cotidianas. Nesta Caixa estão contidos conhecimentos empíricos e/ou teóricos de determinado Sítio, os quais são constituídos de saberes acumulados durante a trajetória o que demonstra ser o *homo situs*. Esta caixa é denominada por Panhuys (2006, p. 79) como o “universo da reflexão e dos conceitos”.

A Racionalidade Situada de Zaoual (2003, 2006), processada a partir da Caixa Conceitual, pode ser observada no discurso dos vendedores ambulantes quando os mesmos falam sobre os instrumentos que utilizam para operar a atividade de ambulante. Para atuarem no comércio ambulante os mesmos têm conhecimento da necessidade do licenciamento, assim criaram mecanismos de divulgação para além dos institucionais das prefeituras municipais: site e rádio (local), tal como o WhatsApp, a informação disponível na carteira de licenciamento dos que já atuam e o “boca a boca”:

O setor de fiscalização que avisa. Nós temos o **grupo dos ambulantes no WhatsApp.** Aí um passa pro outro. Quando tem alguma coisa, o (fulano) **coloca na rádio.** (AMBULANTE 5).

Eles avisam através de redes sociais e quase todo mundo já sabe que precisa fazer isso aí. Todo ano. A gente tem a **Associação,** tem o **grupo**

dos ambulantes. O cara que perder (o prazo) é porque não tá aí. (AMBULANTE 6).

A gente tem o **grupo dos ambulantes.** Por ali a gente sabe tudo: quando tem que ir, quando tem reunião. (AMBULANTE 7).

Outro conhecimento que demonstra a existência de uma Caixa Conceitual tem relação com o mito da temporada: o período de maior fluxo de veranistas, denominado pelos entrevistados como “movimento”, o qual também apresenta relação com clima (tempo) no sentido natureza do local:

É um investimento. Mas aquele dinheiro você vai pagando e é um lucro que retorna. Você sabe que ele vai vim. **Não é possível chover os 60 dias,** não é possível. **Tem uns dias bonitos e nesses dias você tem que aproveitar. Bater de manhã até a tardezinha.** (AMBULANTE 2).

Do que **nós dependemos é da virada do ano fazer sol. Do dia 26 de dezembro até o dia 10 de janeiro tem que fazer sol. A chave da temporada é não chover na virada de ano.** (AMBULANTE 3).

Entre os conceitos utilizados pelos vendedores entrevistados estão a manipulação e a qualidade, os quais independem da capacidade dos sujeitos, são conceitos teóricos criados exogenamente (compradores) reconhecidos pelos vendedores ambulantes para promover sua aceitação ou do produto, criando assim um diferencial.

A **manipulação** (de alimentos) é correta. Nunca tive nenhuma reclamação. (AMBULANTE 2).

Na **qualidade do produto** que a gente vende. (AMBULANTE 4).

Já alguns anos a gente aboliu o canudo de plástico, **a gente usa o canudinho de papel. Coloca o guarda-chuvinha,** que geralmente é colocado em drinks, no coco. Aí todo mundo sabe que é o “coco do homem do guarda-chuvinha”. A esposa decora o carrinho. Então **o carrinho é temático.** Ela decora na páscoa, no Sete de Setembro... (AMBULANTE 8).

A manipulação e a qualidade não são conceitos apreendidos somente por meio da relação entre vendedor e cliente, dado que os vendedores ambulantes são obrigados a frequentar cursos oferecidos pelas prefeituras municipais para o fornecimento do licenciamento:

Faço direto os cursos. Você vai aprendendo. **A manipulação de alimentos é tudo.** (AMBULANTE 2).

Ajuda a organizar a atividade na praia e a valorizar o trabalho do ambulante. **Passa credibilidade aos turistas**". (AMBULANTE 5).

Sempre contribui. **A gente sempre aprende**. (AMBULANTE 6).

Eu gostei do curso. **A gente sempre aprende mais**. (AMBULANTE 7).

A gente aprendeu mais. A gente sabe bastante, mas **a gente sempre tá aprendendo mais**. (AMBULANTE 7).

Os cursos foram bons. Teve de **manipulação**, teve de **primeiros socorros**. A gente aprende com eles e eles aprendem com nós. **Aqui no carrinho eu tenho os telefones dos primeiros socorros: eu tenho dos bombeiros**. Aqui se der alguma coisa já liga pro 190, pro Samu. E **se alguma pessoa tiver um ataque epilético a gente tem como ajudar**, né? (AMBULANTE 9).

5.5.3.3 Caixa de Ferramentas do Sítio Simbólico de Pertencimento

A Caixa de Ferramentas do Sítio Simbólico de Pertencimento de Zaoual (2003, 2006) contém o saber-fazer, as técnicas, os modos de organização, os modos de exploração do ambiente e modelos de ação específicos para um contexto. Zaoual (2008) argumenta que o saber-fazer está ligado ao saber-ser. A Caixa de Ferramentas é denominada por Panhuys (2006, p. 80) como "universo da ação, dos instrumentos e dos procedimentos".

As técnicas utilizadas, mais especificamente para a venda de produtos, pelos ambulantes integram a Caixa de Ferramenta de Zaoual (2003, 2006), as quais são inerentes ao capricho, à higienização, à organização e à apresentação tanto do carrinho, como da pessoa vendedor, o saber ser ambulante:

Eu tento deixar o **meu carrinho o mais ajeitado possível**. Mais apresentável. Eu tento deixar o **mais apresentável possível** para a pessoa chegar ali e se sentir bem no meu carrinho. **A apresentação do carrinho faz muita diferença**. (AMBULANTE 2).

A gente até **varre ali o espaço para deixar tudo limpo**. (AMBULANTE 4).

É o **capricho**, porque o mesmo que eu vendo aqui, o outro vende ali e o outro vende lá. (AMBULANTE 6).

A gente é bastante elogiado pela **higienização do carrinho, pela forma como se veste**. (AMBULANTE 8).

A gente procura estar sempre com o **uniforme limpo**, sempre **barbeado**, com as **unhas limpas**. (AMBULANTE 8).

Eu **deixo tudo bem organizadinho, bem arrumadinho**. Se ela quiser eu **parto o coco para comer a massinha que tem dentro**, eu **dou uma colher lavada com álcool**. (AMBULANTE 9).

Os ambulantes não são só vendedores, alguns também produzem e falam de suas técnicas de produção, demonstrando o saber fazer:

Na qualidade do produto que a gente vende. **Eu faço um crepe já diferente.** O crepe nosso é o crepe de Santa Catarina. Eu faço ele triturado. Eu não faço ele no tubinho. Eu trituro ele. **Aprendi a fazer lá em Santa Catarina.** Aí você faz o recheio, igual frango, e tem que temperar no dia, não dá para congelar. (AMBULANTE 4).

Eu faço os aviõezinhos há 35 anos. Eu aprendi (a fazer) numa época da maré ruim que eu tava desempregado. Um senhor de idade me deu dez aviõezinhos e disse:

- Venda esses aviõezinhos. Esses eu tô te dando. Daí daqui pra frente você vai começar a comprar de mim.

E foi o que sustentou a minha família por muitos anos e daí depois ele ia parar de fazer e me deu as matrizes e a qual eu tenho até agora. (AMBULANTE 10).

Outros, se não os mesmos também apresentam suas técnicas de vendas:

Eu não trato bem só quem compra na minha mão. Se eu puder informar eu informo, se eu puder ajudar, eu ajudo. (AMBULANTE 5).

Por que eles compram de nós? **É a atenção que a gente dá para os clientes,** os outros só querem o dinheiro. (AMBULANTE 6).

As técnicas de vendas empreendidas para cativar os clientes resultam em uma rede de contatos que vai além da fidelidade do cliente, possibilitando o reconhecimento da pessoa que atua como vendedor ambulante fora do período de atividade e relações de amizade:

São os **clientes fiéis** que mesmo diante da oferta de outros ambulantes, só compram da gente. É a clientela mesmo, **os clientes que cumprimentam quando não estamos trabalhando.** (AMBULANTE 5).

A gente vira amigo, vira uma família. Isso ajuda muito. **Tem ambulante que tem os mesmos clientes há 30 anos.** Isso é muito especial. (AMBULANTE 5).

É a amizade que a gente faz com o povo. (AMBULANTE 6).

A gente tem clientes que tem casa naquela região e que estão ali todo ano e que **já conhecem a gente pelo nome.** (AMBULANTE 8).

Um entrevistado argumentou que se as técnicas não forem utilizadas podem perder a clientela:

Turista você vai ver ele uma vez por ano. Tem que tratar bem, né? Todo mundo. **O turista você tem que pelo menos tentar tratar ele bem. Se não, ele não volta.** (AMBULANTE 4).

A Caixa de Ferramentas dos vendedores ambulantes também compreende os saberes relacionados à organização coletiva dos *homo situs*. Em Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba os vendedores ambulantes não têm as Associações de Vendedores Ambulantes como instituição de construção participativa, havendo alguns engajados e outros que não fazem parte:

Tô acompanhando de longe. Agora pra mim não tá acontecendo nada. **Eu vou nas votações, conheço os candidatos e tudo.** (AMBULANTE 2).

A Associação tá parada. (AMBULANTE 3).

Eu participo da Associação. Na Associação tá faltando muita união. O principal é a união. Se a gente tem dez, na hora de fazer uma reunião tem três. Aí vai pra frente de que jeito? (AMBULANTE 6).

Faço (parte), mas por enquanto não contribui com nada. Tô querendo ver benfeitorias, que nem já falei pra eles. Quero ver o que tá fazendo. (AMBULANTE 7).

Eu faço parte. Qualquer coisinha que eu preciso eu falo com o Presidente. (AMBULANTE 9).

Não faço parte dela. É que eu tendo autorização para mim vender eu faço só essa parte. (AMBULANTE 10).

Os motivos que levam os vendedores ambulantes a não se organizar coletivamente nas Associações são:

Um não vai não sei porque, o outro não vai não sei porque. Já é difícil ter uma reunião. Bem complicado. (AMBULANTE 6).

O povo desacreditou. Na verdade o povo não quer gastar nada, eles querem tudo na mão. Se pudesse não pagar nem a licença da Prefeitura pra trabalhar, acho que era a melhor coisa do mundo que eles iam querer. (AMBULANTE 6).

Mesmo reconhecendo a importância de uma Associação, ela não parece ser uma organização que ocorre de forma coletiva:

Mais união nos ambulantes. Uma Associação boa. Uma Associação com projetos bons para os ambulantes. (AMBULANTE 2).

Nós devia ter uma Associação forte pra manter os ambulantes. Uma Associação pra poder ter, como quase teve, um pessoal responsável por comprar uma carga fechada e vender um pouco mais barato para os ambulantes”. (AMBULANTE 2).

500 ambulantes: imagina quantas famílias não é. **Os ambulantes tem força.** (AMBULANTE 2).

Tinha Associação e a Associação “foi embora”. Nós tinha uma Associação. Até uns anos atrás ela era forte. Tinha uma Associação **que lutava pela gente**, mas agora acabou. [...] **Vou pelo certo, mas parece que o povo só gosta de ir pelo errado. Não sei o que acontece.** A Associação acabou e levamos sorte de não acabar os ambulantes. (AMBULANTE 2).

A gente tá precisando ter mais coisa porque **a Associação tem força.** (AMBULANTE 6).

A Associação hoje tem **uma força danada aí.** (AMBULANTE 6).

Enquanto a Associação... **como fazer o povo voltar a acreditar na Associação?** (AMBULANTE 6).

Apesar das Associações parecerem não estarem baseadas em relações de reciprocidade (cooperação) para a categoria, os vendedores ambulante, no dia a dia, na prática da atividade, vivenciam a cooperação para o funcionamento da atividade:

A **cooperação** começa com a **troca de troco** de um com o outro. Se eu **como um pastel vai me cobrar menos** ou **trocar por mercadoria** minha. Essa é a cooperação que existe. **Ajuda a tirar carrinho.** Quando tem dificuldade para colocar o carrinho, um ambulante ajuda o outro. Nem todos, mas a maioria. Tá ali você sozinha com um carrinho. As entradas são muito ruins. Então o que acontece: você tá ali sofrendo e a gente ajuda a tirar, a colocar. Quando dá um vento muito forte **a gente se une para tirar os carrinhos.** Os carrinhos mais pesados a gente tira primeiro. (AMBULANTE 3).

A gente não consegue trabalhar sozinho. Na hora do almoço a gente encosta os três carrinhos e reveza, um vai almoçar, volta, vai o outro. É assim. (AMBULANTE 4).

Eu trabalho com roupa, então eu pego o cliente de um, pego cliente de outro, **o próprio ambulante me segura um cliente.** O próprio ambulante que me ajuda na areia. (AMBULANTE 5).

A Racionalidade Situada de Zaoual (2003, 2006) se apresenta na regulamentação para o comércio ambulante de praia do litoral do Paraná, que é construída do local para o local por priorizar os residentes fixos, ou seja, institui normas para orientar os comportamentos dos vendedores do comércio ambulante que poderão ser moldadas conforme as transformações do local.

As Caixas Preta, Conceitual e de Ferramentas do comércio ambulante de praia apresentam-se em constante transformação do local para o global e do global

para o local, corroborando com as premissas de Zaoual (2006) que o Sítio é estruturado a partir de um conjunto integrado, singular e aberto a múltiplos ambientes.

5.6 MATRIZ ANALÍTICA - RACIONALIDADES ECONÔMICA, AMBIENTAL E SITUADA

A matriz analítica das Racionalidades Econômica, Ambiental e Situada foi preenchida com os resultados obtidos na pesquisa (QUADRO 16).

QUADRO 16 - MATRIZ ANALÍTICA - RACIONALIDADES ECONÔMICA, AMBIENTAL E SITUADA

		Matriz Analítica – Racionalidades Econômica, Ambiental e Situada							
		Racionalidade econômica			Racionalidade Ambiental			Racionalidade Situada	
		Regulamentação	Comunicação	Natureza (input)	Natureza (output)	Sociedade (propriedade)	Mito – Caixa Preta	Conhecimento – Caixa Conceitual	Técnica – Caixa de Ferramentas
	Mercado	Comércio ambulante como fonte de renda para subsistência, complemento de renda com outras atividades, clientela fixa							
Racionalidade de Econômica	Regulamentação	Horário de verão, Licenciamento					Ponto fixo na areia.		
	Comunicação		Site Institucional/ Rede Social WhatsApp/ Rádio Local					Carteira de licenciamento ou "boca-a-boca"	

		Racionalidade econômica		Racionalidade Ambiental		Racionalidade Situada				
		Mercado	Regulamentação	Comunicação	Natureza (input)	Natureza (output)	Sociedade (propriedade)	Mito – Caixa Preta	Conhecimento – Caixa Conceitual	Técnica – Caixa de Ferramentas
Racionalidade de Ambiental	Natureza (input/output)	<p>Maré cheia, chuva - não tem turista na praia, Caminhadas na praia, banho de sol e de mar, destinação e separação correta de resíduos, consciência ecológica – cuidado com a restinga e evitando canudos e copos plásticos.</p>	<p>Evitam uso de canudos e copos plásticos.</p>		<p>Caminhadas na praia, banho de sol e de mar, destinação e separação correta de resíduos, consciência ecológica – cuidado com a restinga e evitando canudos e copos plásticos.</p>	<p>Comércio ambulante, renda para subsistência, ritmo produtivo conforme o ritmo da natureza.</p>	<p>Varre a praia, recolhe resíduos da areia e coloca em cestos de lixo da Prefeitura.</p>	<p>vendas dependem do clima, período temporal de maior movimento de turistas.</p>	<p>Recolhimento dos resíduos da praia, reutilização da fibra do coco.</p>	
	Sociedade (propriedade)	<p>Aquisição de produtos no local</p>	<p>Proibição de canudos plásticos.</p>				<p>Cooperação, inclusão social, democracia política através das Associações.</p>			<p>Uso de produtos ecológicos.</p>
	Associações							<p>Cooperação, inclusão social, democracia política através das Associações.</p>	<p>Adquire produtos para comercialização no local</p>	<p>Cooperação, inclusão social, democracia política através das Associações.</p>

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Racionalidades Ambiental de Enrique Leff e Situada de Hassan Zaoual, categorias de análise desta tese, emergiram como resposta à crise socioambiental, consequência do progresso, estritamente econômico que marcou o domínio da Racionalidade Econômica. Tomando como base estas duas categorias emergentes, o estudo se propôs a elaborar uma matriz para auxiliar na observação da existência destas diferentes racionalidades sob um mesmo ator, os quais possibilitariam apontar diversidades locais, dando sentido a um desenvolvimento genuinamente local.

A área geográfica escolhida para o estudo foram os três municípios do Litoral do Paraná¹⁴ em que ocorre a atividade econômica de turismo de Sol e Mar (PIERRI *et al.*, 2006), durante os meses de verão, favorecida pelo clima subtropical úmido (VANHONI; MENDONÇA, 2008). Nesta, nos meses de baixa temporada a economia dos municípios gira em torno da pesca e da realização de pequenos e médios eventos, além do comércio e serviços (IPARDES/BDE, 2011). Portanto, nesta, as atividades produtivas estão relacionadas principalmente com especificidades da natureza, justificando a escolha do local para a realização da pesquisa. Para compreender o desenvolvimento a partir das racionalidades, se mostrava necessário à eleição de sujeitos, possíveis atores locais para observação e escuta, ou seja, sujeitos com atividade específica do local, quando se chegou ao comércio ambulante de praia.

Trata-se de uma população que atua em uma atividade específica do local e que dialoga com o global, envolto no turismo, mais especificamente de sol e mar. Essa atividade produtiva coloca em evidência particularidades do local, entre elas a praia que, além de ser um elemento da natureza, com base na Constituição Federal do Brasil de 1988, é um bem da União, ou seja, um patrimônio público. Portanto, a natureza, sob responsabilidade do Estado, é utilizada de diferentes formas, mas no

¹⁴ O Paraná é formado por 399 municípios, com uma população de 10.444.526 milhões de habitantes, possuindo 199.305,236 km² de área territorial, e somente sete municípios (Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná) encontram-se na costa litorânea banhados pelo mar, sendo os três selecionados com maior extensão de área territorial de balneabilidade, nos quais habitam 99.071 pessoas (estimado pelo IBGE em 2019), o que justificou a intenção de pesquisa: existiram nestes locais racionalidade constituídas a partir das especificidades da natureza e do próprio lugar?

turismo de sol e mar, que caracteriza o local: de um lado é utilizada por vendedores ambulantes, aparentemente produzindo, e de outro por turistas, aparentemente consumindo. Aparentemente, obedecendo a ordem mercadológica.

Para conduzir a pesquisa delineou-se como objetivo Geral: “Elaborar, em meio a Racionalidade Econômica global, uma matriz que auxilie observar e analisar a existência ou não de outras racionalidades, de maneira específica a Racionalidade Ambiental e a Situada, contribuindo para evidenciar características de desenvolvimento local” e como objetivos Específicos: 1. “Identificar, por meio de revisão teórica, dimensões que caracterizam as Racionalidades Ambiental de Leff e Situada de Zaoual a fim de captá-las no campo empírico”; 2. “Contextualizar o local de estudo, como um espaço regulamentado pela sociedade e um espaço da natureza” e; 3. “Capturar Racionalidades Ambiental e Situada, indicadas a partir da matriz teórica nos discursos dos atores locais”.

O estudo foi empreendido como pesquisa social e ambiental, com abordagens qualitativa e interdisciplinar. Foram empregadas como estratégia de investigação: revisão sistemática da literatura em teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, artigos e resumos publicados em revistas científicas e anais de eventos; e pesquisa documental baseada principalmente em legislações. Foram realizadas entrevistas não estruturadas com servidores públicos das Prefeituras Municipais de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba e com os Presidentes das Associações de Vendedores Ambulantes; e entrevistas semi-estruturadas com vendedores ambulantes dos três municípios. A observação de campo foi realizada *in loco*, na praia, durante o “período de verão”, quando do exercício do comércio ambulante na praia.

A matriz de Racionalidades Econômica, Ambiental e Situada conduziu a análise dos discursos de maneira a observar que há no local aspectos sociais e naturais, ferramentas, conhecimentos, normas locais e decisões nacionais que impactam na atividade. A partir da análise dos resultados observou-se a existência das Racionalidades Ambiental e Situada no comércio ambulante de praia no litoral do Paraná.

Os resultados apontaram que as areias das praias são utilizadas pela população local a fim de desenvolver uma atividade produtiva temporária, cujos determinantes são externos tanto pela natureza, quanto pela organização da sociedade. Dessa forma, o comércio ambulante se caracteriza, com base em

Pecqueur (2005), como uma entidade produtiva enraizada em um espaço geográfico.

O processo de licenciamento para o comércio ambulante de praia no litoral do Paraná é construído, com base em Pecqueur (2009) por um processo de discriminação dos atores locais que apresenta como função excluir agentes de fora, visto que prioriza os atores locais na atividade produtiva.

Entre os atores locais, as Prefeituras de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba regulamentam o uso de um patrimônio da União, representações do Estado, por meio de licenciamento temporário para fins de apropriação privada, comércio ambulante. O mesmo espaço é utilizado por turistas e/ou veranistas, sem necessidade prévia de licenciamento para o lazer, este realizado principalmente por pessoas externas ao lugar. Esta constatação corrobora com a orientação de Pecqueur (2005) de que o estado deve atuar de forma conjunta com os atores locais para assegurar a redistribuição, a mediação e a coordenação, dando sentido a um território construído.

Salienta-se, outrossim, que, de forma invisível, o sol, é outro elemento da natureza presente no local e no discurso dos atores; sem ele a atividade produtiva inexistente; é em função dele que a “temporada” é definida; ele delimita o tempo e o uso do espaço.

Para além do objeto observado, a praia é utilizada por pescadores, pesquisadores, empresas privadas para divulgação de produtos e serviços e pelo poder público estadual por meio de tendas recreativas e de cuidados com a saúde. Estes diferentes usos merecem investigação em especial pelo uso restritivo que se coloca a população local e a liberdade de diversos agentes externos.

De maneira resumida, a Racionalidade Econômica por meio dos vendedores ambulantes apresenta-se na dimensão renda, obtida por meio do discurso, destina-se à manutenção familiar, ou seja, responde à divisão social do trabalho de uma sociedade de mercado, na qual todos devem trabalhar para obter renda e promover com esta sua subsistência, porém não respondem a acumulação, ou seja, são atores que gastam o que ganham, e também não vendem seu trabalho, atuam com a venda de um produto. Assim sendo, o comércio ambulante parece promover uma relação harmônica na sociedade, visto que os vendedores ambulantes, caracterizados como trabalhadores autônomos e com baixa organização política (associações), cooperam entre si no cotidiano de exercício da atividade.

A Racionalidade Ambiental talvez tenha sido a principal a ser observada no agir do ambulante sobre o espaço praia, além de terem sido confirmadas nas entrevistas. A atividade desenvolvida ocorre sob interferência direta da natureza: chuva-sol, vento, maré cheia, período do dia e meses do ano. Atividade realizada durante o dia, respeitando a luz proporcionada pela natureza; Em dias de chuva a atividade não é exercida, não há construções para a prática da atividade; em dias de maré cheia os vendedores dividem a estreita faixa de areia próxima às dunas entre eles e com turistas/veranistas, não sendo acrescidas na área barreiras para que a água não suba; em dias de verão os ambulantes chegam a ficar 12 horas nas areias, não respeitando as regras trabalhistas. A racionalidade de ação dos vendedores ambulantes é favorecida por eles residirem no local.

A Racionalidade Ambiental também se fez presente nos entrevistados de maneira construída, uma racionalidade derivada da construção social e não endógena: na separação e destinação dos resíduos (orgânicos e reciclados); na reutilização do que seria resíduo (fibra do coco verde); evitando produtos não degradáveis (canudos e copos plásticos); na equidade social entre ambulantes; na organização política (Associação) e na consciência ecológica local, pelo reconhecimento de especificidades da natureza do lugar (restinga).

A Racionalidade Situada carrega um conjunto de dimensões que guiam os vendedores ambulantes de praia dos municípios do Litoral do Paraná: relação à natureza, às técnicas do saber fazer, habitar, do trocar produtos, ou seja, ações que entrelaçam características do lugar, conhecimentos de fora do lugar, imaterialidades repassadas ao longo do tempo.

A Racionalidade Situada se apresenta na regulamentação do comércio ambulante pelas Administrações Públicas, sendo uma construção social baseada no contexto local, carregando mitos (temporada), técnicas (carrinho de praias) e conceitos (mercado – vender para obtenção de dinheiro) que predominam no local. As regulamentações municipais buscam privilegiar residentes para apropriação individual de um bem público, não excluindo com essa a apropriação imaterial que realizam os turistas/veranistas. A regulamentação para o comércio ambulante corrobora com premissas do desenvolvimento territorial de Pecqueur, local de Zaoual e Sustentável de Leff de que as políticas públicas podem ser implementadas para estimular o protagonismo de atores locais, mas não impostas por decretos ou induzidas por políticas públicas.

A temporada é a maior expressão do local, ela permeia a natureza e a sociedade: ela decorre da existência da praia (mar e areia), do sol e do movimento da terra no universo; ela é normatizada pelo Estado (regulamentação do comércio ambulante) e pelo setor privado (férias); ela faz parte dos mitos de sofrimentos e abundância relacionados ao aspecto financeiro, de identidade (experiência vivida) e apreço a atividade, de amizades construídas e de insatisfações aos representantes políticos.

Os conhecimentos para exercer o comércio ambulante envolvem especificidades da natureza e da sociedade do local: uso de instrumentos de comunicação (site institucional da Prefeitura Municipal, rádio local, WhatsApp, carteira de licenciamento do ano anterior, “boca a boca”) período de maior fluxo de turistas na temporada, influência do clima, da maré e comercializar de um jeito diferente.

As técnicas empreendidas no comércio ambulante compreendem aspectos dos produtos, do carrinho, das relações pessoais: capricho, higienização, organização e apresentação do carrinho e apresentação pessoal do vendedor, diferenciação dos demais ambulantes (uso de canudo de papel e decoração nos produtos e no carrinho), atenção no atendimento para cativar clientes, construção de rede de contatos, formações, cooperação no cotidiano da atividade (troca de troco em dinheiro, troca de produtos e apoio para colocar e tirar os carrinhos na/da praia).

O tratamento integrado das questões sociais, econômicas e ambientais relativas ao comércio ambulante de praia do litoral do Paraná segue as orientações de Pecqueur (2005) para o desenvolvimento territorial. Observa-se que a complexidade da microrregião dada as condições geográficas, climáticas, ambientais e socioeconômicas são determinantes para a construção da identidade do vendedor ambulante de praia do litoral do Paraná.

O comércio ambulante de praia de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba apresenta-se como um processo de desenvolvimento endógeno, do local para o local que, por priorizar a atuação de pessoas residentes, fortalece a economia local, sem deixar de interagir com o global.

Contudo, a sobreposição de princípios da Racionalidade Situada com a Racionalidade Econômica, denominada por Zaoual (2003; 2006) como sistema misto, se apresenta como um grande desafio para as sociedades contemporâneas que se torna ainda mais complexo com a sobreposição da Racionalidade Ambiental.

6.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Uma das limitações para a realização da tese foi o período de aproximadamente dois anos para a construção da pesquisa, visto que no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR, dos quatro anos de doutorado, dois são dedicados a discussões, debates e construções de pesquisas coletivas.

Outra limitação, esta na pesquisa de campo, na etapa de observações diretas do exercício do comércio ambulante de praia, foi a condição climática. Em dias chuvosos, não foi possível realizar as referidas observações, dada a impossibilidade de execução da atividade pelos vendedores ambulantes.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ - AEN. **Campanha incentiva o turismo no Litoral**. 2011. Disponível em: <<http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=63054&tit=Campanha-incentiva-o-turismo-no-Litoral->>. Acesso em: 02/08/2017.

ALBAN, M. Turismo no Brasil: a estratégia de expansão espacial e seus problemas. **Turismo - Visão e Ação**, v. 8, n.2, p. 301 - 308, maio /ago. 2006. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/292>>. Acesso em: 24/06/2017.

ALCOFORADO, G. S. G.; CHACON, S. S. **O Homo Sítus e suas interações com o desenvolvimento sustentável**. Resumo expandido apresentado no IV Encontro Universitário da Universidade Federal do Ceará – UFC no Cariri, Juazeiro do Norte – CE, 2012.

ALMEIDA, J. D.; DANTAS, L. C. **Design, participação, associativismo e valorização em base territorial no artesanato Potiguar**. Trabalho apresentado no XXX Encontro Nacional de Engenharia de Produção – ENEGEP, São Carlos, 2010.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ATHAYDE, S. F.; BRITZ, R. M. As unidades de conservação. In: MARQUES, M. C. M.; BRITZ, R. M. (Orgs.). **História Natural e Conservação da Ilha do Mel**. Curitiba: Editora UFPR, 2005. p. 103-123.

AZEVEDO, D. J. N. **Gestão Situada de Incubadoras Sociais: um estudo de caso da incubadora Afro Brasileira**. 218 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

BARBOSA, A. F. O conceito de trabalho informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho. In: **Marchas e Contramarchas da Informalidade**. Roberto Vêras de Oliveira; Darcilene Gomes; Ivan Targino.(organizadores). João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 4. Ed. Lisboa: Edições 70, 2010.
BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. M. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Orgs). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BHERING, S. B.; SANTOS, H. G. (Org.). **Mapa de solos do estado do Paraná: legenda atualizada**. Rio de Janeiro: Embrapa Florestas, Embrapa Solos, Instituto Agrônômico do Paraná, 2008. 74 p.

BIGARELLA, J. J. **Matinhos**: homem e terra - reminiscências. 3 ed. ampliada. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2006.

BIGARELLA, J. J. **Matinho**: Homem e Terra Reminiscências. 3. Ed. Fundação Cultural de Curitiba, Curitiba, 2009.

BORSATTO, R. S.; OTTMANN, M. M. A.; FONTE, N. N. da; CIDADE JUNIOR, H. A.; ALANO, E. do R. C.; CAVALLET, V. J. Problemas agrários do litoral paranaense: abordagem histórica. **Scientia Agraria**, Curitiba, v.8, n.4, p.421-430, 2007. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/agraria/article/view/9891/8065>>. acesso em: 07/08/2017.

BOTELHO, A. C. B.; EGREJAS, M.; BARTHOLO, R. **A turistificação da zona portuária do Rio de Janeiro, Brasil**: por um Turismo Situado no Morro da Conceição. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo, v. 8. n. 2. p. 286-300, maio/ago. 2014.

BRASIL. **Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977**. Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências. Diário Oficial da União, 22 de dezembro de 1977.

_____. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 02 de setembro de 1981, seção 1.

_____. **Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989**. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais renováveis e dá outras providências.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 53. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.

BRASIL. Decreto Nº 1.530, de 22 de junho de 1995. Declara a entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, concluída em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982. **Presidência da República**. Brasília, 22 de junho de 1995. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/documentos/convencao-onu-mar>. Acesso em: 02/08/2019.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000c**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, 23 de agosto de 2000, seção 1.

BRASIL. Decreto nº 5300, de 7 de dezembro de 2004. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências.

Presidência da República. Brasília, 7 de dezembro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5300.htm. Acesso em: 24/07/2019.

BRASIL. Decreto nº 5.377, de 23 de fevereiro de 2005. Aprova a Política Nacional para os Recursos do Mar – PNRM. **Presidência da República.** Brasília, 23 de fevereiro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5377.htm. Acesso em: 02/08/2019.

BRASIL. Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. **Presidência da República.** Brasília, 16 de maio de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7661.htm. Acesso em: 24/07/2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.760, de 05 de setembro de 1946. Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. **Presidência da República.** Rio de Janeiro, 05 de setembro de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del9760.htm. Acesso em: 08/08/2019.

BRASILEIRO, M. D. S. Desenvolvimento e turismo: para além do paradigma econômico. In: BRASILEIRO, M. D. S.; MEDINA, J. C.; CORIOLANO, L. N. (Ed.) **Turismo, cultura e desenvolvimento.** Campina Grande: EDUEPB, 2012. p. 75-98.

CACCIAMALI, M. C. **Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção.** São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 1983.

CALDERARI, N. **Futebol além das quatro linhas: identidade e pertencimento no Rio Branco Sport Club – Paranaguá/ PR.** 129p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2017.

CAMARGO, A. **As Práticas tradicionais de Cuidados com a Saúde: um patrimônio imaterial que necessita de cuidados.** 39 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Questão social na perspectiva interdisciplinar) – Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2013.

CARVALHO, A. I. Entre rochas e florestas, um lugar para os marumbinistas. In: Simpósio Nacional de História, ANPUH. **Anais...** São Paulo, 2011, p. 1-15. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300847368_ARQUIVO_Entreochasefloresta,umlugarparaosmarumbinistas.pdf. Acesso em: 05/08/2017.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** 5. Ed. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2006.

CAVALCANTI, K. B.; HORA, A. S. S. da. Política de turismo no Brasil. **Turismo em Análise,** São Paulo, v. 13, n. 2, p. 54-73, nov. 2002. Disponível em:

<<http://www.spell.org.br/documentos/ver/28262/politica-de-turismo-no-brasil/i/pt-br>>. Acesso em: 24/06/2017.

CAVIGLIONE, J. H.; KIIHL, L. R. B.; CARAMORI, P. H.; OLIVEIRA, D. **Cartas climáticas do Paraná**. Londrina: IAPAR, 2000.

COGO, R. S. **Da memória ao storytelling**: em busca de novas narrativas organizacionais. 278p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COIMBRA, J. A. A. **Considerações sobre a interdisciplinaridade**. In: PHILIPPI, A. Jr. et al. Interdisciplinaridade em ciências ambientais. São Paulo: Signus Editora, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE – CONAMA. **Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997**. Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. Diário Oficial da União, 22 de dezembro de 1997, seção 1.

COSTA, E. B.; STEINKE, V. A. **Riscos ao patrimônio mundial motor de desenvolvimento**: desígnios à cultura e à natureza. Revista do Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. v. 25. p. 200-230. 2013.

COSTA JÚNIOR, L. F. **Contramovimento, Economia Solidária, Organização Produtiva**: os coletivos de artesanatos do litoral do Paraná. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2018.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa**: Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. org. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 51-66.

DANTAS, L. C.; THIOLENT, M. **Valorização de produtos sucoalcooleiros artesanais em base territorial: um estudo de caso**. Trabalho apresentado no XXIV Encontro Nac. de Eng. de Produção, Florianópolis, 2004.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER. **História**. Disponível em: <<http://www.der.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>>. Acesso em: 25/06/2017.

DESCHAMPS, V. M.; KLEINKE, U. L. M. Os Fluxos Migratórios e as Mudanças Sócio-espaciais na Ocupação Contínua Litorânea do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 99, p. 45-59, jul./dez. 2000. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/235/193>>. Acesso em: 07/08/2017.

DESTEFANI, C. Subindo o Morro. **Gazeta do Povo - Online**. Curitiba, 4 jun. 2011. Nostalgia, s/p. Online. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/nostalgia/subindo-o-morro-4bv6kph36xg1ngth1kezn32oe>>. Acesso em: 21/07/2017

DORIGON, C.; RENK, A. Técnicas e Métodos Tradicionais de Processamento de Produtos Coloniais: de “miudezas de colonos pobres” aos mercados de qualidade diferenciada. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 58, n. 1, p. 101-113, jan./jun. 2011.

DORIGON, C.; RENK, A. **Os Sítios Simbólicos de Pertencimento dos colonos e dos caboclos do Oeste de Santa Catarina**. Revista Grifos. n. 45. p. 140-158. 2018.

DUPAS, G. **Meio ambiente e crescimento econômico**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

EISENHARDT, K. M. **Building theories from case study research**. Academy of Management Review. v. 14. n. 4, October of 1989, p. 532-550.

ESPÍNOLA, A. M.; LOTOSKI, M. S. **A expressão territorial do trabalho informal na areia**: um estudo da apropriação do espaço nas praias do Litoral do Paraná. In: XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019, Natal.

ESTEVES, C. J. de O. **Vulnerabilidade socioambiental na área de ocupação do litoral do Paraná - Brasil**. 353 p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

FARIAS, B. M. C. **Os sururuzeiros-capoeiristas**: um estudo sobre as condições de trabalho dos mariqueiros na Lagoa Mundaú – Maceió. 137 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FERNANDES, M. F. **A expressão metafórica do sentido de existir na Literatura Cabo-verdiana contemporânea**: João Varela, Corsino Fortes e José Luís Tavares. 275p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

FERRARO JÚNIOR, L. F.; SORRENTINO, M. Coletivos Educadores. In: _____ . **Encontros e Caminhos**: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 59-69.

FERREIRA, A. S. S.; GUZMÁN, S. J. M.; CAVALCANTE, A. L. Análise e comparação de três paradigmas teóricos sobre desenvolvimento local. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**. Dezembro, 2018.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

_____. **Introdução a metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes.** Porto Alegre: Penso, 2013.

FOLHA DE LONDRINA. **Relatório do II Encontro de Turismo do Litoral.** Guaratuba - PR: Folha de Londrina, 1972.

FONSECA NETO, J. C. da. **Ecoturismo no litoral do Paraná: caminhos e descaminhos.** 210 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

FORTUNATO, R. A.; NEFFA, E. **Abordagem Complexa e Desenvolvimento Local por meio do Turismo Solidário: o caso da rede “Brasilidade Solidária”.** Revista Turismo em Análise. v. 25. n. 1. Abril. 2014.

FORTUNATO, R. A.; SILVA, L. S. **Os significados do turismo comunitário indígena sob a perspectiva do desenvolvimento local: o caso da reserva de desenvolvimento sustentável do Tupé (AM).** Revista de Cultura e Turismo. Ano 05. N.02. Ago/2011. p.85-100. 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. Ed. São Paulo, Atlas, 2008.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. RAE, São Paulo. v. 35 n. 3, p. 20-29, maio/junho 1995.

GONÇALVES, C. W. P. **O desafio ambiental.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUIA GEOGRÁFICO DO PARANÁ. **Acessos a Guaratuba.** Disponível em: <http://www.guiageo-parana.com/guaratuba/acessos.htm>. Acesso em: 14/08/2019.

GUIMARÃES, M. Sustentabilidade e educação ambiental. In: CUNHA, S. B. e GUERRA, A. T. J. (Orgs). **A questão ambiental: diferentes abordagens.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

IKARI, L. T. **Lazer, educação informal e traços culturais do migrante brasileiro que permanece temporariamente no Japão: diálogo de traços étnico-culturais e de lazer entre brasileiros no Japão e japoneses no Brasil.** 267p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Guaratuba.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/guaratuba/panorama>. Acesso em: 17/07/2019.

_____. **Matinhos.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/matinhos/panorama>. Acesso em: 17/07/2019.

_____. **Pontal do Paraná**. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/pontal-do-parana/panorama>. Acesso em:
17/07/2019.

_____. Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro, 2010.

_____. Censo Demográfico de 2000. Rio de Janeiro, 2000.

_____. Censo Demográfico de 1991. Rio de Janeiro, 1991.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE -
ICMBIO. ICMBIO. **Parna de Saint-Hilaire/Lange**. 2017b. Disponível em:
<<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/mata-atlantica/unidades-de-conservacao-mata-atlantica/2193-parna-de-saint-hilaire-lange>>. Acesso em: 23/07/2017.

_____. **O instituto**. 2017c. Disponível em:
<<http://www.icmbio.gov.br/portal/oinstituto>>. Acesso em: 01/08/2017.
INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL -
IPARDES. **Zoneamento do litoral paranaense**. Curitiba: IPARDES/ Fundação
Édison Vieira, 1989.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOLOGIA DO PARANÁ - ITCG.
Zoneamento ecológico - econômico do estado do Paraná - litoral. Curitiba:
ITCG, 2016.

ISSA, Y. S. M. M. **Produção do turismo e Sítios simbólicos de pertencimento:**
inserção da comunidade local como fator de hospitalidade. 192 f. Dissertação
(Mestrado em Hospitalidade) – Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2007a.

ISSA, Y. S. M. M. Produção do turismo e Sítios simbólicos de pertencimento:
inserção da comunidade local como fator de hospitalidade. **Revista Acadêmica**
Observatório de Inovação do Turismo, vol. 2, n. 4, p. 1-14, dez. 2007b.

JATOBÁ, S. U. S.; CIDADE, L. C. F.; VARGAS, G. M. **Ecologismo, ambientalismo**
e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. Revista
Sociedade e Estado, Brasília, v. 24. n. 1. p. 47-87. Jan./abr. 2009.

LAVILLE, C; DIONNE, J. **A construção do saber:** manual de metodologia da
pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFF, E. **A Complexidade Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**. Blumenau, SC: Edifurb, 2009.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

LEFF, E. **Discursos Sustentáveis**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFF, E. **Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.

LEFF, E. La constitución del campo socioambiental em América Latina: Teoría Política del pensamiento ambiental latinoamericano. In: FLORIANI, D.; HEVIA, A, E. (orgs). **América Latina Sociedade e Meio Ambiente: Teorias e Conflitos em Desenvolvimento.** Curitiba: UFPR, 2016. p. 17-41.

LIMA, Jacob Carlos. A globalização da precariedade: a informalidade em tempos de trabalho Flexível. In **Retratos do Trabalho no Brasil.** Organizadoras: Vera Lúcia Navarro e Valquiria Padilha. Uberlândia: Edufu, 2009.

LIMA, R. P.; AYRES, A. R.; BARTHOLO, R. **Turismo de Base Comunitária sob a perspectiva dos Sítios Simbólicos de Pertencimento:** o caso da Praia do Sono. Trabalho apresentado no Seminário Internacional de Turismo, Curitiba, 2009.

LIMA, V. C.; LIMA, M. R.; MELO, V. F. (Eds.). **O solo no meio ambiente:** abordagem para professores do ensino fundamental e médio e alunos do ensino médio. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Departamento de Solos e Engenharia Agrícola, 2007. 130 p.

LITORAL DO PARANÁ. **Pontal do Paraná:** como chegar em Pontal do Paraná. Disponível em: <https://www.praiaslitoralparana.com.br/pontal-do-parana/como-chegar-em-pontal-do-parana-mapa.php>. Acesso em: 14/08/2019a.

LITORAL DO PARANÁ. **Matinhos:** como chegar em Matinhos. Disponível em: <https://www.praiaslitoralparana.com.br/matinhos/como-chegar-em-matinhos-mapa.php>. Acesso em: 14/08/2019b.

MAACK, R. **Geografia Física do Estado do Paraná.** 3. Ed. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

MACHADO, E. M. A formação e a trajetória do maior porto agroexportador do Brasil – Paranaguá. **Revista de Ciências Humanas**, v. 46, n. 1. Florianópolis, p. 233-252, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2012v46n1p233/23113>>. Acesso em: 05/08/2017.

MARCONDES, D. S. **Os conflitos decorrentes do veraneio e do turismo sobre o território tradicional caiçara na Praia de Castelhanos a partir da década de 1950.** 278p. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MATINHOS. **Lei nº 1.267/2009, de 03 de Novembro de 2009.** Dispõe sobre o exercício do comércio ambulante, atividades comerciais e de prestação de serviços, em caráter temporário ou sazonal, no âmbito do município de matinhos, e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Matinhos, Matinhos, Paraná.

MATINHOS está em festa com a inauguração do calçadão de três mil metros e do Terminal Turístico de Massas. **Diário do Paraná**, 20 dez. 1977, p. 1.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. org. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 9-29.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **IV Plano de Ação Federal para a Zona Costeira PAF-ZC 2017/2019**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2017/12/PAF-ZC-2017-2019.pdf>. Acesso em: 06/08/2019.

MINISTÉRIO DO TURISMO - MTUR. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Cadernos de Turismo. Introdução à Regionalização do Turismo. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

_____. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Relatório Brasil 2008. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

MORIN, E. Saberes globais e saberes locais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

NASCIMENTO, E. C.; SILVA, H. J. H.; SILVA, M. F. C. C. B.; DENKEWICZ, P.; VIEIRA, R. S.; CORBARI, S. **Projeto Coletivo** – Diagnóstico e problematização do litoral do Paraná. Vetores de produção socioespacial – porto e indústria, turismo e políticas e ações de conservação e gestão ambiental – e conflitos, resistências e alternativas. No prelo.

NEVES, J. G.; SULZBACH, M. T. O trabalho artesanal: cultura e pertencimento ao local. **Revista Guaju**. Matinhos – PR, v. 4, n.1, p.12-24, jan/jun. 2018.

NISHIYAMA, T. C. **Vendedor ambulante de praias: trabalho ou trabalho informal? O sentido do trabalho**. 85 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2019.

OLIVEIRA FILHO, G. R. A crise ambiental sob a ótica do modelo de desenvolvimento capitalista. **CES Revista**. V. 24. Juiz de Fora, 2010.

OLIVEIRA FILHO, J. A. P. **Do sonho à reconstrução: a Nação em Mayombe e Predadores**, de Pepetela. 121p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, L.; MACHADO, L. M. C. Percepção, cognição, dimensão ambiental. In: VITTE, A. C.; GUERRA, A. J. T. (Orgs). **Reflexões sobre a geografia física no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 129 – 152.

PANHUYS, H. **Do Desenvolvimento Global aos Sítios Locais: uma crítica metodológica à globalização**. Trad. Michel Thiollent. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

PARANÁ quer desenvolvimento do turismo. **Diário do Paraná**, 18 jun. 1971, p. 5.

PARANÁ. Decreto nº 5.040, de 11 de maio de 1989. Define o Macrozoneamento da Região do Litoral Paranaense. **Governo do Estado do Paraná**. 1989. Disponível em:
http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao/Decreto_5040_11_maio_1989.pdf. Acesso em: 06/08/2019.

PARANÁ. Lei nº 13.164, de 23 de maio de 2001. Dispõe sobre a Zona Costeira do Paraná e Adota outras providências. **Palácio do Governo**. Curitiba, 23 de maio de 2001. Disponível em: <http://www.leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-13164-2001-parana-dispoe-sobre-a-zona-costeira-do-estado-do-parana-e-adota-outras-providencias>. Acesso em: 08/08/2019.

PARANÁ. **Lei nº 16.037, de 08 de janeiro de 2009**. Dispõe que a Ilha do Mel, situada na baía de Paranaguá, Município de Paranaguá, constitui região de especial interesse ambiental e turístico do Estado do Paraná, conforme especifica. Diário Oficial do Estado, 08 de janeiro de 2009.

_____. **Decreto Estadual nº 10.855, de 23 de abril de 2014a**. Estabelece o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo para o Município de Guaratuba, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, 24 de abril de 2014. Disponível em: <http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/2014_Plano_Diretor_de_Guaratuba/Decreto_Estadual__10855_2014____pdGuaratuba.pdf>. Acesso em: 03/08/2017.

_____. **Decreto Estadual n.º 10.856, de 23 de abril de 2014b**. Estabelece o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo para o Município de Matinhos, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, 24 de abril de 2014. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=117564&indice=1&totalRegistros=1>>. Acesso em: 05/08/2017.

_____. **Decreto Estadual nº 5.980, de 19 de janeiro de 2017**. Estabelece o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo para o Município de Pontal do Paraná, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, 23 de janeiro de 2017. Disponível em: <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=167879&indice=1&totalRegistros=1>>. Acesso em: 05/08/2017.

PARANÁ. Resolução SEMA nº 043, de 28 de novembro de 2018. Cria a Câmara Técnica de Gerenciamento Costeiro do Paraná (CT – GERCO Paraná) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, nº 10325, 30 nov. 2018. Disponível em:
http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/Gerenciamento_Costeiro/resolucao43GERCO.pdf. Acesso em: 02/08/2019.

PARANAGUÁ. **Lei Complementar nº 060, de 23 de agosto de 2007**. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, estabelece objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no Município de Paranaguá e dá outras providências.

PASCUCCI, M. V. **Globalização, identidade contemporânea e políticas públicas**. Revista *on line* de Política e Gestão Educacional. N. 6. 2009.

PECQUEUR, BERNARD. O Desenvolvimento Territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Revista Raízes**. Vol. 24. Nº 1 e 2. Jan.-dez./2005. p. 10-22.

PECQUEUR, BERNARD. A guinada territorial da economia global. In: **Reinventando a economia**. Política e Sociedade. Nº 14. Abril de 2009. P. 79-105.

PECQUEUR, BERNARD. Territorial development. A new approach to development processes for the economies of the developing countries. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.10, n.2, p. 8-32, Jul./Dez. 2013.

PÉREZ-SÁINZ, Juan P. (1995). Globalización y neoinformalidad en América Latina. In: **Nueva Sociedad**, nº135 Enero-febrero, 1995.

PÉREZ SAINZ, Juan P. ¿Es necesario aún el concepto de informalidad? In: **Perfiles Latinoamericanos**, nº 13, Diciembre, 1998.

PIERRI, N.; ANGULO, R. J.; SOUZA, M. C. de; KIM, M. K. A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 13, p. 137-167, jan./jun. 2006. Editora UFPR.

PITANGA, A. F. O enfrentamento da crise socioambiental: Um diálogo em Enrique Leff sobre a racionalidade e o saber ambiental. In: **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental - REMEA**. V. 32. N. 1. 2015.

POLIDORO, M.; DESCHAMPS, M. V. Segundas residências e urbanização no Litoral do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. V. 34, n. 125, p. 213-235, jul/ dez. 2013.

PONTAL DO PARANÁ. **Lei nº 621, de 18 de novembro de 2005**. Dispõe sobre o exercício de comércio ambulante e de comércio ou prestação de serviço eventual, no Município de Pontal do Paraná, durante o período considerado “temporada de verão”. 18 de novembro 2005.

PROJETO ORLA. **Plano de intervenção na Orla Marítima de Pontal do Paraná**. Pontal do Paraná, 2004a. Disponível em: <http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/Projeto_Orla/PontalPR.pdf>. Acesso em: 18/07/2019.

_____. **Plano de intervenção na Orla Marítima de Matinhos**. Matinhos, 2004b. Disponível em: <http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/Projeto_Orla/Matinhos.pdf>. Acesso em: 18/07/2019.

_____. **Plano de intervenção na Orla Marítima de Guaratuba**. Guaratuba, 2004c. Disponível em: <http://www.colit.pr.gov.br/arquivos/File/Projeto_Orla/Guaratuba.pdf>. Acesso em: 18/07/2019.

RIBEIRO, G. R. **Caminhos teóricos para a leitura literária de práticas de resistência subalterna**. 98f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

RIBEIRO, M. F.; SILVA, L. R.; LESSA, C. F. T. M. R. **A alma do negócio: fatores identitários na base de iniciativas geradoras de trabalho e renda e da formação de arranjos produtivos locais.** Trabalho apresentado no XIII SIMPEP – Simpósio de Engenharia de Produção, Bauru, 2006.

ROVER, O. J. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da rede Ecovida de Agroecologia. **Revista Ciências Sociais Unisinos.** São Leopoldo - RS, v.47, n.1, p.56-63, janeiro/abril 2011.

SAKAGUTI JÚNIOR, M. M. **Significado das paisagens da microbacia do Ribeirão dos Sinos, Itapeúna, SP.** 2010. 202p. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2010.

SALES, J. S.; BRASILEIRO, M. D. S.; MEDINA, J. C. **La cultura del macho cabrío (bode) y El desarrollo local: La invención de Cabaceiras (Brasil) como ciudad turística.** Revista Estudos y Perspectivas em Turismo. v. 23. p. 396-415. 2014.

SAMPAIO, R. **Uso balneário, apropriação do espaço e meio ambiente em Pontal do Paraná, litoral paranaense.** 227 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006a.

_____. Ocupação das orlas das praias paranaenses pelo uso balneário, **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 13, p. 169-186, jan./jun. 2006b. Editora UFPR.

SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, H. G. et al. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.** 3. ed. Brasília: Embrapa, 2013. 353 p. VANHONI, F; MENDONÇA, F. O Clima do Litoral do Estado do Paraná. Revista Brasileira de Climatologia. Agosto, 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SAVE PROJETOS E SOLUÇÕES AMBIENTAIS. **Plano de manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural Perna do Pirata.** Curitiba: SOS Mata Atlântica/SAVE, 2016. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/DCOM_plano_de_manejo_RPPN_Perna_do_Pirata.pdf>. Acesso em: 24/07/2017.

SCUBASUL. **Mergulho no Paraná.** Disponível em: <<http://scubasul.com.br/joomla/index.php/viagens-de-mergulho/mergulho-no-parana>>. Acesso em: 24/07/2017.

SECE e ITCF reconstituem caminhos coloniais. **Correio de Notícias**, 16 dez. 1986, p. 12.

SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO PARANÁ -SETU. **Plano de desenvolvimento integrado do turismo sustentável - PDTIS**. Pólo Turístico do Litoral Paranaense. SETU: Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/setu/pdf/institucional/PDTISProdutoLitoral.pdf>. Acesso em: 24/06/2017.

SECRETARIA DO ESPORTE E DO TURISMO - SETU. **Estatísticas do Turismo**. Disponível em: <http://www.turismo.pr.gov.br/>. Acesso em: 16/09/2019
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMA. **Diretrizes para o turismo em áreas naturais no Estado do Paraná, sob a ótica da sustentabilidade**. Curitiba: SEMA, 2000.

SILVA, A. A. R.; ROSSETI, L. S. **Turismo cultural em Pontal do Paraná: a perspectiva dos moradores, gestores públicos e privados**. 50 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão de Turismo) –Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2018.

SILVEIRA, J. S.; SAYAGO, D. **Modelos de Desenvolvimento e Meio Ambiente: Discursos e Ordens de Força Determinante**. Trabalho apresentado no III Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade - ANPPAS, Brasília – DF, 2006.

SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL - SPVS. **Plano de Manejo Reserva Particular do Patrimônio Natural Morro da Mina e Santa Maria**. Curitiba: SPVS, 2012a. Disponível em: http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/RPPN/Planos_de_Manejo/RPPN_Morro_da_Mina_e_Santa_Maria/PLANO_MANEJO_RESERVA_NATURAL_MORRO_DA_MINA_E_SANTA_MARIASPVS_iap1.pdf. Acesso em: 24/07/2017.

_____. **Plano de manejo Reserva Particular do Patrimônio Natural Rio Cachoeira e Águas Belas**. Curitiba: SPVS, 2012b. Disponível em: <http://www.iap.pr.gov.br/pagina-1281.html>. Acesso em: 24/07/2017.

SOUZA, M. M. M. A. **Profissional do turismo procura trabalho: os nós da rede de relacionamentos e a inserção social – um estudo de caso**. 169 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

TOKMAN, V. **Una voz en el camino, empleo y equidad en América Latina: 40 Años de Búsqueda**. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 2004.

VANHONI, F.; MENDONÇA, F. O clima do Litoral do Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Climatologia**. Agosto, 2008.

VIEGAS, L. P.; RAYE, R. L.; LINHARES, E. M. V. **Difusão do turismo no espaço rural e Sítios simbólicos de pertencimento: o protagonismo dos agricultores familiares**. Observatório Geográfico de América Latina. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaturistica/65.pdf>. Acesso em: 10/04/2019. 2009.

VIEIRA, R. S. **Empreendedorismo informal em balneários marítimos: o caso da atividade comercial turística dos vendedores ambulantes de Pontal do Paraná – Paraná – Brasil.** 179 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

VIEIRA, R. S.; CHEMIN, M. Empreendedorismo informal em balneários marítimos: o caso da atividade comercial turística de vendedores ambulantes de Pontal do Paraná – Paraná – Brasil. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável – GUAJU**, Matinhos, v. 5, n. 2, p. 127-143, jul./dez. 2019.

VIOLA, E. O movimento ecológico no Brasil. In: PÁDUA, J. A. **Ecologia e Política no Brasil.** Rio de Janeiro, IUPERJ, 1987.

WEBERING, S. I. **Conhecendo a realidade da Economia Solidária: o mapeamento de empreendimentos.** Trabalho apresentado no II Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social – ENEDS, Rio de Janeiro, 2005.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos.** 4. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZAOUAL, H. El mosaico de culturas encara a um mundo uniforme. **Revista Latinoamericana Polis.** n. 2. p. 1-6. 2002.

ZAOUAL, H. **Globalização e Diversidade Cultural.** Traduzido por Michel Thiollent. São Paulo: Cortez, 2003.

ZAOUAL, H. **Novas economias das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-moderno.** Tradução de Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 8. n. 2. p. 1-14. 2008.

ZAOUAL, H. O homo situs e suas perspectivas paradigmáticas. **Revista Oikos**, Rio de Janeiro, v. 9. n. 1. p. 13-39. 2010.

ZAOUAL, H. (1999a) – L'ethique du développement local. Le sens implicite des pratiques locales: une démarche par les sites symboliques d'appartenance. In: Séminaire organisé par l'Axe Ethique et développement durable du Centre d'Economie et Ethique pour l'Environnement e le Développement. Université de Versailles St. Quentin en Yvelines. Disponível em: <http://www.cybercable.tm.fr/~jarmah/public_html/HHZaoual.htm>. Acesso em: 25 maio. 2001.

ZAOUAL, H. (1999b) – Théorie des sites et organisation “économique”. In: LATOUCHE, S.; NOHRA, F.; ZAOUAL, H. *Critique de la raison économique*. Introduction à la théorie des sites symboliques. L'Harmattan. Paris. p.79-109.

ZAOUAL, H. (1998) – La nouvelle économie des territoires: une approche par les sites. In: KHERDJEMIL, B.; PANHUYS, H.; ZAOUAL, H. *Territoires et dynamiques économiques: au-delà de la pensée unique*. L'Harmattan. Paris. p.27-90.

ZONEAMENTO ecológico-econômico do estado do Paraná – litoral. Camila Cunico (Org). Curitiba: ITCG, 2016.

APÊNDICE 1 - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PREFEITURAS MUNICIPAIS

1. Quando a atividade passou a ser regulamentada pela Prefeitura Municipal;
2. Departamento responsável e legislação;
3. Quem pode atuar como vendedor ambulante. Documentos necessários;
4. Número de vagas oferecidas;
5. Período de renovação de cadastro e novos cadastros
6. Como acontece a escolha dos produtos e área de comercialização;
7. Setorização;
8. Como são as licenças (pessoais, intransferíveis) e sua validade;
9. Comunicação entre a Prefeitura Municipal e vendedores ambulantes para comunicar sobre cadastro, vistoria, formações;
10. Formações obrigatórias para desempenhar a atividade;
11. Controle sanitário dos carrinhos e equipamentos (como, quando e por quem é feita.

ANEXO 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – PREFEITURAS MUNICIPAIS

Eu, Raquel dos Santos Vieira aluna de pós-graduação – da Universidade Federal do Paraná, _____, estou _____ convidando o _____ Senhor/Senhora _____, representante _____ da Prefeitura Municipal de _____ a participar de um estudo intitulado Vendedores Comércio ambulante, socioeconomia local e Sítios Simbólicos de Pertencimento nos municípios balneários do litoral do Paraná. Essa pesquisa faz parte da tese de doutorado da aluna no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento – PPGMADE UFPR.

- a. O objetivo desta etapa da pesquisa é: analisar a organização do comércio ambulante temporário nos municípios praianos do Litoral do Paraná.
- b. Caso você coopere com a pesquisa, participará de uma entrevista informal com a referida pesquisadora.
- c. O benefício esperado com essa pesquisa é a geração de conhecimento para a sociedade em geral.
- d. As pesquisadoras Raquel dos Santos Vieira e Mayra Taiza Sulzbach, responsáveis por este estudo, poderão ser localizados na Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Agrárias, nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, no endereço: Rua dos Funcionários, nº 1540, Juvevê ou através do telefone (041) 3350 5764 ou também através dos e-mails: raquelsantosufpr@gmail.com; mayrasulzbach@yahoo.com.br no horário das 14 hrs às 17hrs, para esclarecer eventuais dúvidas que o senhor/senhora possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.
- e. A sua participação neste estudo é voluntária e se o senhor/senhora não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.
- f. As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas. (Mayra Taiza Sulzbach, orientadora dessa pesquisa). No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a **sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade**).
- g. O material obtido por essa entrevista será utilizado unicamente para essa pesquisa e será destruído/descartado (apagado/deletado) ao término do estudo, dentro de 10 meses.
- h. As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua

responsabilidade e o senhor/senhora não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.

- i. Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.
- j. Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone 3360-7259. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (Resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde).

Eu, _____ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

_____, ____ de Julho de 2019.

[Assinatura do Participante de Pesquisa ou Responsável Legal]

[Assinatura do Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE]

ANEXO 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – ATORES LOCAIS

Eu, Raquel dos Santos Vieira aluna de pós-graduação – da Universidade Federal do Paraná, _____, estou _____ convidando o Senhor/Senhora _____, vendedor ambulante no Município de _____ a participar de um estudo intitulado “Racionalidade Ambiental e Situada no Desenvolvimento Territorial – Um estudo com vendedores ambulantes de praia do litoral do Paraná”. Essa pesquisa faz parte da tese de doutorado da aluna no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento – PPGMADE UFPR.

- a. O objetivo desta etapa da pesquisa é: analisar o comércio ambulante a partir do olhar de seus praticantes e como se relacionam com seu local de trabalho (praia) e moradia.
- b. Caso você coopere com a pesquisa, participará de uma entrevista com a referida pesquisadora.
- c. O benefício esperado com essa pesquisa é a geração de conhecimento para a sociedade em geral.
- d. As pesquisadoras Raquel dos Santos Vieira e Mayra Taiza Sulzbach, responsáveis por este estudo, poderão ser localizados na Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Agrárias, nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, no endereço: Rua dos Funcionários, nº 1540, Juvevê ou através do telefone (041) 3350 5764 ou também através dos e-mails: raquelsantosufpr@gmail.com; mayrasulzbach@yahoo.com.br no horário das 14 hrs às 17hrs, para esclarecer eventuais dúvidas que o senhor/senhora possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo.
- e. A sua participação neste estudo é voluntária e se o senhor/senhora não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.
- f. As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas. (Mayra Taiza Sulzbach, orientadora dessa pesquisa). No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a **sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade**).
- g. O material obtido por essa entrevista será utilizado unicamente para essa pesquisa e será destruído/descartado (apagado/deletado) ao término do estudo, dentro de 10 meses.
- h. As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua

responsabilidade e o senhor/senhora não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.

- i. Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.
- j. Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone 3360-7259. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (Resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde).

Eu, _____ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

_____, ____ de _____ de 20____.

[Assinatura do Participante de Pesquisa ou Responsável Legal]

[Assinatura do Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE]